



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

ALÉXYA CRISTAL BRANDÃO LIMA

MULHERES RURAIS CHEFES DE FAMÍLIA:
demandas, redes e relações de gênero no sertão pernambucano

Recife

2019

ALÉXYA CRISTAL BRANDÃO LIMA

MULHERES RURAIS CHEFES DE FAMÍLIA:

demandas, redes e relações de gênero no sertão pernambucano

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro.

Recife

2019

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

L732m Lima, Aléxya Cristal Brandão.
Mulheres rurais chefes de família : demandas, redes e relações de gênero no
Sertão pernambucano / Aléxya Cristal Brandão Lima. – 2019.
124 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-graduação em Psicologia, Recife, 2019.
Inclui referências.

1. Psicologia. 2. Mulheres do campo. 3. Mulheres chefes de família. 4. Redes
de relações sociais. I. Cordeiro, Rosineide de Lourdes Meira (Orientadora). II.
Título

150 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2019-074)

ALÉXYA CRISTAL BRANDÃO LIMA

MULHERES RURAIS CHEFES DE FAMÍLIA:

demandas, redes e relações de gênero no sertão pernambucano

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Aprovada em: 01/02/2019.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro
(Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. PhD. Russel Parry Scott
(Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a Renata Lira dos Santos Aléssio
(Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Durante o processo de construção de uma identidade profissional descobri que, apesar dos títulos envolvidos, há pouco ou nenhum glamour no trabalho, na abnegação e na saudade produzidos no caminho. Há um significado no alcance da pós-graduação, principalmente sendo mulher, nortista e advindo de uma classe social emergente, que, por mais que preencha com orgulho, também abre espaço para questionamentos ansiógenos acerca da legitimidade da posição ocupada.

Ao longo do caminho, no entanto, algumas pessoas me serviram de particular inspiração e forneceram apoios tão fundamentais que, sem elas, muito provavelmente eu não estaria onde estou. Por esse motivo, não posso deixar de agradecer à Rosineide Cordeiro, minha orientadora, que se mostrou forte, incisiva, mas também acolhedora. É uma mulher que admiro em muitos aspectos, pessoais e profissionais, cuja perspicácia e experiência almejo para meu futuro.

Do mesmo modo, agradeço ao grupo de mulheres incríveis que me foi apresentado por meio dela: Fernanda Sardelich, Giliane Cordeiro, Verônica Oliveira, Rebeca Ramani, Vanessa Eletherio, Isabelle Xavier, Diogivânia Maria e Anna Clara. Sou muito grata pelos momentos em que lançaram luz sobre minha pesquisa, seja com comentários, abraços, café ou óleo de lavanda. Agradeço especialmente Nathália Diógenes, que me acolheu como amiga em sua casa, foi minha parceira em meio ao trabalho de campo e me ensinou muito sobre se posicionar no mundo com firmeza e assertividade.

Considero importante agradecer, ainda, as mulheres do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – Sertão Central, bem como as mulheres do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz da Baixa Verde – PE e as mulheres que me abriram espaço em suas casas para realização da pesquisa. Nesse processo, aprendi muito sobre liderança, sobre atuação política, sobre a simplicidade e a sabedoria que cabem nas mulheres rurais. Agradeço especialmente Cícera Nunes, Alda Balbino, Maria Ivanilda, Vânia da Silva, Arlinda e Claudeci.

Agradeço, também, ao meu parceiro de vida, Sérgio Vieira, por me ajudar a enxergar minha força nos momentos em que estive aturdida, por me acalmar com amor nas crises de ansiedade e por construir comigo uma relação e um lar de acolhida e respeito.

Minha maior gratidão e ponto de ancoragem, no entanto, desde sempre, tem sido a minha família. Me orgulho grandemente de fazer parte de uma família de mulheres, cada uma com uma história pessoal de descobertas, traumas e superação. Agradeço primeiramente a minha avó, Raunita Brandão, por ser liderar essa família com sabedoria, generosidade, amor.

Agradeço também minhas tias Silvana, Simone e Silaine, especialmente minha tia “feia”, que foi minha segunda mãe nos anos de graduação, marcando minha transição para uma vida mais madura e persiste como minha amiga, em quem confio. Além disso, acredito muito no futuro quando vejo minha irmã, Alessandra Maria, se desenvolvendo como cidadã empática e cheia de amor e por isso, também sou grata.

Por fim, esboço mais uma tentativa de me aproximar da gratidão que sinto pela minha mãe, Sandra Brandão. Imagino que se responsabilizar pela vida de uma criança desde muito jovem e de maneira solo seja um desafio transformador, principalmente quando a criança em questão é, por si mesma, desafiadora, inquisitiva, difícil, para dizer o mínimo. Tenho muito orgulho da nossa construção conjunta, do nosso crescimento, do vínculo autêntico e da relação que se estende às formalidades mãe-filha, mas que também se pauta em confidencialidade e amizade. Dedico este trabalho a ela.

RESUMO

A chefia familiar feminina se refere às mulheres que são as ênfases do sistema de parentesco, que exercem autoridade familiar em relação aos membros e possuem responsabilidade última pela família. Diante do crescimento expressivo do fenômeno nas áreas rurais do Nordeste, o presente trabalho objetivou pesquisar as demandas específicas de dez mulheres rurais chefes de família do Sertão pernambucano, identificando as instituições e grupos que compõem sua rede de apoio e analisando as relações de gênero que são estabelecidas em tal rede. Na efetivação da pesquisa, se fez necessário residir no sertão pernambucano no período de três meses, baseando-se em entrevistas semiestruturadas e na observação participante de mulheres rurais chefes de família em seus sítios, assentamentos e quilombos. A partir do trabalho de campo, pode-se perceber, além do agravamento das demandas já encontradas na cidade, como a falta de creches e de suporte jurídico, a sobrecarga de trabalho reprodutivo a que são submetidas, bem como a precariedade das condições com as quais elas exercem a agricultura familiar. Como modo de responder às suas demandas, tais mulheres recorrem à instituições e serviços governamentais e tecem redes de apoio, construindo estratégias de sobrevivência. No entanto, o acionamento desta rede, embora abra brechas para modificar suas situações, agrega mais trabalho às suas rotinas e acompanha condicionalidades aos seus comportamentos afetivos e maternos. Assim, a maior proximidade das relações sociais nos contextos rurais e a fixidez das normativas de gênero permeiam a vivência destas mulheres e incide na qualidade de suas redes de apoio.

Palavras-chave: Chefia familiar feminina. Ruralidades. Gênero.

ABSTRACT

Female family leadership refers to women that are the head of kinship system, and who exercise family authority upon its members and take responsibility for the family till the end. Facing the meaningful growth of this structure at Brazil's Northeast rural areas, the current study aimed to research specific demands of ten women leaders of rural families from Pernambuco State hinterland, identifying the institutions and groups that build their support network and analyzing gender relations that come out from such network. In order to effective the research, it was necessary to move and live in Pernambuco's hinterland for three months, having as base semi structured interviews and the visual observation of those women performing their role within the families at their granges, rural settlements and quilombo communities. Due to field work, it was possible to notice that, besides the deterioration of those demands had already being found at urban area, such as lack of nurseries and legal support, the overcharge of reproduction work that they are submitted to, as well as the precarious conditions with which they perform family farming. As a way to accomplish their demands, such women make use of governmental institutions and services and weave their support network, building up survival strategies. However, the network activation, although allows to create shortcuts to change their conditions, loads more work to their daily lives and cause situations to their emotional and mothering behavior. Thus, the greater proximity of social relations within rural context and the rules of gender fixity, permeates the experience of those women and impacts upon the quality of their support network.

Keywords: Female family leadership. Rurality. Gender.

LISTA DE SIGLAS

ASA	Articulação Semiárido Brasileiro
FETAPE	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
HOSPAM	Hospital Regional Professor Agamenon Magalhães
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento Sem Terra
MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PETI	Programa de erradicação do Trabalho Infantil
PNRA	Plano Nacional da Reforma Agrária
POPMPR	Programa Nacional de Organização Produtiva de Mulheres Rurais
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	ENTENDENDO AS RURALIDADES E AS DESIGUALDADES DE GÊNERO NO COTIDIANO DAS MULHERES RURAIS.....	16
2.1	A PSICOLOGIA RURAL COMO PONTO DE PARTIDA.....	16
2.2	MULHERES RURAIS E DESIGUALDADES DE GÊNERO NO CAMPO	22
2.2.1	O trabalho das mulheres.....	27
2.2.2	Violência contra as mulheres do campo.....	31
3	MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA E AS REDES ARTICULADAS EM PROL DE SUAS DEMANDAS.....	35
3.1	EXPLORANDO O CONCEITO DE CHEFIA FAMILIAR FEMININA.....	35
3.2	INCIDÊNCIA, HETEROGENEIDADE E FORMAS DE ABORDAGEM....	38
3.3	VULNERABILIDADES E DEMANDAS.....	42
3.4	REDES DE APOIO ÀS MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA.....	47
4	ESCOLHAS METODOLÓGICAS DA PESQUISA: IDEALIZAÇÕES, INSTRUMENTOS E PERCURSOS.....	52
4.1	A CONSTRUÇÃO DO DIÁRIO DE CAMPO COMO FORMA DE REGISTRO.....	56
4.2	ENTREVISTA COMO FORMA DE ACESSO AO CAMPO DOS SIGNIFICADOS.....	57
4.3	INSPIRAÇÃO HERMENÊUTICA DIALÉTICA PARA CONSTRUÇÃO DA ANÁLISE DE DADOS.....	59
4.4	CUIDADOS ÉTICOS EM PESQUISA NO SERTÃO.....	62
4.5	SERTÃO PERNAMBUCANO: OS ESPAÇOS QUE PERCORRI E AS MULHERES COM QUEM ESTIVE.....	62
4.4.1	Assentamento Poço do Serrote.....	65
4.4.2	Sítio São Paulo.....	66
4.4.2	Quilombo Catolé dos Índios Pretos.....	67
4.4.3	Assentamento Nossa Senhora da Conceição.....	69
5	MULHERES RURAIS CHEFES DE FAMÍLIA: DEMANDAS E REDES DE APOIO.....	71
5.1	CONDIÇÕES DE VIDA, PROBLEMÁTICAS VIVENCIADAS E DEMANDAS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS.....	71
5.1.1	Trabalho e (R)existência no campo.....	72
5.1.2	Entre a assistência às doenças e a promoção de saúde.....	84

5.1.3	Sobre trazer a educação para o presente.....	91
5.1.4	Ter onde viver, plantar e crescer.....	95
5.1.5	Desnaturalizar violências.....	100
5	USOS DA REDE SOCIAL DE APOIO NO ATENDIMENTO PARCIAL ÀS DEMANDAS.....	104
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
	REFERÊNCIAS.....	119

1 INTRODUÇÃO

O objetivo principal desta dissertação foi analisar o modo como as mulheres rurais chefes de família do Sertão pernambucano acionam suas redes de apoio para responder suas demandas e vulnerabilidades. Para tanto, inicialmente, objetivou-se investigar as demandas específicas destas mulheres em seus territórios, como também identificar quais instituições, grupos e/ou pessoas atuavam como integrantes das redes de apoio acionadas por elas. Desse modo, se fez possível analisar, também, as relações de gênero estabelecidas na dinâmica de suporte das redes, entendendo-as como espaços complexos de troca afetiva, material, mas que também exigem adaptação e trabalho.

A partir do estudo, busco evidenciar as articulações realizadas por mulheres rurais chefes de família no Sertão pernambucano, a partir de suas redes de apoio, no enfrentamento de suas demandas. Para materialização da pesquisa, foram utilizadas como recursos a observação participante e entrevistas semiestruturadas, realizadas com dez mulheres agricultoras e chefes de família, residentes em assentamentos, sítios e quilombos da região.

O argumento central da pesquisa parte do pressuposto de que o acionamento da rede de apoio incide nas mulheres rurais chefes de família de múltiplas maneiras, podendo produzir margens de agência, possibilitando brechas para responder suas demandas e modificar suas situações, mas, concomitantemente, agregando mais trabalho às suas rotinas, dadas as condicionalidades de suporte que são atravessadas na própria rede. Trato, na dissertação, das vidas de mulheres que diferem de muitas formas entre si, em suas idades, conjugalidades e formas de acesso à terra, mas que compartilham, por vezes, necessidades cotidianas no cuidado com as filhas e consigo mesmas, e gerem suas famílias se adaptando às regras do convívio comunitário e construindo sua sobrevivência.

No intuito de explicitar o percurso teórico que me trouxe aos objetivos do trabalho em questão, considero importante situar o meu local de fala e minha posição parcial na realização da pesquisa. Sigo as recomendações de Donna Haraway (1995), acreditando que a pesquisadora deve inserir-se no quadro que pretende descrever, evidenciando seus posicionamentos, de modo a situar-se historicamente, destacando seu lugar de fala, para que a objetividade em pesquisa possa ser corporificada e responsabilizada pelas visões que constrói.

Desse modo, situo-me na pesquisa, descrevendo-me conforme minha aproximação da temática pesquisada e de acordo com as identificações e reconhecimentos que fui elaborando na minha trajetória. Me graduei em Psicologia na Universidade Federal de Roraima e considero

o currículo pedagógico deste curso um dos principais responsáveis pela minha inclinação às questões sociais. Em Roraima, diferentemente de cursos de Psicologia em outras instituições públicas e privadas, a ênfase curricular se dá no estudo de políticas públicas e das questões indígenas, despertando meu interesse em uma formação interessada no social e nas práticas coletivas e comunitárias.

Embora tenha passado a graduação envolvida em pesquisas de iniciação científica e projetos de extensão no campo da sexualidade e da juventude, foi na inserção em grupos e coletivos feministas que fui interpelada pela necessidade de adquirir e produzir conhecimentos no campo do gênero. Na escolha de um objeto de pesquisa para a monografia, ainda que minha experiência de atuação e pesquisa tenha se dado com um público mais jovem, dei-me conta de que minhas raízes para um pensamento feminista estavam em um momento muito anterior da minha história.

Eu sou filha, neta e bisneta de mulheres chefes de família e conheço intimamente os percalços laborais e financeiros que a gestão de uma família de maneira solo exige. Desse modo, no trabalho de conclusão da graduação, me debrucei sobre narrativas de matriarcas, mulheres idosas, mães e avós, cuja autoridade se estende às comunidades onde se inserem. No trabalho de evidenciar suas histórias, compreendi que o enfrentamento de adversidades se dava no campo do compartilhamento e da solidariedade, preenchendo, a seus modos, lacunas de demandas que deveriam ser atendidas, em muitos casos, com políticas públicas.

Concluí a graduação com o desejo de compreender mais a fundo a chefia familiar feminina e me inscrevi para o mestrado em Psicologia, na Universidade Federal de Pernambuco, precisamente na linha dos processos psicossociais, poder e práticas coletivas, entendendo que este seria o espaço que me habilitaria para maior compreensão política do meu campo de estudos. E, de fato, a aproximação com os estudos feministas e o contato com o trabalho de minha orientadora, Rosineide Cordeiro, junto às mulheres do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – Sertão Central, me fizeram refletir acerca da emergência da chefia familiar feminina no meio rural e da invisibilização desse público no campo político e acadêmico.

Optei, desse modo, por elaborar uma dissertação que levasse em conta as condições de vida, de trabalho e as subjetividades que se constroem nas ruralidades, me ancorando, para tanto, na Psicologia Rural, enquanto pensamento motor para compreender a chefia familiar feminina nesses contextos. Trata-se de uma opção na contramão da maior parte das produções acadêmicas na temática, que comumente se aproximam de mulheres chefes de família nos setores urbanos e nas periferias de grandes cidades.

Constituiu-se um desafio me apropriar de categorias como o campesinato e a agricultura familiar, como também compreender a amplitude das lutas das mulheres trabalhadoras rurais ao longo da história, assim como no momento político atual, no qual, gradualmente, os movimentos sociais e as pautas ambientais são postas em questionamento e perdem espaço de diálogo e proposição com o governo desde o impeachment da ex-presidente Dilma Roussef.

As lutas pela distribuição mais justa de terras e pelo fortalecimento da agricultura familiar me precedem. Quando nasci, em 1994, Itamar Franco havia regulamentado, um ano antes, a Lei Agrária (8.629), que possibilitava a desapropriação de terras para a reforma, além de ter sido o primeiro presidente a receber lideranças do Movimento Sem Terra (MST) no palácio do planalto, para dialogar. O governo seguinte, de Fernando Henrique Cardoso, que ficou no poder por dois mandatos, foi marcado por controvérsias, pois ainda que tenha assumido a Reforma Agrária como um dos compromissos de governo, tendo elaborado programas importantes como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), e ter criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), sua postura marcadamente neoliberal, além do incentivo ao agronegócio somam-se ao fato de que os maiores massacres relacionados à luta agrária ocorreram sob seu governo: o de Corumbiara, em 1995, em Rondônia, e o de Eldorado dos Carajás, em 1996, no Pará, há cerca de 100 quilômetros de Marabá, minha cidade natal.

Foi no governo de Luís Inácio Lula da Silva, entre os anos de 2003 e 2011, que os programas voltados para o fortalecimento da agricultura familiar receberam mais investimentos e passaram por reformulações que os permitiram ser mais inclusivos e adaptados à necessidade da população. Em seu governo, foram criados o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER), o Programa Nacional de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMPR), o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), entre outros elaborados em diálogo com o movimento sem-terra, com os movimentos de mulheres rurais, além do relativos ao campesinato e à agricultura familiar.

Também nos mandatos de Dilma Roussef, entre 2012 e 2016 – meus anos de graduação –, políticas públicas para a agricultura familiar e relativas à reforma agrária foram criadas e ampliadas. Somados ambos os governos do Partido dos Trabalhadores, até 2014, 689 mil famílias foram assentadas, 1,3 milhão de agricultores e agricultoras familiares foram beneficiados pelo PAA, cerca de 70% das famílias assentadas tinham mulheres como titulares; as mulheres rurais conquistaram 50% de atendimento obrigatório nas chamadas públicas de assistência técnica; 8,6 mil famílias de comunidades quilombolas e 1,8 mil famílias indígenas

possuíam assistência técnica específica e 127 comunidades quilombolas foram tituladas, entre outras conquistas (MDA, 2015).

No entanto, desde o impeachment da ex-presidente Dilma Roussef houve uma queda acentuada nos investimentos relativos à agricultura familiar e à reforma agrária. Com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário e sua transformação em secretaria, diversos programas se viram sem condições operacionais de continuar em vigor durante o governo de Michel Temer, que ficou no poder até o fim de 2018. Embora tenha assumido o mandato recentemente, Jair Bolsonaro constrói um cenário ainda mais restritivo nesse aspecto. Com uma postura ultraconservadora, subsidiada por um forte apoio do agronegócio, em seus primeiros dias como governante a demarcação de terras indígenas e quilombolas foi transferida para a responsabilidade do Ministério da Agricultura, acenando para a revisão das demarcações ocorridas na última década. Além disso, a partir da subordinação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ao Ministério da Agricultura, também efetivou a paralisação dos processos relativos à reforma agrária.

Assim, diante do cenário de retrocesso no tocante às políticas rurais que se constrói no país, entendo que o novo contexto chama a responsabilidade acadêmica em produzir dando visibilidade à luta rural e as condições de vida das mulheres que possuem seus modos de vida e sobrevivências pautadas na agricultura familiar. Assim, buscando apresentar meu trajeto na aproximação às comunidades rurais, quatro capítulos foram delineados.

No primeiro capítulo, realizo a primeira parte do referencial teórico da pesquisa, trazendo o conceito de Psicologia Rural e discutindo noções de ruralidade. Apresento, também, as principais pautas de luta das mulheres rurais, enfatizando as desigualdades de gênero no âmbito do trabalho e as situações de violência a que são submetidas no campo, além de apontar a resistência e a organização política das mulheres na defesa e conquista de seus direitos.

No segundo capítulo teórico, busco trazer a discussão para o fenômeno da chefia familiar feminina, colocando autores em diálogo e buscando destacar a implicação dos marcadores sociais de raça, classe e localidade na produção dos dados. Inspirada no trabalho de Parry Scott (2011), realizo um levantamento acerca das principais demandas enfrentadas pelas mulheres chefes de família, assim como descrevo o uso de redes de apoio no atendimento das demandas, procurando também conceituar teoricamente a noção de redes.

O capítulo seguinte foi elaborado na intenção de descrever os procedimentos metodológicos escolhidos para a realização da pesquisa, abarcando a forma de compreensão do trabalho de campo, os instrumentos adotados, o método de produção e de análise dos dados, o

cuidado ético em pesquisa, além de ambientar a leitora aos territórios do Sertão em que estive e familiarizá-la com as mulheres rurais chefes de família entrevistadas.

O quarto e último capítulo é onde apresento a análise realizada de acordo com os objetivos propostos inicialmente. Optei por dividir tal capítulo em duas ênfases: em um primeiro momento, apresento as demandas das mulheres que emergiram em entrevistas e observações e as articulo com as contribuições teóricas, organizando-as de acordo com os aspectos mais mencionados por elas, como trabalho, saúde, educação, acesso à terra e a ocorrência de violência; na segunda parte da análise, me dedico a identificar e compreender os grupos, instituições e pessoas que compõem a rede de apoio acionada pelas mulheres. Nesta segunda parte, procurei analisar as relações de gênero identificadas nas trocas e no suporte oferecido pela rede de apoio, principalmente no que se referia às condições implícitas que sobrecarregam a rotina de trabalho das mulheres no âmbito reprodutivo, ou ao apoio social condicionado à postura normatizada de mãe e esposa, exigida das mulheres.

2 ENTENDENDO AS RURALIDADES E AS DESIGUALDADES DE GÊNERO NO COTIDIANO DAS MULHERES RURAIS

O objetivo deste capítulo é subsidiar teoricamente a discussão acerca das condições de vida das mulheres rurais, apresentando, para tanto, conceitos de ruralidade, além das principais contribuições da literatura no que se refere à luta das mulheres rurais por políticas públicas no âmbito do trabalho e por fortalecimento da rede de enfrentamento à violência. A aproximação da temática ocorre à luz da Psicologia Rural, proposta por Fernando Landini (2015), que orienta, em nível epistêmico, o olhar para uma compreensão localizada das subjetividades, considerando o aspecto da territorialidade como fundamental para pesquisas e práticas em Psicologia mais afinadas com as perspectivas dos sujeitos.

Nesse sentido, o presente capítulo é organizado em dois eixos principais: o primeiro apresentando concisamente a Psicologia Rural, seus preceitos e compromissos implicados; e o segundo apresentando um levantamento acerca das condições de vida das mulheres rurais, a partir da ótica da desigualdade de gênero e enfatizando o trabalho e a violência no campo como áreas de maior precariedade na atenção governamental. No segundo eixo, especificamente, são trazidas para discussão as contribuições de Maria de Nazareth Wanderley, Andrea Butto, Maria Paulilo, entre outras teóricas de referência para a temática das mulheres rurais.

Ancorada na Psicologia Rural, parto do princípio de que, ainda que a Chefia Familiar Feminina esteja estabelecida como campo teórico, conceitos não podem ser simplesmente transpostos no trabalho com as áreas rurais, visto que há limitações teóricas nos campos acadêmicos constituídos quase que exclusivamente em nível urbano.

Desse modo, busco aproximar-me das vidas em produção nas ruralidades, em suas peculiaridades, modos de vida e organização política, para, somente então, munida de maior aporte acadêmico acerca do rural, dar seguimento à compreensão da Chefia Familiar Feminina nestes espaços.

2.1 A PSICOLOGIA RURAL COMO PONTO DE PARTIDA

No âmbito na Psicologia a compreensão das ruralidades é historicamente negligenciada, tal movimento se devendo, de acordo com Landini (2015), ao apego desta ciência à pretensão de generalização de seus conceitos. Com o aporte da psicologia cultural, o autor defende a subjetividade enquanto produto da internalização das relações sociais, profundamente marcadas

cultural e materialmente, de modo que, embora seja flexível, o contexto é determinante em sua produção. Apesar de tal compreensão contextual da subjetividade, a Psicologia possui um caráter urbano e, em suas pesquisas e produções, ignora suas limitações frente aos contextos rurais, na contramão de ciências como a Antropologia e a Sociologia.

Nesse sentido, Landini (2015) questiona em que medida as problemáticas das populações rurais são representadas nas pesquisas em psicologia, principalmente no que diz respeito à América Latina, uma vez que a população rural latino-americana compreende cerca de 120 milhões de pessoas, comumente subestimadas em estudos que não as consideram em seus contextos. A Psicologia Rural surge, então, não como uma proposta de analisar sujeitos rurais inerentemente destoantes de sujeitos urbanos, pelo contrário, assume que tanto as delimitações territoriais, quanto as possibilidades de construção de subjetividades nesses espaços são flexíveis e que toda divisão é, em algum nível, arbitrária, mas que, ainda assim, é preciso assumir que a existência em espaços rurais exige atenção, políticas e intervenções específicas.

Além disso, a Psicologia Rural não pretende uma subárea da Psicologia, assim como a Psicologia Social, a Psicologia Clínica, entre outras, mas se compreende como um campo de tensão, um pensamento motor que articula diferentes áreas da Psicologia aos contextos rurais. Dentre as possibilidades de estudos dentro deste campo, Landini (2015) estabelece três diferentes tipos de temáticas de afecção principais: temas próprios das ruralidades, como os estudos acerca da agricultura familiar, por exemplo; temas que não são próprios do rural, mas que se manifestam de maneiras diferentes nestes espaços, como é o caso das relações de gênero; ou ainda, a adaptação de conhecimentos gerados em contextos urbanos às demandas exigidas pelas ruralidades.

Conforme Landini (2015), assumir a Psicologia Rural enquanto campo de tensão e reflexão de onde parte a análise implica alguns desafios de cunho ético, epistemológico e metodológico. O primeiro desafio se refere à necessidade de impulsionar espaços de formação e troca de conhecimentos que não se pautem apenas na academia tradicional, mas que também sejam flexíveis e capazes de afetar diferentes populações. Outro desafio se refere à criatividade para gerar ações que respondam às problemáticas conhecidas em campo, exigindo cuidado com o risco de transpor propostas interventivas produzidas nos contextos urbanos para as problemáticas apresentadas nas ruralidades.

Também se impõe como importante desafio a ser transposto, a necessidade de distanciar a produção acadêmica dos lugares comuns que constroem a imagem de um rural atrasado, essencializado ou até romantizado. Tal proposição se constrói em consonância com as críticas

formuladas por outros trabalhos nesses contextos, atentando para a importância de compreender as ruralidades para além dos engessamentos presumidos e abrindo espaço para suas transformações e contradições (PONTE, 2004; CORDEIRO, 2004).

Dedicar-se a compreender conceitualmente o que é o rural se constitui um desafio que destoa bruscamente da rapidez com que este é identificado no senso comum. A definição, em cada município, do que pode ser considerada uma área rural, fica a cargo de seu Plano Diretor próprio, guiando políticas e censos demográficos. Os critérios de cada cidade para tal definição se referem às representações que a gestão pública tem do rural e à necessidade de arrecadação de impostos, visto que as prefeituras apenas arrecadam em áreas urbanas, enquanto os impostos rurais se destinam ao governo federal. Desse modo, cada vez mais os limites das áreas urbanas têm avançado, categorizando as sedes dos municípios enquanto espaços urbanos simplesmente pela existência de um aparato administrativo, independentemente das relações produzidas no lugar. Assim, determinados lugares, embora considerados urbanos, estabelecem uma lógica de funcionamento muito semelhante aos espaços rurais (PONTE, 2004; IBGE, 2017).

De acordo com Ponte (2004), no entanto, existem dois critérios principais estabelecidos por estudos na temática para a caracterização da ruralidade. O primeiro critério é ocupacional, considerando enquanto rurais as localidades onde a maior parte da mão de obra está atrelada à terra. No entanto, a característica adaptativa do campo tem lhe possibilitado abrigar pessoas com diferentes ocupações, tanto no setor de serviços, quanto associadas às indústrias e órgãos estatais, e não necessariamente a existência de novas formas de trabalho incidirá na classificação urbana das localidades. Tal perspectiva reforçaria a conclusão de que o rural evolui para o urbano, quando estes são espaços diferentes, complexos e interligados que implicam coexistência e não apagamento de um em função de outro.

Há, ainda, o critério populacional, adotado por vários países para a delimitação do que pode ser considerado um território rural. Enquanto alguns países europeus consideram rurais os municípios com menos de 10 mil habitantes, alguns países latino-americanos consideram os limites entre 1000 e 2500 habitantes. É comum, ainda, que se associe o espaço urbano ao aglomerado de pessoas, enquanto que o espaço rural apresenta uma ocupação mais dispersa. Por si mesmo, tal critério não é suficiente para caracterizar um espaço enquanto rural, visto que as relações históricas e sociais precisam ser levadas em conta (PONTE, 2004; IBGE, 2017).

No Brasil, o critério administrativo, a partir do qual as gestões municipais definem as limitações dos espaços urbano e rural, prevalece. No entanto, Maria de Nazareth Wanderley (2000), considera a existência de critérios mais qualitativos para tal definição, entendendo o rural enquanto território, mas também como um modo de vida, um criador de subjetividades a

partir do qual pessoas ancoram seus modos de ver o mundo e se posicionam perante a sociedade. Segundo a autora, a ruralidade abarca, a um só tempo, a relação de proximidade com a natureza, fonte de trabalho, de alimentação e de vida, como também relações sociais pautadas em uma noção mais forte de coletividade. Faz-se necessário considerar, nesse sentido, não somente os espaços físicos, mas também a socialização e os processos econômicos que resultaram nestes espaços. As dinâmicas existentes em sítios e comunidades rurais mais tradicionais diferem, significativamente, das que se estabelecem em assentamentos e quilombos, por exemplo. Cada trama política constrói os significados de uma ruralidade.

A esse respeito Carlos Brandão (2007) dialoga teoricamente com os significados de ruralidade que estão sendo construídos, tomando como ponto de partida a postura adotada por cada território diante da necessidade de se adaptar às novas conjunturas da sociedade, recriando formas de sobreviver diante das exigências capitalistas. De um lado, o autor descreve o rural domesticado, que cede à lógica mercadológica, adere violentamente às tecnologias, à monocultura e à exploração do solo, avançando com o agronegócio que quebra com valores tradicionais das ruralidades e impõe outra ética no que se refere aos saberes e a convivência nesses espaços, regendo um novo tempo social. Do outro lado, há o rural resistente à racionalidade do lucro, composta por grupos organizados em luta pelo uso cooperativo e sustentável da terra, mas abrigando também a resistência cujas práticas de trabalho são, em si mesmas, nascidas de uma lógica oposta, como a permacultura, agricultura familiar, o campesinato. Há de se atentar, nesse sentido, para a pluralidade e encarar com desconfiança uma leitura universal das ruralidades.

Onde parece haver uma uniformização crescente e irreversível, podemos estar diante, também, de uma crescente diferenciação de formas culturais de vida e modos sociais de trabalho no campo. Comunidades indígenas ampliam suas áreas de espaços-reservas homologadas e, pouco a pouco e perigosamente, algumas delas se integram a uma economia regional de excedentes. Comunidades negras rurais quilombolas (bem mais do que contamos ou imaginamos até agora) conquistam o direito de existirem em suas terras ancestrais de pleno direito. Comunidades camponesas reinventam estratégias para se preservarem, transformando todo o necessário para que o essencial de suas formas de vida não se perca. Acampamentos dos movimentos sociais da reforma agrária cobrem de lonas pretas tanto os espaços estritos das beiras de estradas, quanto as terras de fazendas improdutivas e ocupadas. Um campesinato modernizado, em parte cativo, mas em parte ainda livre diante do poder do agronegócio, não apenas sobrevive, mas se reproduz com sabedoria (BRANDÃO, 2007, p. 42).

No panorama desenhado por Brandão (2007) embora existam polos diametralmente opostos no modo de lidar com a terra e a produção, ocorrem também formas híbridas de vida e trabalho, formando um gradiente de possibilidades. Entre o agronegócio com produção mercadológica e a produção para consumo realizada em quilombos, comunidades indígenas e

pela agricultura familiar, há famílias que comercializam excedentes, pequenos produtores, lavradores, entre outros que fornecem produção ao mercado em menor proporção. Há, do mesmo modo, identidades e personagens políticos diversos em cada território no campo, trabalhadores rurais de várias ordens: agricultores familiares, herdeiros, expropriados, assentados, sem-terra, entre outros, formando uma pluralidade de ocupações.

Brandão (2007) utiliza a metáfora do uso do sol para marcar a passagem do tempo para sinalizar em que medida as novas racionalidades são incorporadas no modo de pensar rural: há quem use exclusivamente a natureza para se guiar e há quem se oriente pelo relógio e pelo calendário, fazendo alusão ao espectro criado para representar o percurso entre as comunidades rurais de produção para consumo até as que produzem para o mercado. Para o autor, à exceção do agronegócio e dos grandes produtores, em grande parte das comunidades rurais, ainda que cada vez mais as tecnologias sirvam de auxílio, a vida continua subordinando o relógio ao sol e a relação com a terra ainda se faz importante e se pauta em afetividades.

Conforme Maria de Nazareth Wanderley (2000) com a diversificação dos atores sociais no campo e a coexistência de diferentes grupos, por vezes são confundidas as concepções do espaço rural entre os próprios habitantes, que oscilam entre compreender a necessidade de produzir a partir da terra como função primordial do rural e considerar o espaço de maneira holística, como lugar ideal de lazer e moradia, a ser preservado dos usos predatórios. Em suas produções, a autora considera que, mesmo diante de transformações ocupacionais, do ganho de novas características populacionais e melhores condições de infraestrutura em alguns territórios, as representações acerca do espaço rural ainda diferem significativamente do que é urbano, incidindo em identidades, posicionamentos políticos, movimentos sociais e articulações específicas. Embora englobe território, características econômicas e populacionais e outros critérios materiais bem específicos, as ruralidades implicam, também, em perspectiva de mundo, modos peculiares de olhar as coisas, pessoas e fenômenos que precisam ser considerados na caracterização destes espaços.

Especificamente no que se refere ao campesinato e a agricultura familiar, que em Brandão (2007) são expressos na passagem do tempo contada em função do sol, há um modo de pensar cooperativo, no qual a família é meio de sobrevivência e trabalho, mas também é finalidade última, regente das relações e da economia. Wanderley (2003) compreende que o campesinato pode ser representado tanto como uma civilização, uma cultura, quanto como uma forma de organização produtiva, marcada pela cooperação no trabalho da família em função do consumo e reprodução desta e tal modo de pensar orienta não somente o trabalho, mas a lógica de vida, as relações, os matrimônios. Para a autora, a inserção de tecnologias e novas éticas

produtivas não permitem considerar a agricultura familiar como uma reprodução do campesinato tradicional, mas trata-se de uma produção híbrida, obrigando a construção da categoria do agricultor, em função do camponês, que agora precisa lidar com o contexto a que está submetido, mas que ainda privilegia a lógica familiar.

Há uma expressão político-ideológica, nesse sentido, que se pauta no resgate identitário típico do campesinato, resgatando a figura do camponês no agricultor familiar, como aquele que se compromete com o uso sustentável da terra, que constrói relações de afeto com o que produz e, ainda que tenha que se adaptar a burocracia para sobreviver nas ruralidades, privilegia subjetivamente o pertencimento a natureza (WANDERLEY, 2003). Tal processo adaptativo, no entanto, se constitui um enorme esforço social para alcançar as condições mínimas de sobrevivência, dada a precarização e a subordinação a que a agricultura familiar é submetida, em diferentes níveis, pelo Brasil. A agricultura familiar resiste em meio à luta para garantir acesso à terra, a meios de produzir, à segurança alimentar, entre outros direitos fundamentais, uma vez que:

[...] o agricultor familiar não é um personagem passivo sem resistência diante de forças avassaladoras vindas de fora e de cima do seu universo. Pelo contrário, ele constrói sua própria história nesse emaranhado campo de forças que vem a ser a agricultura e o meio rural inseridos em uma sociedade moderna. E o faz recorrendo à sua própria experiência (camponesa) e procurando adaptar-se, como já foi dito, às novas “provocações” e desafios do desenvolvimento rural (WANDERLEY, 2003, p. 58).

A partir de tais considerações, com o propósito de contribuir na luta por melhores condições de vida no campo, os dois últimos desafios propostos pela Psicologia Rural se referem à responsabilidade ética e profissional, sendo eles: o reconhecimento das limitações próprias, enquanto pesquisadora formada e com o olhar acostumado ao contexto urbano, entendendo a pesquisa como uma oportunidade de escuta e aprendizado duas vezes importante, enquanto material de análise e material de formação; e a fundamental importância do engajamento, visto que não basta convencer e estar convencido da urgência de se produzir conhecimentos em contextos rurais, é preciso se articular com instituições e espaços de luta que sejam propositivos e possam dar vazão a tais conhecimentos. Em suma, não se trata de levar a psicologia para as áreas rurais pura e simplesmente, mas de construir um diálogo, um olhar e uma prática que possam ser úteis nesses contextos (LANDINI, 2015).

2.2 MULHERES RURAIS E DESIGUALDADES DE GÊNERO NO CAMPO

Partindo da necessidade de considerar a ruralidade enquanto aspecto constituinte de subjetividades e condições concretas de vida, é importante se aproximar da realidade das mulheres em tais contextos, compreendendo as desigualdades existentes no sertão rural, a partir da ótica da categoria do gênero. Conforme Joan Scott (1995), o gênero pode ser concebido como “um elemento constitutivo das relações sociais que se funda nas diferenças percebidas entre os sexos”, servindo como “forma primeira de caracterizar as relações de poder” (p.21). Para a autora, a concepção de gênero envolve representações simbólicas frequentemente oppositoras que são instrumentalizadas em conceitos normativos, que limitam seus significados por meio da repressão aos significados alternativos e da reafirmação constante de uma interpretação dominante, que se estabelece em uma aparente fixidez, apesar dos confrontos.

Assim, a forma dominante de significar gênero em uma representação binária, para além de uma explicação sobre as organizações de parentesco, se estende ao campo político, às instituições, às organizações sociais, ao trabalho, à economia, à educação, entre outros campos de disputa. A partir de tal perspectiva, é possível compreender as mulheres enquanto sujeitos de múltiplas opressões, que, embora não sejam as únicas afetadas, são definitivamente restringidas de maneira mais incisiva às normativas, tanto no âmbito público, quanto no privado.

Nos contextos rurais a aparente fixidez das normativas de gênero pode ser vista com mais clareza, uma vez que a repressão e negação de formas alternativas de compreender tais normas incidem com mais força, excluindo, em níveis institucional e de convívio, aqueles que destoam da norma, como Gayle Rubin (2003) destaca, a partir dos fluxos migratórios motivados pela dissidência sexual tão vigiada no campo. Nesse sentido, as concepções normativas de gênero incidem, finalmente, sobre a identidade subjetiva, legitimando distribuições de poder de modo diferenciado entre as pessoas. Assim, conforme Joan Scott (1995), a partir do gênero é possível compreender as relações de poder que se estabelecem nas relações humanas, a nível público e privado, material e simbólico.

A título de exemplificação, pode-se citar a aquisição da terra e a determinação sobre quem possui direito à renda, ambos legitimados pela norma de gênero, distribuindo desigualmente o poder. No meio rural, a forma de obtenção da terra para boa parte das mulheres é o casamento, uma vez que os direitos de herança são comumente subvertidos e negados a elas, de modo que, nas palavras de Maria Paulilo (2016b), “o meio rural não é um bom lugar para as solteiras” (p. 285). Não à toa a migração é a principal alternativa para mulheres que desejam

mais oportunidades. Para as que ficam no campo, é comum que passem a vida no “auxílio” de pais e irmãos, tendo seu direito a uma vida sexual negado, trabalhando em igual intensidade, mas sem renda e reconhecimento do caráter produtivo de seu trabalho.

Apesar das desigualdades de gênero existentes, se faz necessário olhar para além das hierarquias estabelecidas, de modo a reconhecer as resistências e dinâmicas relacionais que nem sempre condizem com o que se expressa acerca dos contextos rurais, conforme preconiza a Psicologia Rural. Em um trabalho produzido por Parry Scott e Rosineide Cordeiro (2013) acerca dos sinais de ascensão das mulheres no campo, uma imagem emerge com precisão para descrever as relações de gênero a partir da metáfora de um jogo:

Pelo que as mulheres e os homens fazem, o mundo rural segue polarizado e hierarquizado, com muitos privilégios masculinos e muitas restrições femininas. A vivência da sexualidade e da conjugalidade é um divisor que simboliza liberdade, oportunidades e fidelidades. O homem saliente e a mulher recatada são uma imagem estereotipada que tanto os homens quanto as mulheres usam para orientar suas atividades e falas. Examinando detidamente, ora nas entrelinhas, ora nas respostas a questões que requerem posicionamentos explícitos, emerge um mundo muito conservador, mas com mulheres ascendentes e homens na retranca. Vale a pena lembrar que se referir à “retranca” suscita uma imagem futebolística de táticas adotadas por times que julgam que eles têm o que ganhar com a manutenção do placar, mas que precisam se precaver contra o poderio ofensivo do time que está em desvantagem. Bem articuladas e com uma torcida organizada, as mulheres buscam encontrar brechas na retranca (SCOTT, CORDEIRO, 2013, p. 133).

Admite-se, nesse sentido, que a balança das desigualdades no campo tende a recair mais opressões sobre as mulheres, identificando-as, por vezes forçosamente, com o ideal construído de esposas, mães e donas de casa. No entanto, conforme Cordeiro (2004), não se pode supor a ausência de dissidências, sendo preciso reconhecer o caráter polissêmico da realidade das mulheres rurais. Em suas palavras:

Para os (as) que acreditam que as mulheres rurais estão destinadas prioritariamente ao casamento e à família, recordo aquelas que moram sozinhas, que, solteiras ou separadas, com ou sem filhos (as), tocam as suas vidas e os seus sonhos. Enfim, em oposição aos relatos de pesquisa que eu lia dando conta de um modelo hierárquico de gênero no qual as mulheres aparecem destituídas de qualquer poder, eu relembro que algumas mulheres me falavam que seus maridos eram ‘brancos’, não sabiam resolver as coisas e pouco saíam de casa. Algumas voltaram a estudar e eles não, e outras, além disso, a despeito da opinião do marido, da família e da comunidade, implementaram novas formas de produção agrícola (CORDEIRO, 2004, p. 13).

Mesmo em meio a uma ruralidade em vias de mudança, a existência de diversidades também não apaga o poder simbólico das normativas de gênero e das noções de família. Concretamente, ainda que a realidade se mostre destoante e heterogênea, nem sempre a população como um todo atualiza tais paradigmas à nível simbólico e de discurso. Leva-se tempo, leva-se luta. Não se trata, desse modo, de negar o caráter necessário do enfrentamento

às dinâmicas de opressão às mulheres, mas de evidenciar as resistências construídas nas relações no campo.

A esse respeito, Nalu Faria (2009) dá destaque à força das reivindicações das mulheres trabalhadoras rurais e as suas recentes conquistas nos últimos 30-40 anos, como o reconhecimento de suas forças de trabalho, doméstico e para além deste, com a conquista da inclusão na previdência, por exemplo. A autora aponta, ainda, os ganhos relativos à luta pela remuneração, que, embora ainda seja um campo onde há apropriação masculina, há cada vez mais mulheres reclamando os direitos de produzir e comercializar, tendo poder de decisão sobre ambos os processos.

Nesse contexto, como um importante articulador da conquista de direitos no Sertão pernambucano, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – Sertão Central esteve e está diretamente implicado com os avanços em políticas para as mulheres do campo. Desde a sua criação esteve atuante em campos de disputa pelo reconhecimento da identidade da mulher trabalhadora rural, pelo direito à terra e aos incentivos de produção, por um plano sustentável de convivência com o semiárido e pela defesa dos direitos das mulheres, desde os previdenciários, de saúde e produtivos, até a luta frente à violência contra a mulher (CORDEIRO, 2004; MORALES, 2010).

De acordo com Anita Brumer e Rosane Spanevello (2011), os movimentos e a organização das mulheres em movimentos sociais mistos, sindicais e sem-terra, ganharam mais força desde os anos de 1980, afirmando a posição das mulheres enquanto agricultoras e sujeitos políticos que reivindicam direitos econômicos e sociais. Além disso, emergiram uma série de organizações sociais que agruparam mulheres rurais em nomenclaturas e identidades diversas, como as mulheres da floresta, as ribeirinhas, as quilombolas, entre outros sujeitos políticos que enriquecem os processos de luta das mulheres que vivem no campo (BUTTO, et al, 2014). Um marco importante nessa mobilização das mulheres rurais é a Marcha das Margaridas, realizada pela primeira vez no ano 2000, que impulsionou o Governo Federal a responder de maneira mais efetiva as demandas de políticas para as mulheres rurais, que até então não reconheciam o trabalho das mulheres.

A partir da mobilização e requisição das mulheres, foi possível o desenho de uma política institucional integrada, que envolvia diferentes Ministérios e programas implicados com a construção de contextos rurais mais igualitários. Juntos, o II Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, o Programa Brasil Quilombola e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, além da atuação

de diferentes níveis do poder executivo, trabalharam pela construção de meios de inclusão das mulheres nas políticas de recursos produtivos, incentivando a participação social e dando condições mais dignas de vida (BRUMER, SPANEVELLO, 2011).

As mulheres rurais lutaram por um aumento de recursos para suas demandas. Destaca-se, como importante conquista, o PRONAF Mulher, idealizado para pensar as mulheres enquanto sujeitos de direitos, não mais apenas representadas por meio de uma relação conjugal, com benefícios que se referiam à renda, à cidadania e à autoestima. Brumer e Spanevello (2011) relatam em seu trabalho:

[...] A demanda das mulheres pelo Pronaf Mulher acabou estimulando a busca por outros documentos necessários para preencher o Documento de Aptidão ao Crédito e para abrir uma conta bancária, como o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) junto à Receita Federal, em seu próprio nome. O processo de inclusão como cidadãs culmina com a abertura da conta e a alocação do financiamento, quando as mulheres recebem um cartão de crédito para movimentar os recursos. É inegável o aumento da autoestima e de poder das mulheres à medida que passam a contar com novos documentos e a administrar os recursos recebidos (BRUMER; SPANEVELLO, 2011, p. 134).

Paola Morales (2010) defende que mudanças relativas à equidade de gênero acontecem lentamente e que não necessariamente partem do confronto aberto com as práticas tradicionais, mas da articulação destas com outras práticas, novas, que respondem melhor às necessidades e gradualmente ressignificam lugares. Em sua dissertação, a autora aponta os avanços e tomadas de direitos estabelecidos para as mulheres que se organizaram coletivamente e se constituíram sujeitos políticos que emergem da invisibilidade, capazes de responder suas demandas por meio de articulações próprias. Assim, é possível perceber que a participação militante também possibilita socialização, comunicação e troca entre as mulheres, que, ao saírem de casa para discutir políticas, desvinculam suas identidades das atividades domésticas, expandem seus círculos sociais e alcançam valorização, além de ganharem mais liberdade e autonomia (CORDEIRO, 2004).

No entanto, é importante salientar que os movimentos tanto podem ser fonte de informação e apoio mútuo, quanto de controle social à sexualidade, ao exercício da maternidade, entre outros aspectos da vida das participantes. Cordeiro (2004) e Morales (2010) também apontam, nesse sentido, que o monitoramento sentido sobre as mulheres que militam funciona como uma espécie de avaliação da comunidade sobre até onde as mudanças requeridas transformam os papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres, mães e donas de casa. O “sair de casa”, em si, não incomoda se for para o cuidado de parentes, para tratamentos de saúde ou para a realização da feira, mas é questionado se for em função de algo que coloque a mulher como representante da família em espaços públicos, destoando da normativa de gênero.

Conforme Paulilo (2016), eventualmente, a tomada de posições políticas e uma maior autonomia das mulheres, acabam por entrar em choque com o papel socialmente esperado de subordinação na esfera pública e no espaço doméstico. Dado o impacto das muitas sanções que uma mulher do meio rural pode enfrentar nesse choque, é mais comum que as mulheres militem contra as opressões da esfera pública, como a discriminação para financiamento agrícola e exclusão dos sindicatos, cooperativas e movimentos.

Na esfera doméstica, Paulilo (2016) demonstra em seus estudos que as mulheres avançam timidamente nas mudanças da estrutura de poder na família, pois as sanções nesse setor, para além da violência e punição, se dão no campo da exposição ao ridículo, da deslegitimação e da repressão. De modo que, antes do confronto, busca-se a conciliação das novas práticas aprendidas na organização política com o papel internalizado de mãe e esposa. A obtenção da terra e a possibilidade de renda aparecem como fatores fundamentais na redução das sanções possíveis, aumentando o poder de barganha e a margem de agência das mulheres rurais.

No que se refere ao controle de recursos, o posicionamento de Cordeiro (2004) é semelhante: é preciso insistir no acesso à terra e na organização produtiva de mulheres nos níveis de crédito, manutenção, assistência e comercialização. Todavia, em suas proposições, a mudança nas condições das mulheres rurais envolve processos econômicos, de coletividade e de subjetividade. A autora acredita que a organização política possibilita às mulheres rurais um ganho também de autoestima que incide nas relações familiares e resulta em novos pactos de convivência. A conquista de direitos se relaciona com o ganho de autonomia, e por meio da coletividade, o posicionamento crítico passa a ser subsidiado e fortalecido, em uma interpretação adaptada de discursos feministas, modificando hierarquias familiares.

Joan Scott (1995) contribui para a questão de como engendrar mudanças no que se refere às desigualdades de gênero e acredita que o meio de mudança dependerá do seu lugar sócio histórico, podendo ser massivo, revolucionário ou gradualmente transformador. No entanto, é preciso atentar-se que não há garantias de que as mudanças são positivas. Para a autora, o que determina a qualidade da vitória é o processo político, o enfrentamento de atores e significados. Especificamente para que sejam modificadas as desigualdades de gênero, é preciso que sejam reconhecidos os caracteres vazios e transbordantes dos termos “homem” e “mulher”, que não se tratam de categorias fixas, definitivas, mas que são também carregadas de significados alternativos negados e oprimidos.

Não se trata de uma questão de transpor o feminismo e as compreensões de gênero produzidas nos contextos urbanos, em processos violentos de introjeção nos trabalhos de base,

mas de investigar as opressões que recaem sobre as mulheres rurais e possibilitar o reconhecimento das alternativas e meios de mudança que têm sido articuladas por elas, em seus contextos e possibilidades. Sendo possível, assim, construir formas de existência não restritivas às normas essencialistas criadas para o feminino.

Faz-se necessário estar sensível às relações de gênero que se estabelecem nos diversos setores que tais mulheres estão circunscritas, em diferentes áreas de afecção, de modo que a complexidade de suas condições seja compreendida. Nesse sentido, foram destacadas duas ênfases para um olhar mais atento às demandas recorrentes das mulheres rurais: o trabalho, que tem sido foco de políticas e reivindicações dos movimentos sociais do campo para as mulheres; e a violência, que se constitui uma questão de difícil enfrentamento, afligindo as mulheres do campo, e é pauta nos planejamentos e ações do MMRT – Sertão Central.

2.2.1 O trabalho das mulheres

No contexto rural brasileiro, embora mudanças significativas tenham ocorrido nas últimas décadas, as relações de poder são marcadas pelo apego à ideia de que o homem é quem garante o respeito e a autoridade na família e no convívio social. Como já dito, no campo, o preconceito e as desigualdades de gênero incidem sobre as mulheres de modo que estas se assalariam em condições muito precárias, têm dificuldades para acessar financiamento e investimento para agricultura e trabalham sozinhas, muitas vezes por conta da migração de antigos parceiros que deixam de contribuir com o provimento familiar (SCOTT, 2011; MORALES, 2010).

Franco (2011) considera que as mudanças recentes ocorridas nas dinâmicas familiares da classe média brasileira possuem um efeito transformador mais lento nas famílias residentes nos interiores, uma vez que estas, em sua maioria, ainda se estabeleceriam sob os moldes hierarquizados de família. Na agricultura familiar, por exemplo, Hildete de Melo e Alberto Di Sabbato (2009) apontam que o trabalho da mulher em uma relação conjugal é compreendido, muitas vezes, enquanto ajuda, complemento do companheiro e desvalorizado enquanto trabalho, embora seja realizado de forma pesada e contínua.

Nesse contexto, o poder de tomada de decisão sobre os negócios, comumente, só recai sobre a mulher se ela for a única referência adulta da família, ainda assim, estabelecido de acordo com a hierarquia geracional, de forma que é bastante comum que as mulheres trabalhem e nada ganhem em termos de remuneração (MORALES, 2010; MELO, SABBATO, 2009). Como forma de escape de tais condições, torna-se bastante significativa a migração de jovens

mulheres para cidades maiores, em busca de oportunidades de renda, de maior autonomia e menor vigilância. Tal evidência reforça a masculinização do trabalho rural no Sul do país, claramente demarcado por homens e por uma população infanto-juvenil em maior proporção que no setor urbano, embora desde 2006, com a ampliação do financiamento agrícola, haja maior dinamismo na ocupação agrícola das mulheres, desacelerando seu êxodo (FARIA, 2009; MELO, SABBATO, 2009).

No âmbito rural, a divisão sexual do trabalho, com o trabalho doméstico atribuído às mulheres e a urgência do reconhecimento identitário da mulher trabalhadora rural se entrecruzam. Em seu trabalho, Melo e Sabbato (2009) destacam que cerca de um terço das mulheres no setor declaravam jornadas de até 10 horas de trabalho semanais, desconsiderando seus trabalhos domésticos, e compreendendo por doméstico também seus trabalhos realizados nas hortas, quintais, pastos e currais, comumente realizado para autoconsumo, mas também de caráter produtivo.

Em tal contexto, conforme Paulilo (2016), a distinção entre o que se configura trabalho doméstico e trabalho produtivo é complexa e poderia ser representada em termos econômicos, de modo que o trabalho produtivo seria o que possibilita mais-valia, em termos brutos, o que se pode vender; e o doméstico, o de subsistência, manutenção e cuidado. No entanto, na prática, mesmo quando homens e mulheres realizam atividades com o mesmo fim, o trabalho delas é considerado doméstico, como a criação de aves, por exemplo, comumente atribuída às mulheres e fonte de renda significativa para a família e mesmo assim, considerado trabalho doméstico por se dar nos quintais e terreiros de responsabilidade da mulher. Ou seja, na rotina do trabalho rural, o que define sua classificação enquanto produtivo ou doméstico é o sexo da trabalhadora.

Tal classificação é uma das maneiras de construir de forma polarizada os trabalhos de homens e mulheres, encerrando, novamente, as características de ambos em normativas essencializadas que, na prática, possuem fronteiras muito mais difusas. Enquanto o trabalho do homem é considerado da roça, o da mulher é de casa, ainda que, na prática, se estenda ao terreiro, ao pasto, a horta e até mesmo a roça. Cordeiro (2004), em sua tese acompanhando a história e os trabalhos do MMTR – Sertão Central, relata a existência de uma ênfase acerca do reconhecimento identitário das mulheres enquanto trabalhadoras rurais. Em decorrência da conscientização, houve a luta e a conquista de diárias para as mulheres que realizam trabalhos externos à sua terra, em valor equivalente à diária para aos homens em Serra Talhada. No entanto, apesar da identificação do campo com o trabalho na terra, as mulheres rurais também se ocupam de diferentes trabalhos relacionados ao artesanato, a prestação de serviços, ao comércio, como a produção de doces e salgados, a confecção de vassouras, redes, tapetes, entre

outras possibilidades, que, comumente, são alternadas por elas, ainda que a agricultura familiar seja o trabalho mais frequente.

A organização do trabalho na agricultura familiar, como já mencionado, é intrinsecamente cooperativa, a mão de obra é composta por toda a família, inclusive as crianças, sendo a contratação de uma trabalhadora externa ocasional e temporária. No entanto, ainda que a agricultura componha um trabalho compartilhado, o regime de dedicação varia de um membro da família para outro: aos homens, a dedicação é, comumente, exclusiva, participando e controlando todas as etapas do processo produtivo; às mulheres, em contrapartida, são acumulados o trabalho agrícola, as ocupações variadas descritas acima, o cuidado com os demais membros da família e o trabalho doméstico (CORDEIRO, 2004).

Embora reconheça a importância da socialização do trabalho doméstico entre os membros da família, Paulilo (2016a) aponta o desprezo com que muitos homens encaram tal proposição, quando não respondem com agressividade. No campo, as mudanças nas condições das trabalhadoras rurais recebem apoio na medida em que não alteram ou pouco alteram as condições hierarquizadas dentro da família e a reconfiguração do poder nos lares não é uma questão de simplesmente “se impor” (p. 211). Como reforço ao argumento, a autora refere-se à alta incidência de violência contra a mulher no âmbito rural, dado que é corroborado pelo trabalho de P. Scott (et al, 2016).

Assim, para Paulilo (2016), a questão da desigualdade econômica da mulher nesse contexto, deveria ser a principal ênfase de estudos e trabalhos, uma vez que a tomada de decisão sobre a própria vida se baseia em certa autonomia financeira. A autora relata que, para as mulheres que não recebem remuneração por seu trabalho rural, o alcance de determinados bens, comumente depende da negociação com o cônjuge, às vezes direta, às vezes repleta de subterfúgios. Para garantir a renda, seria necessário a criação de um estatuto para a produção familiar que incluísse as mulheres e os filhos maiores de idade que trabalham no campo, por exemplo, nos processos burocráticos relativos à terra e à produção. Assim, para a autora, o acesso à renda é um direto-chave para dar condições às mulheres enfrentarem outras questões que as afligem.

No entanto, de acordo com Maria Bethânia Ávila e Verônica Ferreira (2014) a equação entre sobrecarga de trabalho doméstico e a autonomia financeira não é facilmente resolvida. As autoras evidenciam um dado conhecido nos contextos urbanos, de que embora as mulheres já sejam 44% no mercado de trabalho, em 71% dos lares, elas ainda realizam as atividades domésticas sozinhas (ÁVILA; FERREIRA, 2014). Ainda que reconheçam os impeditivos que

a falta de uma renda própria impõe à autonomia das mulheres, não deixam de apontar as contradições associadas ao seu alcance.

Os relatos das experiências de mulheres beneficiadas pelo Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, apresentados no livro organizado por Andrea Butto (et al, 2014) também indicam que, embora a renda seja muito importante, é apenas uma porta de entrada para a reivindicação de outros direitos também necessários. Em seu contato com os grupos de mulheres, a luta por melhores condições e o combate às desigualdades não se encerravam com a conquista e manutenção dos grupos produtivos, pelo contrário, as mulheres se fortaleciam nos debates e se mostravam mais convencidas de seus direitos.

Apontando alguns caminhos para as mudanças necessárias na realidade das mulheres rurais, Faria (2009) também acredita que o crescimento da autonomia financeira das mulheres, embora positivo, por si só, não resolve o excedente de trabalho no campo e doméstico atribuído às mulheres – que tantas vezes não são claramente distinguidos pela comunidade, pela família e por elas mesmas. A autora aponta que se faz necessário o reforço de uma agenda feminista que implique mudanças estruturais e das relações sociais que incidam na divisão sexual do trabalho, e que, na prática, é preciso insistir sobre a responsabilização masculina nos cuidados parentais e domésticos, sobre o alcance aos serviços sociais e sobre a construção de alternativas coletivas e solidárias.

Na pesquisa de Cordeiro (2004) há indícios de que a divisão do trabalho doméstico e produtivo, ainda que assista progressos lentos e complexos, já é problematizada nos espaços de organização política e dentro das famílias. São relatadas histórias de meninas que questionam a distribuição do trabalho doméstico, de mulheres que administram o trabalho agrícola, de rapazes que demandam o compartilhamento dos trabalhos ditos mais pesados com as irmãs, entre outros exemplos. Há, nesse sentido, um tensionamento que indica avanços acerca do pretenso caráter rígido das normativas de gênero.

Desse modo, é preciso apoiar, acolher e dar subsídios às mulheres em suas disputas por direitos e espaço, não apenas em nível macro político, mas também nas suas relações familiares e conjugais. É certo que, sem a renda garantida e legitimada, as condições de dependência da mulher e da família acabam sendo agravadas, no entanto, a renda, sozinha, não equaciona as desigualdades. Em contrapartida, a distribuição de renda somada a uma divisão de trabalho mais equitativa pode demover a sobrecarga de trabalho das mulheres, assim como tornar as famílias espaços mais cooperativos.

2.2.2 Violência contra as mulheres do campo

Conforme a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, realizada em Belém do Pará, em 1994, “qualquer ato ou conduta baseada no gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na privada” é considerado como violência contra a mulher.

Nos contextos rurais, especificamente, tal forma de violência é permeada por fatores simbólicos, geográficos e políticos, como a distância entre propriedades, a dificuldade de preservar o anonimato, a existência de apadrinhamentos que acobertam denúncias, entre outros aspectos que tornam as mulheres rurais sujeitos cujo acolhimento não ocorre com facilidade nos mesmos serviços institucionais oferecidos nos contextos urbanos, como as medidas protetivas e as casas-abrigo, por exemplo (SCOTT, RODRIGUES, SARAIVA, 2010).

No cotidiano das ruralidades, o projeto de enfrentamento à violência contra as mulheres do campo se dá para além do aparato institucional que viabilizaria a proteção e a denúncia: está, também, na desnaturalização da violência arraigada nas relações conjugais, familiares e comunitárias. As relações de gênero são constantemente desfavoráveis às mulheres rurais, com situações rotineiras de violência física e sexual, a nível tal que pode ser difícil reconhecer dinâmicas abusivas nos relacionamentos que sejam mais sutis e consideradas típicas da relação conjugal e familiar. Pode-se citar, por exemplo, a deslegitimação dos direitos das mulheres, a limitação do dinheiro advindo da produção agrícola familiar, a privação de liberdade e do direito de ir e vir, podendo ser permeada do uso de gritos, xingamentos, isolamento e/ou força física (SCOTT, et al, 2016).

Das mulheres rurais em situação de violência, cobra-se desde uma postura resolutiva definitiva às violências que sofrem, mesmo diante das redes institucionais e social desarticuladas e pouco atuantes, até uma postura resiliente, que atenda aos valores cristãos de amor que “tudo suporta”, em uma leitura romantizada do abuso. Regina Bruno (2012) descreve em seu trabalho histórias de mulheres rurais que sofreram com impedimento de estudar pelo fato de serem mulheres, de mulheres limitadas pelos maridos ao espaço da casa, mulheres com sobrecarga de trabalho produtivo, doméstico e materno. A autora chama a atenção para o fato de que, diversas vezes, essas mulheres são lideranças comunitárias, referências na luta pelo direito à terra e pelo reconhecimento identitário da mulher trabalhadora rural, mas que, no entanto, percorrem os espaços políticos em negociação com as pressões e proibições dos maridos.

A partir de uma leitura tão naturalizada das desigualdades de gênero, o apoio social às mulheres em situação de violência é prejudicado, dadas as concepções que privilegiam o lugar do casamento enquanto instituição indissolúvel, que não deve sofrer a interferência de terceiros (SCOTT, 2016). Considerando em perspectiva os trabalhos de Bruno (2012), Parry Scott (et al, 2016) e Morales (2010), que a tendência de individualizar a necessidade de resposta das mulheres às desigualdades de gêneros nesse contexto interfere até mesmo no suporte institucional, dado o caráter precário e “poroso” da rede – uma vez que esta também é formada por pessoas do convívio comunitário. As delegacias, por exemplo, são vistas com descrédito pelas mulheres rurais, dada a negligência com que as denúncias são tratadas quando se referem a violência doméstica (SCOTT, CORDEIRO, 2013).

Acresce-se a questão o fato de que diversas instituições destinadas ao acolhimento de mulheres em situação de violência doméstica não estão disponíveis em todos os municípios ou não são adequadas às necessidades logísticas das pequenas localidades, dificultando a denúncia e prejudicando a segurança das mulheres (SCOTT, et al, 2016). Em todo o sertão pernambucano há apenas duas delegacias especializadas no atendimento à mulher, uma em Petrolina e outra em Afogados de Ingazeira, sendo esta última destacada para atender 17 municípios da região do Pajeú. Tal sobrecarga também se repete com as Varas da Violência Doméstica e Familiar do Estado, que embora sejam dez e sete delas estejam fora da região metropolitana, apenas uma atende o sertão pernambucano, em Petrolina, de acordo com a Coordenadoria da Mulher do Tribunal de Justiça de Pernambuco. No que se refere especificamente à violência contra as mulheres do campo, o governo brasileiro constrói um cenário de retrocesso, com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário e sua transformação em Secretaria, incidindo na redução dos recursos dos programas de enfrentamento.

Relatos trazidos pela pesquisa de Parry Scott, Ana Rodrigues e Jeíza Saraiva (2010), revelam o isolamento produzido pela roça, onde os gritos não são ouvidos, não há poucos lugares para onde correr, dada a distância das comunidades e a denúncia é dificultada. Assim, a violência guarda um caráter específico de silenciamento e subnotificação, que obriga a construção de formas de enfrentamento alternativas, fortemente pautadas no apoio familiar e comunitário. Entendendo que suas problemáticas são delegadas ao âmbito do privado, elas recorrem a parentes, vizinhos e amigos, tendo que lidar com preconceitos e intervenções raras e que só ocorrem diante de extrema violência física.

Afirmando o caráter mais permissivo das áreas rurais com a violência, dados de uma pesquisa Ibope realizada em 2006 indicaram que embora a violência contra a mulher seja o problema que mais preocupa a população brasileira, um em cada oito respondentes das áreas

urbanas acreditavam haver razões plausíveis que a justifiquem em alguns casos, enquanto que, no campo, uma em cada cinco pessoas afirmava o mesmo. No campo das pretensas justificativas, nas ruralidades o não cumprimento das tarefas domésticas pelas mulheres é apontado com mais frequência como eliciador das agressões, evidenciando o caráter rígido e controlado dos papéis de gênero, de modo que muitas mulheres morrem, cotidianamente, pelo fato de serem mulheres e tratadas como propriedade pelos homens com quem possuem relações (SCOTT, RODRIGUES, SARAIVA, 2010).

Fazendo referência ao trabalho de Rosani Schiavani, realizado em 2002 junto a 514 mulheres camponesas de Santa Catarina, Scott, Rodrigues e Saraiva (2010) apontam dados que dimensionam a extensão com a qual as mulheres do campo são afetadas, revelando que:

[...] 34% das entrevistadas conhecem alguma mulher que já foi estuprada e 25% disseram que aconteceu na comunidade; 15% das mulheres agricultoras entrevistadas já foram espancadas pelos seus maridos ou namorados; 53% já se sentiram violentadas por palavras ou dizeres; 34% disseram ter sido humilhadas por serem agricultoras; 64% das entrevistadas disseram que não têm liberdade de tomar decisão sem pedir licença; 52% das mulheres agricultoras declaram que normalmente pedem licença ao marido para tomar qualquer decisão (SCOTT, RODRIGUES, SARAIVA, 2010, p. 74).

A violência aparece, assim, como expressão da já referida retransmissão masculina. Pauta-se na necessidade de manter as assimetrias, de reafirmar um lugar de poder e de posse. Desse modo, as relações de gênero fortemente hierarquizadas, concomitante à precariedade de políticas efetivas que busquem, regulem e garantam a equidade, contribuem para o quadro da violência contra as mulheres rurais.

Nesse cenário, os espaços de organização política têm aprendido a abrir espaço para acolhimento, pautando suas ações na escuta e apoio de colegas que passam por situações de violência, buscando não permitir que se repitam exemplos de mulheres da liderança como o de Expedita Maria de Lima, uma das coordenadoras do MMTR – Sertão Central, assassinada em 1996, após resistir ao assédio de um homem próximo à sua família (CORDEIRO, 2004). O MMTR – Sertão Central vêm assumindo um papel importante enquanto espaço discussão sobre violência, sexualidade, direitos reprodutivos e desigualdade de gênero no meio rural, construindo parcerias e investindo em trabalho de base para, entre outros objetivos, formar mulheres habilitadas a reconhecer diferentes formas de violência.

Outro marco importante é a Marcha das Margaridas, que ocorre desde os anos 2000, cujo nome foi idealizado em homenagem à Margarida Maria Alves, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba, assassinada em 1983, a mando de latifundiários da região. As três primeiras edições da marcha, realizadas em 2000, 2003 e 2007, tiveram como pauta a luta contra a fome, a pobreza e a violência sexista. Em 2011, o lema

passou a ser “Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade” e, em 2015, “Desenvolvimento Sustentável com Democracia, Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade”. A Marcha das Margaridas é reconhecida em toda a América Latina e possui um poder de mobilização imenso, reunindo cerca de 100 mil manifestantes na última edição.

Nesse sentido, a organização coletiva chama a atenção para a necessidade de políticas mais afinadas aos contextos rurais, servindo de denúncia à invisibilização das mulheres e de suas condições. Além disso, ainda que não dissolva dependências emocionais e simbolismos culturais com facilidade, ela oferece outras referências de vida e de gênero possíveis às mulheres, possibilitando acolhimento e associando a mulher a outros âmbitos além do doméstico.

Comumente as formas de enfrentamento idealizadas se pautam em possibilidades materiais e consideram que questões de afecção simbólica e cultural, por serem resultantes de processos mais lentos, devem ser delegados. No entanto, conforme Butto (et al, 2014), a cultura é retroalimentada e concreta, sendo resultante de práticas sociais, individuais e coletivas, que constroem novas referências e incidem em subjetividades. E, portanto, os movimentos de mulheres, ou mesmo os movimentos mistos nos quais as mulheres têm conquistado mais espaço, são, também, agentes de transformação, capazes de modificar cenários e relações, inclusive no que se refere à violência contra a mulher. A inserção política de mulheres rurais pode e está, aos poucos, colocando as pautas destas mulheres na agenda do desenvolvimento rural, conquistando espaços mais relevantes de negociação e construindo parcerias na defesa dos seus direitos.

É preciso, nesse sentido, possibilitar mais espaços, inclusive no âmbito acadêmico, que possam dar vazão às condições e reivindicações das mulheres rurais, de modo que elas não vejam apenas nas próprias ações os meios de transformação de suas realidades, mas encontrem subsídios governamentais no alcance de seus direitos e enfrentamento de violências. A partir da consideração das peculiaridades das áreas rurais, é possível adaptar políticas e planejar de maneira mais inclusiva e eficiente suas aplicações nesses espaços, de maneira afinada com as vozes das mulheres do campo.

3 MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA E AS REDES ARTICULADAS EM PROL DE SUAS DEMANDAS

Neste capítulo são apresentadas elaborações teóricas que caracterizam, a partir de diferentes aspectos, a chefia familiar feminina. Do mesmo modo, outros conceitos importantes para compreensão do fenômeno também são trazidos, como as noções de monoparentalidade e de matrifocalidade, por exemplo.

Dada a diversidade de estudos acerca da temática, foi evidenciado o caráter localizado da produção de dados, ilustrando diferentes formas de apresentar as mulheres chefes de família de acordo com marcadores sociais de raça, classe, tipo de arranjo familiar e localização geográfica. A escolha por tratar da implicação enquanto pesquisadora na produção de dados se deu para cumprir o duplo objetivo de não incorrer no risco de ler as mulheres chefes de família enquanto um grupo homogêneo, e, ao mesmo tempo, destacar o caráter urbano das produções.

Em seguida, foi estruturado um levantamento teórico acerca das principais demandas que mulheres chefes de família possuem em seus cotidianos. Tal levantamento foi ancorado em um estudo realizado anteriormente por Parry Scott (2011), organizando a discussão em cinco principais aspectos: trabalho, educação, saúde, justiça e agricultura. Partindo das considerações de Scott, um diálogo foi construído com outras teóricas como Maria Luíza Carvalho, Sabrina Cúnico, Maria Franco, entre outras, afim desenhar com mais amplitude as condições diversas que tais mulheres enfrentam.

Como último tópico do capítulo, foi discutida a função social da rede de apoio às mulheres chefes de família no enfrentamento de suas demandas, bem como as instituições, grupos e personagens mais comumente acionados. A partir das contribuições teóricas é possível compreender com mais profundidade em que medida há negligência no suporte às mulheres e quais atores são subnotificados ou sobrecarregados nesta relação.

3.1 EXPLORANDO O CONCEITO DE CHEFIA FAMILIAR FEMININA

A compreensão do que pode ser denominado de chefia familiar feminina não é consenso na bibliografia produzida sobre a temática, existindo debates que levam em conta para a conceituação a manutenção econômica, as relações de poder e a ausência de uma figura masculina adulta no lar. Como forma de estruturar teoricamente o conceito, Sylvia Chant (1997)

buscou classificar as formações familiares nas quais a chefia feminina se encontra, sendo elas: lares onde as mães são solteiras, compreendendo mulheres advindas de diversos estados conjugais; lares extensos, que também abarcam variações conjugais, mas costumam ser constituídos por mulheres de idades mais avançadas; lares unipessoais; lares compostos apenas por mulheres, consanguíneas ou não, com ou sem filhas; lares com predominância feminina, onde há mais mulheres adultas, podendo haver homens em posição de dependentes destas; e lares chefiados por avós, formado por estas e seus netos.

A classificação de Chant (1997) contribui para uma compreensão da chefia familiar feminina para além da monoparentalidade, em uma concepção ampliada, abarcando outras possibilidades de lares nos quais há ausência da figura masculina adulta. No entanto, embora abrangente, tal classificação não representa por completo o fenômeno e autoras como Maria Gabriela Hita (2014) e Mary Mendes (2005) problematizam o critério da ausência masculina, considerando que não necessariamente a presença de um homem adulto o torna referência de chefia para a aquela família. As autoras, inclusive, depararam-se, em seus estudos, com formas de chefia femininas que teriam sido ignoradas se considerassem a ausência masculina uma premissa.

Hita (2014) define como critérios na definição da chefia: a propriedade da casa, a autoridade familiar em relação aos membros e a responsabilidade última pela família ou filhos. A autora opta por analisar as matriarcas, mulheres mães e avós, comumente idosas, em um tipo específico de chefia que, além destes critérios, possuem, ainda, um poder reconhecido sobre a família extensa e a comunidade em que se inserem. As situações conjugais das matriarcas pesquisadas por Hita (2014) não se constituíam imperativas para o enquadre das mulheres em tal categoria, mas, sim, as relações de poder estabelecidas e suas posições de lócus de descendência em suas famílias.

Além disso, a propriedade da casa é um critério importante para a autora, que constrói uma dupla simbologia para o termo, tanto se referindo à família ou aos arranjos domésticos, quanto como espaço físico onde as relações, os jogos de poder e as dinâmicas de trabalho e afeto se estabelecem. Hita (2014) parte do pressuposto de que a casa, materialmente falando, expressa os processos de ocupação da família, sendo construída, adaptada, expandida, herdada ou destruída em função das necessidades e que, no caso da chefia familiar feminina, o domínio deste espaço pela mulher se fundamenta enquanto parte de sua posição de poder.

Mendes (2005), por outro lado, opta por trabalhar com a definição de chefia familiar feminina exposta por Luíza Carvalho (1998) onde é possível encontrar três critérios de enquadre: a chefia familiar *de jure*, que ocorre quando o parceiro está ausente, podendo a

mulher ser ou não a responsável financeira; a chefia *de facto*, quando a mulher é a responsável financeira pela família, mesmo na presença de um cônjuge; e a chefia que abarca a um só tempo a ausência masculina e a mulher enquanto provedora. Assim, Carvalho (1998) e Mendes (2005) consideram a possibilidade da presença masculina, mas ancoram boa parte da definição de chefia na responsabilidade econômica.

Embora Carvalho (1988) problematize o uso do critério financeiro isoladamente, entendendo que este contribui para a depreciação da colaboração econômica oferecida pela mulher à família, é comum que estudos e censos demográficos utilizem justamente como critério, o sexo do provedor principal da residência. Também para Hita (2014) trata-se de um parâmetro impreciso, visto que, em muitos lares, o orçamento é composto de forma colaborativa por vários membros e, a depender da metodologia utilizada para a coleta dos dados, pode-se atribuir tendenciosamente o papel de provedor ao homem.

Na tentativa de evitar a projeção do papel de responsável econômico pela família, o censo brasileiro adotou desde 2000 a terminologia “responsável por domicílio”, em lugar da palavra chefia, utilizando o critério de auto identificação, de modo que as próprias entrevistadas definem alguém para a posição. Além de transferir para a população a responsabilidade pela definição prática do que compreendem pela responsabilidade, se alteram qualitativamente as informações coletadas no censo, visto que um domicílio é capaz de abrigar uma ou mais famílias conviventes, com chefias possivelmente diferentes, que ficam subnotificadas na nova nomenclatura.

Apesar da complexidade da definição conceitual, as mulheres e mães enquanto ênfases do sistema de parentesco formam um princípio de organização da rede familiar muito comum e enraizado no imaginário popular. Ruth Landes, antropóloga estadunidense, no clássico *A Cidade das Mulheres*, lançado em 1947 e Klass Wootmann, também antropólogo, em *A Família das Mulheres*, de 1987, já retravam a frequente matrifocalidade nos lares brasileiros, especificamente no estado da Bahia.

Parry Scott (1990), todavia, observa que a chefia feminina e a matrifocalidade não são equivalentes, sendo esta última uma ênfase nas relações do lado feminino da família mesmo na presença masculina, se traduzindo em relações mãe-filhos mais próximas, maior teia de relações do lado feminino, além de acompanhar mais representações simbólicas e culturais de personificação feminina na comunidade onde vivem. Trata-se de um princípio ideológico amplo que não se restringe a uma estrutura familiar em específico, e, por vezes, abarca, a um só tempo, uma chefia masculina e a identificação de familiares e parentes com uma figura feminina.

No entanto, a identificação matrifocal se torna bastante representativa nos lares de chefia feminina, servindo esta, inclusive, de indícios para a matrifocalidade de uma cultura. No Brasil, especificamente, a vulnerabilidade econômica e a desigualdade de gênero são correlacionados com o caráter matrifocal das famílias, uma vez que as mulheres continuam mais responsabilizadas pelo desenvolvimento afetivo das crianças, construindo relações mais qualitativas com elas, favorecendo identificações, ao mesmo tempo em que são, cada vez mais, responsáveis e corresponsáveis financeiras por seus filhos, tomando decisões sobre eles.

Embora refiram-se a conceitos diferentes, a posição de chefia feminina também implica matrifocalidade e não se restringe a estruturas familiares rigidamente estabelecidas, se referindo muito mais ao contexto e a uma junção de fatores que compreendem autoridade, renda e reconhecimento dos membros da família. Admite-se, conforme Scott (2011), a problematização da própria ideia de “chefia”, no entanto, concretamente, muitas mulheres assumem integralmente a responsabilidade sobre um grupo doméstico convivente, nomeado como ‘família’, sendo designadas chefes desta, ainda que se configure uma chefia que abarca, a um só tempo, reciprocidade entre os membros e a manutenção de hierarquias.

O próprio uso da palavra chefia, embora esteja carregado de um simbolismo que hierarquiza e reifica diferenças de poder, implica que a família pode ser, concomitantemente, um grupo solidário, de aliança e de reciprocidade entre seus membros, e uma malha de poder estabelecida em prol da construção da vida social cotidiana (SCOTT, 2011). Desse modo, são as dinâmicas de poder que predominam sobre a análise conceitual da chefia familiar, ainda que, concretamente, a manutenção financeira, a propriedade sobre a casa – ou sobre a terra, em localidades rurais -, a autoridade sobre os filhos e até a frequência ou qualidade da presença masculina no lar, se constituam fatores que interferem nas dinâmicas de poder, tensionando relações e posicionando os membros da família simbolicamente.

3.2 INCIDÊNCIA, HETEROGENEIDADE E FORMAS DE ABORDAGEM

Embora a formulação conceitual seja relativamente recente, a existência de famílias chefiadas por mulheres não é um fenômeno novo na sociedade brasileira, tendo sido, inclusive, estudada a sua incidência em diferentes períodos históricos, com pesquisas que fazem referência a sua presença no Brasil desde o século XIX (SILVA, 2005; MENDES, 2005). No entanto, em função das mudanças nas relações de gênero ocorridas no último século, as estatísticas têm apontado um crescimento na incidência da chefia familiar feminina, aumentando, concomitantemente, a atenção midiática e a necessidade de estudos sobre o tema.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, divulgados em 2018, apontam que em 20 anos, entre 1995 e 2015, cerca de 28 milhões de mulheres assumiram a responsabilidade por seus domicílios, representando mais que o triplo de casos em dados brutos do ano de início deste censo, passando a caracterizar 40,5% de todas as famílias no Brasil. No mesmo período, as características desta população também se modificaram: em 1995, por exemplo, a maior parte das mulheres chefes de família se autodeclaravam brancas, enquanto em 2015, a situação se inverteu e mais de 15 milhões de mulheres nesta condição são negras. A distribuição por região do Brasil também mostrou diferenças significativas: se antes, em termos relativos, a região norte guardava o maior percentual de famílias de chefia feminina, no último ano dos dados, a região nordeste tomou a liderança com números maiores que a média nacional, apresentando 42,9% de suas famílias chefiadas por mulheres (IPEA, 2017).

Desse modo, em sua expansão e heterogeneidade a chefia familiar feminina não pode ser lida como um fenômeno que abarca mulheres em iguais condições. Os marcadores de raça, de idade, de classe, de escolaridade, de orientação sexual e localização geográfica, entre outros possíveis, se entrecruzam para formar mulheres em condições diferentes, com margens de agência diferenciadas. Nesse sentido, os estudos produzidos sobre a temática produzem dados sobre mulheres que distinguem entre si, de acordo com o recorte definido pelos autores.

Para ilustrar tal variação, Vanda Barreto e Luiz dos Santos (2006), ao privilegiarem a leitura a partir da raça das mulheres chefes de família, utilizando dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador, identificaram diferenças significativas entre as mulheres, sendo as negras chefes de família menos escolarizadas formalmente, possuindo inserção mais precária e irregular no mercado de trabalho, obtendo rendimentos 38% menores e apresentando arranjos familiares cerca de 20% maiores, se comparadas às brancas na mesma posição. Em contrapartida, Iolene Lobato (2011), optou por lançar um olhar sobre a chefia familiar feminina a partir da inserção destas na Universidade Federal de Goiás, privilegiando os aspectos relacionais derivados da condição de chefia e enfatizando a intenção de pesquisar a temática em um contexto não marcado pela pobreza, desafiando “os pressupostos e estudos que vêm colocando a mulher chefe de família como sendo predominantemente pobre, não escolarizada e negra” (p. 92), ainda que metade de suas entrevistadas tenha se declarado “negra” ou “morena”.

Assim, o recorte e o papel do olhar da pesquisadora possuem fundamental importância na produção dos dados e, embora comumente se pautem em identificações e possibilidades dispostas pela formação profissional, também servem para evidenciar lacunas, denunciar desigualdades ou instrumentalizar discursos. Um bom exemplo de balizador de recorte que

incide em variações nas análises, no caso da chefia familiar feminina, são os arranjos familiares nos quais o fenômeno se apresenta.

Enquanto estudos que representam a chefia feminina em lares matriarcais encontram mulheres mais velhas, com papéis importantes na vida comunitária, proprietárias de suas residências, que possuem recursos materiais que as caracterizam como o centro de apoio financeiro da família imediata e extensa (HITA, 2014); pesquisas cujo enfoque é sobre famílias monoparentais de chefia feminina, comumente as associam com a precariedade e a vulnerabilidade sócio econômica, somando frações de renda de múltiplos trabalhos informais, trabalho formal e possíveis pensões alimentícias de ex-maridos (SILVA, 2005).

A família monoparental é aquela cujos filhos vivem, só com a mãe, ou só com o pai. O conceito surgiu em 1975 para dar lugar às expressões “pai solteiro” e “mãe solteira” que, no caso da mulher, tinha uma conotação pejorativa, sinônimo de segregação e vergonha, exceto em caso de viuvez (SILVA, 2005). As famílias monoparentais femininas comumente caracterizam os estudos de um fenômeno conhecido como a feminização da pobreza, conceito introduzido pela estadunidense Diane Pearce em 1978, que refere-se à ideia de que as mulheres vêm, ao longo das últimas décadas, se tornando mais pobres do que os homens, devido ao maior índice de famílias chefiadas por mulheres (NOVELLINO, 2005).

É importante compreender que tal perspectiva é localizada historicamente e ideologicamente no Brasil que, nos anos de 1990, sofreu o impacto governamental da adoção de uma postura marcadamente neoliberalista, aderindo, entre outras políticas, a uma redução da intervenção estatal nas áreas sociais, acompanhada da valorização da ideia do mérito individual enquanto meio de ascensão social e de autossustento. Assim, milhões de famílias que, por inúmeras razões, não podiam manter seus membros em posição de competitividade no mercado de trabalho, se viram em condição de extrema vulnerabilidade social (FRANCO, 2011).

No caso específico das famílias chefiadas por mulheres, há um extenso campo de estudos que teoriza sobre as razões deste arranjo familiar ser considerado o “mais pobre dentre os pobres”. Franco (2011) aponta que tal feminização da pobreza guarda relação intrínseca com a má remuneração das mulheres, as dificuldades de se estabelecer no mercado de trabalho, a omissão do cuidado e da responsabilidade financeira paterna, entre outros fatores que tornam as famílias chefiadas por mulheres mais vulneráveis. Logo, tais famílias foram, também, umas das principais afetadas pela mudança de perspectiva estatal neoliberal.

Assim, as mães chefes de lares monoparentais são retratadas como fragilizadas diante do acúmulo de responsabilidades, configurando perfis sociodemográficos de pauperização e sendo associadas a índices de desigualdade. Por vezes, tais formas de representação são,

inclusive, utilizadas estrategicamente em discursos políticos que simbolizam estas mulheres como desajustadas, pouco capazes e que suas condições são consequência da quebra de valores familiares conservadores. No entanto, conforme Costa e Marra (2013) e Márcia Macêdo (2008) embora a ausência masculina tenha sido apontada como um balizador da capacidade da família de se manter econômica e afetivamente saudável, poucas vezes se considera que a massiva maioria dos lares de chefia masculina possuem a colaboração financeira e o trabalho produtivo e reprodutivo da mulher, enquanto o oposto é pouco frequente.

Assim, é a desigualdade de gênero que se torna efetivamente um fator de risco importante aos lares de chefia familiar feminina, pois os dados de vulnerabilidade destas famílias, longe de apontar mulheres frágeis, intrinsecamente fadadas à desigualdade, indicam disparidades sociais profundas enfrentadas cotidianamente por mulheres sobrecarregadas com, no mínimo, o dobro de responsabilidades. As vulnerabilidades relacionadas a chefia familiar feminina não são fictícias, no entanto não podem ser lidas de maneira essencialista, como resultantes de uma qualidade das mulheres, mas sim das políticas que se pautam no livre mercado e das baixas possibilidades de mobilidade socioeconômica.

É importante lembrar que mesmo diante de dados com indícios de um perfil de vulnerabilidade, as mulheres chefes de família são um grupo heterogêneo e suas condições diferem de acordo com a classe social, a idade ou geração, o grupo étnico ou racial, a qualidade da rede de suporte, entre outros aspectos. Desse modo, a associação direta entre a feminização da pobreza e a chefia familiar feminina precisa ser lida com o cuidado de não acrescer estigmas e homogeneizar uma população sob a égide de uma perspectiva essencialista e neoliberal.

Além dos marcadores sociais e dos arranjos domésticos, outro fator que incide em diferenças significativas de condições entre as mulheres chefes de família é o contexto no qual estas se inserem. Dado o caráter majoritariamente urbano deste fenômeno, visto que, em dados brutos, cerca de 26 milhões destas mulheres vivem nas cidades, a massiva maioria dos estudos produzidos acerca da chefia familiar feminina enfoca contextos urbanos e periféricos das grandes cidades. Nestes trabalhos, a variabilidade de recortes é extensa, mas, mais comumente se enfatizam as condições de trabalho e as vulnerabilidades socioeconômicas destas famílias.

Para ilustrar, em um rápido levantamento da plataforma de pesquisa Periódicos Capes pelos termos *chefia familiar feminina* ou *mulheres chefes de família*, sem restrição de idiomas ou ano de produção, dos 76 trabalhos retornados, apenas quatro fazem referência ao fenômeno em contextos rurais, dois deles em outros países, nos interiores de Cabo Verde e do Quênia. Conforme Hildete de Melo e Alberto Di Sabbato (2006), é preciso atentar-se às particularidades do fenômeno nas áreas rurais, cujos laços patriarcais ainda muito resistentes e índices de

divórcio que demoraram a ganhar expressividade, frearam o crescimento dos índices de chefia familiar feminina por décadas. Nos últimos anos esse índice tem crescido, passando de 15% em 2005, para 25,3% em 2015, sendo ainda mais expressivo no Nordeste, onde as mulheres passaram a chefiar 30,2% das famílias rurais (IPEA, 2017).

Nos contextos rurais, a chefia familiar feminina acresce às suas demandas as questões relativas à agricultura, à reforma agrária, aos déficits de infraestrutura, entre outras possíveis. Da mesma forma, as estratégias de sobrevivência construídas e as políticas que garantem ou deveriam garantir as condições de vida dessas famílias, embora haja similaridade em alguns casos, também diferem em grande parte. Nas áreas rurais do Nordeste brasileiro, por exemplo, a convivência com o semiárido é forte balizadora das condições, de modo que, por muitos anos, a falta de possibilidades de trabalho e de políticas mais afinadas com a perspectiva de convivência com o clima e o bioma da caatinga, forçaram a migração de milhares de pessoas, homens em sua maioria, para outras regiões do país. Então, mesmo com o decréscimo desse fenômeno migratório, muitas comunidades rurais são marcadas pela presença masculina sazonal, sendo as mulheres responsáveis por suas famílias na maior parte do tempo.

Nesse sentido, se faz necessário considerar as diferenças de marcadores sociais, de arranjos familiares e de contextos, para a compreensão das mulheres chefes de família em sua diversidade de demandas e, mais importante, na construção das políticas e das articulações que as respondem.

3.3 VULNERABILIDADES E DEMANDAS

Mulheres chefes de família, independentemente da perspectiva com que são abordadas, geram demandas específicas e enfrentam condições particulares que precisam ser identificadas para que sejam construídas alternativas que visem a melhora de suas condições. Tais mulheres são comumente reconhecidas em muitos estudos pela vulnerabilidade socioeconômica e pela exposição a inúmeros fatores de risco que contribuem para a manutenção de desigualdades (COSTA; MARRA, 2013). Partindo dessa premissa, Scott (2011) realizou um levantamento de pesquisas e reúne com base nelas quais as necessidades que mulheres chefes de família possuem, organizando tais demandas em cinco principais setores de afecção: trabalho, educação, saúde, justiça e agricultura.

No que se refere ao trabalho, Scott (2011) aponta que, mais do que as outras mulheres, as chefes de família ganham baixos salários, com os quais precisam prover a casa; precisam conciliar as demandas do emprego e da casa, sofrendo constantes exclusões do primeiro por

conta do tempo dedicado à segunda; precisam de apoio para cuidar de seus dependentes; e são excluídas do direito à previdência social. O autor associa tais dificuldades aos obstáculos que o mercado de trabalho e o governo impõem para a contratação e manutenção das mulheres em seus empregos, como a falta de creches para os seus filhos, transporte escolar e apoio para o acompanhamento da vida escolar dos seus dependentes.

Concretamente, as categorias de classificação das demandas possuem limites difusos e interferem, umas sobre as outras. Por exemplo, no tocante à educação, Scott (2011) indica que a urgência da questão da renda faz com que as mulheres priorizem a sobrevivência imediata em função dos investimentos em melhores condições de vida futura, representados pela educação, o que pode incidir em um ciclo de baixos rendimentos e baixa escolaridade.

Assim, é comum que mulheres chefes de família interrompam seus estudos e careçam de capacitação para o mercado de trabalho. Tal sacrifício podendo se estender a outros membros da família, pois os filhos tendem a se solidarizar com as mães e evadem das escolas em busca de trabalho para contribuir com renda ou, no caso das filhas mais velhas, se sobrecarregam com o trabalho doméstico e cuidado dos irmãos menores (SCOTT, 2011b; CARVALHO, 1998).

De acordo com Maria Luiza Carvalho (1998) parte significativa das demandas de trabalho e educação seriam sanadas com a liberação parcial do tempo das mulheres, a partir da responsabilização dos governos pela educação e saúde das crianças. O suporte à mulher trabalhadora, escolas de período integral, creches nos locais de trabalho, acompanhamento educacional à criança no período oposto a escola, atividades esportivas e de lazer gratuitas, entre outros equipamentos sociais possíveis, facilitariam a gerência das mulheres de seu tempo entre os filhos e seus trabalhos.

As demandas educacionais se agravam significativamente se analisadas em contextos rurais. Em um estudo sobre as relações entre analfabetismo e a monoparentalidade feminina, realizado em Recife, Scott (2011), verifica uma correlação entre as origens rurais das mulheres e os seus índices de analfabetismo. A ausência ou distância das escolas nos/dos municípios rurais, assim como a urgência da necessidade de trabalho e contribuição de renda, inclusive pelas crianças, somadas à falta de perspectiva que associasse melhores condições de vida à escolarização, em uma soma de fatores, contribuíram para que muitas mulheres se mantivessem em estado de subordinação aos maridos e/ou na pobreza. No entanto, o autor acrescenta que, em muitos casos, o ingresso na escola era negado às mulheres propositalmente por suas famílias de origem e maridos, com o intuito de restringir suas possibilidades e facilitar o controle sobre elas, o que incide em dificuldades de sobrevivência aumentadas ao se constituírem chefes de lares monoparentais.

A não escolarização das mulheres, embora em alguns casos possa ser concebida como pouco influente para o trabalho rural, principalmente por mulheres mais velhas, é uma barreira importante que pode dificultar desde a mobilidade até o acesso a direitos como a aposentadoria e o uso de recursos bancários. O analfabetismo além de restringir possibilidades, torna a mulher chefe de família, já muitas vezes considerada socialmente vulnerável pela sua condição, dependente de terceiros à realização de diversas atividades, sendo mais suscetível a engodos (SCOTT, 2011).

Sobre as demandas de saúde das mulheres chefes de família, Scott (2011) aponta que estas, por conta da baixa renda, costumam habitar em condições insalubres e, conseqüentemente, conviver com adoecimento frequente de seus dependentes, que exigem cuidados. É comum, ainda, que elas tenham dificuldades de obter a medicamentos e ser acolhidas em serviços de saúde, assim como demandam informações sobre métodos contraceptivos, prevenção de infecções sexualmente transmissíveis e possibilidade de esterilização.

Um estudo realizado por Rosa Maria Pinto (et al, 2011) com mulheres chefes de família da região central de Santos, em São Paulo, demonstrou, como parte de seus resultados, além das dificuldades de compreensão das mulheres acerca do uso dos métodos anticoncepcionais hormonais, uma significativa coerção dos parceiros para o não uso de preservativos, evidenciando relações de abuso e violência nas esperas afetivas. A esse respeito, Florença Costa e Marlene Marra (2013) pontuam que são recorrentes as pesquisas sobre mulheres chefes de lares monoparentais apontarem a abdicação feminina de sua sexualidade, em função do medo de ter que se submeter à relações desiguais (SILVA, 2005; HITA 2014), assim como negligenciam os cuidados com a própria saúde em decorrência da falta de tempo e das necessidades do dia-a-dia.

No âmbito jurídico, Scott (2011) afirma residir algumas das maiores defasagens entre o que é oferecido e o que é demandado pelas mulheres chefes de família. As dificuldades para garantir o recebimento das pensões alimentícias e as questões relativas à guarda dos filhos, somam-se à discriminação e vigilância social por viverem sem um companheiro, às violências sofridas por ex companheiros e a insegurança de seus espaços habitacionais, considerados mais vulneráveis a violações pela ausência masculina.

Sabrina Cúnico (2014) lembra que, embora mesmo diante de uma separação conjugal, a responsabilidade parental não se dissolva legalmente, na prática, muitos pais desligam-se afetivamente dos filhos, ou ainda, passam a assumir apenas atividades recreativas e ocasionais. Embora a autora coloque que o direito brasileiro já é efetivo em cobrar a responsabilidade

paterna no que tange ao aspecto material, no âmbito periférico urbano e nos setores rurais, é comum que os pais se isentem também, conforme apresentado pela própria autora, das responsabilidades financeiras sobre os filhos.

A concretização dos direitos dos dependentes e a tentativa de estabelecer uma equidade dos pais no cuidado e responsabilidade sobre a família, mesmo que no aspecto jurídico, passam pelo desafio da naturalização do abandono paterno após a separação ou após o recasamento do pai (CÚNICO, 2014). Em muitos casos, a mulher desconhece os direitos aos quais pode recorrer, ou não deseja acioná-los, seja por querer, de fato, distância do ex cônjuge, seja pela dificuldade em lidar com os aspectos burocráticos, sobretudo quando somam-se ao analfabetismo, à falta de tempo e recursos financeiros e logísticos, principalmente nas ruralidades.

No que se refere às demandas relativas aos contextos rurais e a agricultura, Scott (et al, 2016) aponta que, no campo, ainda é precário o acolhimento das mulheres em equipamentos institucionais de diversas políticas, tanto por dificuldades estruturais (transporte, aparelhagem, comunicação, entre outras), quanto pela má distribuição das informações sobre seus direitos. Além de um significativo agravamento das demandas já encontradas na cidade (como a falta de creches e de suporte jurídico, por exemplo), por conta da infraestrutura negligenciada, as mulheres rurais chefes de família: sofrem de discriminação pela condição de não ter um companheiro – ou por relacionar-se afetivamente com novos companheiros; possuem históricos de violência doméstica e dificuldades relativas à denúncia destas; convivem com maior insegurança nos seus lares; sofrem de falta de braços para trabalhar a terra; e, em muitos casos, trabalham na ausência de companheiros que migraram e as deixaram sozinhas (SCOTT, 2011).

Conforme Mary Mendes (2005), a migração é uma característica marcante do meio rural, enquanto estratégia de sobrevivência das famílias mais pobres. É comum que os filhos migrem para os grandes centros urbanos, em busca de trabalhos que não exigem especializações, relacionados à construção civil, principalmente. As mulheres de contextos rurais, por outro lado, migram mais raramente e, quando o fazem, é comum que se direcionem às cidades mais próximas, guardando forte relação com a família de origem. Nesse contexto, muitas vezes as relações amorosas estabelecidas são interrompidas pelas necessidades econômicas, muito embora nem sempre o homem que migra mantenha a responsabilidade econômica sobre a família que deixa, ao ir embora.

Segundo Scott (2011), a segregação entre as famílias chefiadas por mulheres e as caracterizadas por casais é bastante evidente no campo e as mulheres chefes de família sofrem dificuldades para ter acesso à terra por conta dos obstáculos impostos pela gestão dos programas

de assentamento, que legitimam as famílias a partir da presença masculina. Paola Morales (2010), dá destaque ao papel que a titularidade da terra tem para as mulheres rurais, uma vez que inclusão nas políticas públicas para essa população compreende a titularidade como um pré-requisito.

Para Costa e Marra (2013), o apego a ideia de que o homem é quem garante o respeito e a autoridade na família, marcam a vivência das mulheres chefes de família, desmoralizando-as e constituindo um fator de risco psicossocial, que prejudica seus empoderamentos. Nos contextos rurais, o preconceito e as desigualdades de gênero assumem muitas formas e incidem sobre as mulheres de modo que estas se assalariam em condições muito precárias, não acessam financiamento e investimento para agricultura e trabalham sozinhas, muitas vezes literalmente abandonadas pelos maridos que migram e deixam de contribuir com o provimento familiar (SCOTT, 2011; MORALES, 2010).

Também sobre as famílias em contextos rurais, Maria Franco (2011) considera que as mudanças recentes ocorridas nas dinâmicas familiares da classe média brasileira não tiveram efeito significativo nas famílias residentes nos interiores, uma vez que estas ainda se estabeleceriam sob os moldes hierarquizados de família. É preciso considerar de maneira mais profunda tais afirmativas, uma vez que, ainda que se admita maior apego aos valores conservadores de família nas áreas rurais, há historicamente uma movimentação de mulheres na luta sindical e fortes indícios de que, na prática, as dinâmicas familiares nem sempre se estabelecem tão rigidamente. No entanto, a crítica de Franco (2011) às políticas implantadas para atuar diante das famílias chefiadas por mulheres é contundente e se pauta na prática política frequente de se esquivar de tratar da necessidade de maior empoderamento feminino.

Assim, com ênfase na ideia de empoderamento, a autora aponta que são necessários programas eficazes na tomada de protagonismo dessas mulheres, que compreendam o cuidado às crianças de modo que a responsabilidade deste âmbito não recaia somente sobre a mulher e some-se à sua carga horária de trabalho de maneira excessiva; programas estes tanto que obriguem os pais a dividirem a responsabilidade sobre os filhos, quanto que devolvam ao Estado seu papel formador de cidadãos e garantidor das condições de competitividade da mulher no mercado de trabalho. É destacada, ainda, a necessidade de políticas que incentivem a geração de renda para esta população, seja com a criação de novos postos de trabalho, cursos de capacitação, incentivo ao empreendedorismo, entre outras possibilidades.

Em certa medida, as proposições de Franco (2011) foram intentadas parcial e gradualmente pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, criado nos anos 2000, com programas como o de Organização Produtiva das Mulheres Rurais, por exemplo. Neste cenário,

mesmo as iniciativas, de fato, transformadoras, precisavam ser afinadas, uma vez que, conforme Scott (2011), para promoção da equidade de gênero, é preciso que tais programas, projetos e políticas com viés educativo e emancipatório, atentem-se às particularidades das mulheres mais velhas, e incluam em suas áreas de afecção, além do conteúdo a ser apreendido, valorização da autoestima e das histórias particulares vividas por elas, de modo a atingi-las e compreende-las de fato.

No entanto, desde 2016 o Ministério do Desenvolvimento Agrário sofreu uma drástica redução orçamentária e passou ao status de Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, de modo que diversos programas tornaram-se, se não extintos, menos abrangentes ou inviáveis, agravando a carência de políticas de combate à desigualdade de gênero no campo. Também em uma leitura mais sistêmica da condição das mulheres chefes de família, Pinto (et al, 2011) acredita que é preciso pensar o acesso (ou não acesso) aos serviços públicos, a garantia de seus direitos, as condições de trabalho a que são expostas, além da privação de renda.

Embora certamente a autonomia financeira seja fundamental no processo de mobilidade socioeconômica, e, em nível concreto, os programas de transferência de renda garantam a sobrevivência de muitas famílias, as políticas sociais se constroem mais efetivas se engajadas concomitantemente às urgências e às problemáticas eliciadoras, por vezes naturalizadas por uma cultura sexista, de tendências individualizantes. Desassociar a chefia familiar feminina da feminização da pobreza implica, não somente o combate da pobreza per si, mas a garantia de condições mais dignas de vida, pautadas em políticas e direitos de cidadania para as mulheres.

3.4 REDES DE APOIO ÀS MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA

Assim como alguns autores denunciam vulnerabilidades e construíram um levantamento significativo das demandas das mulheres chefes de família, também as formas de enfrentamento das necessidades, dada a carência de políticas, precisam ser investigadas. Como modo de responder às suas demandas, compreende-se que tais mulheres, enquanto agentes em suas realidades, realizam articulações próprias, não deixando de recorrer às instituições e serviços governamentais específicos que correspondam às suas necessidades, mas também tecendo redes de solidariedade e construindo estratégias de sobrevivência, de modo que a rede de apoio, como um todo, assume um papel fundamental (HITA, 2014; FRANCO, 2011).

Ao se referir a ideia de uma rede, conforme Gabriela Andrade e Jeni Vaitsman (2002), remete-se à imagem de pontos em conexão, dispostos em teia. Nesse sentido, ao tratar das redes

que circundam um grupo, é possível, a partir de tais pontos, mapear contatos, a frequência de trocas, a qualidade das relações e as articulações em cena, de modo que entrem em evidência os aspectos de coletividade de uma comunidade em uma relação de interdependência.

Na conceituação do que pode ser considerado, especificamente, uma rede de apoio, Maria Brandão e Fátima Craveirinha (2011) trabalham com a ideia de sujeitos que compõem o apoio social, fornecendo informação, assistência e afeto. As autoras distinguem dois tipos de redes de apoio social: redes formais, que abarcam profissionais e instituições capacitados formalmente para prestar serviços e assistência; e redes informais, compostas por grupos sociais, sejam de familiares, conhecidos, amigos ou vizinhos.

Também em seu trabalho, Lobato (2011) parte da definição de que se constituem redes de apoio toda forma de auxílio e suporte aos quais as mulheres, seu público alvo, podem recorrer em seu dia-a-dia, de modo a viabilizar ou facilitar o cuidado com a família, sejam essas redes públicas ou familiares. Desse modo, a perspectiva de que é possível considerar tanto instituições e profissionais, quanto familiares e amigos como integrantes possíveis de uma rede de apoio orienta a presente pesquisa, podendo abarcar, por exemplo, serviços e benefícios de programas governamentais, grupos de militância sindical ou vizinhos que auxiliam no cuidado com as crianças.

Enfatizando os componentes institucionais da rede de apoio que atuam de forma significativa na vida das mulheres chefes de família, Franco (2011) destaca o papel de programas de ênfase econômica, como o PETI - Erradicação do Trabalho Infantil, iniciado em 1996, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, o Bolsa Família, criado em substituição a outros programas de transferência de renda em 2003, e o Minha Casa, Minha Vida, posto em vigor em 2009, ambos sob o governo de Luís Inácio Lula da Silva e pensados como resposta da política de assistência social às necessidades das populações que passam por maior privação. Em sua pesquisa, o Programa Bolsa Família configura um importante recurso para a sobrevivência das famílias das mulheres entrevistadas, garantidor - embora não seja essa a finalidade idealizada - da alimentação e da energia elétrica. Há, no entanto, controvérsias a respeito do viés beneficiário de tal programa, não deixando a autora de observar que as condicionalidades impostas para o recebimento dos benefícios aumentam a carga de trabalho e responsabilizam as famílias, principalmente as mães, pelo desenvolvimento das crianças e dos membros da família, em uma espécie de parceria mãe/estado.

Na mesma perspectiva, Caroline Bevilaqua e Caroline Buaes (2012) indicam que a escolha das mulheres enquanto titulares dos benefícios do programa Bolsa Família não se dá de maneira aleatória, mas derivada de uma construção social da identidade do sujeito mãe e

mulher, como responsáveis pela saúde, educação e bem estar de suas famílias. Para elas, as próprias mulheres chefes de família, uma vez que não estão isentas desse modo de pensar, por vezes, sentem-se culpadas por não acompanhar o desenvolvimento dos filhos da maneira como gostariam, acreditando, também, serem as únicas responsáveis por estes, sentimento que as autoras chamam de “obrigatoriedade do cuidado”. Paola Morales (2010) contribui com a questão afirmando que as mulheres enquanto responsáveis pelo gerenciamento de benefícios tem mais chances de garantir o sustento da família, do que se os homens o fossem:

As recomendações dos organismos financeiros em relação às estratégias de combate à pobreza apontam para outorgar benefícios mínimos que repercutam em um maior número de pobres. Ao ser a maioria das mulheres pobres e a maioria dos pobres mulheres, com esta política se garante um duplo objetivo: os governos respondem aos requerimentos dos organismos sobre “inclusão de gênero” e, por outro lado, se atinge um maior número de pobres (PAOLA MORALES, 2010, p. 102).

Apesar do reconhecimento do Programa Bolsa Família enquanto estratégia governamental que pode agregar mais trabalho às rotinas das mulheres chefes de família, não se pode desconsiderar que tal programa se constitui um fator de sobrevivência em muitos lares. Há, no entanto, outros componentes da rede institucional que, para além do aspecto econômico, atuam como viabilizadores de maiores margens de agência para as mulheres, possibilitando brechas para modificar suas situações, como os programas de suporte à mulher trabalhadora desenvolvidos nas comunidades, citados por Carvalho (1998). A autora destaca a atuação de espaços de acompanhamento extraescolar, creches comunitárias e municipais, instituições que disponibilizam atividades esportivas gratuitas, entre outras possibilidades que aliviam a sobrecarga de trabalho doméstico, liberam parcialmente o tempo da mulher e contribuem para a educação e saúde da família como um todo.

Concomitantemente à perspectiva neoliberal governamental brasileira dos anos de 1990, que reduzia investimentos em políticas sociais, houve um crescimento do número de associações e organizações no Brasil pautadas na solidariedade (ANDRADE; VAITSMAN, 2002). Assim, muitos grupos tornaram-se referências nas redes de apoio às famílias, distribuindo recursos, facilitando serviços, oportunizando lazer, estudo ou suporte de saúde, a partir da disponibilidade de profissionais e/ou voluntários, que, por sua vez, também se beneficiam dos espaços. Nesse contexto, além dos programas governamentais, Costa e Marra (2013) também consideram parte da rede que oferece apoio à mulher chefe de família, as Igrejas, os grupos comunitários, as Organizações Não-governamentais cujos objetivos atendem as demandas de tais mulheres, além de sindicatos, associações e coletivos dos quais elas podem fazer parte.

Conforme Scott (2011), há uma defasagem entre as famílias para quem as políticas públicas são pensadas e a realidade flexível e polissêmica das famílias brasileiras. Tal defasagem ocorre tanto no âmbito das ênfases escolhidas pelo Estado para as políticas de família (que não costumam incluir as redes de solidariedade, de proteção, de lutas de direitos reprodutivos, entre outros temas que somente entram em pauta a partir de negociações); quanto pelas constantes mudanças ocorridas nas famílias, que não se mantêm estáticas entre os levantamentos de demandas, a implantação das políticas e a avaliação das últimas. As famílias, conforme lembra o autor, utilizam-se concomitantemente das ações do Estado e de estratégias de adaptações próprias (uniões estáveis, separações, aglutinação de famílias conviventes) com a finalidade de responder suas necessidades mais urgentes.

A esse respeito, Franco (2011) considera que, diante do baixo alcance aos serviços públicos, das políticas de proteção social ineficientes ou inexistentes e das omissões governamentais e paternas, é muito comum que as famílias de chefia feminina tenham redes sociais de suporte ampliadas, em uma troca de assistências, ainda que precárias. Desse modo, os avós, vizinhos e amigos tornam-se peças fundamentais para a manutenção das condições de subsistência das famílias. Em tal rede, além do suporte material, há suporte afetivo entre as famílias, que constituem relações de cuidado, de forma a atender e cooperar sobre suas demandas mais urgentes.

A presença de parentes da família extensa e o acolhimento de não parentes na convivência familiar é bem maior em domicílios com mulheres responsáveis (25,4% destes) do que para os lares nos quais homens são os responsáveis (5,2%) (SCOTT, 2007). Tal dado reforça as evidências de uma realidade já apontada, de que o acionamento feminino das redes de apoio para sustento e para convivência é uma estratégia importante e recorrente, com parentes e amigos sendo ao mesmo tempo acolhidos e convidados a cooperar, ainda que autores como Brandão e Craveirinha (2011) façam ressalvas, indicando que em casos de monoparentalidade feminina a rede de apoio social costuma ser menor e mais fragilizada por conta da sobrecarga de trabalho, incidindo em maior isolamento de tais mulheres.

Para Carvalho (1998), em contrapartida, no intuito de equilibrar um dos maiores desafios impostos às famílias de chefia feminina, que é a conciliação entre a vida familiar e o trabalho, as redes de apoio social possuem um papel fundamental de suporte e provisão de recursos emergenciais. Na mesma perspectiva, Mendes (2005) considera, em seu trabalho, a família de origem enquanto ponto de ancoragem, servindo de suporte para o reingresso no mercado de trabalho a cada gravidez, separação, migração ou falecimento dos companheiros.

A existência de uma rede social de apoio significativa funciona, assim, como um mecanismo necessário ao equilíbrio das famílias, elaborados pelas mesmas em prol de seus fortalecimentos.

As trocas de suporte entre gerações vêm a ser um fator estruturante das relações estabelecidas em famílias de chefia familiar feminina. Marcadamente, em tais arranjos são as mulheres de diferentes gerações que compõem a rede de apoio dentro da família, sejam elas ligadas por consanguinidade ou afetividade (COSTA; MARRA, 2013; HITA, 2014). Em sua maioria, a rede se estabelece em torno do cuidado com as crianças e, não raro, ocorre o sacrifício de projetos individuais das mulheres em função dos projetos coletivos da família, como o investimento em cursos complementares para os filhos, preterindo o uso de seu dinheiro para consigo mesmas, por exemplo, ou o uso do tempo das avós aposentadas para cuidado dos netos.

Para Franco (2011) a família, em si, pode ser considerada uma estratégia de sobrevivência, instrumental e simbolicamente falando, pois oferece apoio mútuo e proteção social aos seus membros, estabelecendo uma coesão microcomunitária que atua em prol da sobrevivência familiar. A autora, certamente, se refere a condições positivas de vínculo familiar e encontra posicionamentos semelhantes na literatura, como o de Maria Juliano e Maria Yunes (2014) que também consideram que um ambiente familiar coeso e uma rede de apoio presente funcionam como fatores de proteção social, prevenindo violências, facilitando o enfrentamento de crises, gerando senso de pertencimento, favorecendo a saúde mental e o desenvolvimento das crianças e dos relacionamentos.

Considera-se, conforme as autoras, no entanto, que a construção de redes implica convivência e interdependência que não se pautam somente em coesão, como também em hierarquias, poder, distanciamentos e proximidades, alinhamento de perspectivas, negociação e troca, respeito e imposições, estabelecendo dinâmicas nas quais a solidariedade existe, é concreta, mas caminha lado a lado com os sacrifícios e os percalços das relações humanas. A sobrevivência requer articulação, de modo que, assim como nas instituições há trabalho condicionado à admissão nas políticas, no suporte familiar, a solidariedade exige flexibilidade e adaptação ao convívio.

No caso da chefia familiar feminina, ainda é preciso lançar luz sobre as relações de poder que entram em cena nas redes de apoio neste arranjo, entendendo quais margens de agência são possibilitadas. É preciso se aproximar dos limites das redes de apoio e de suas condicionantes por meio das articulações que são feitas pelas mulheres em seu cotidiano. Identificar a quem se pode recorrer concretamente, como também, quais apoios são parciais ou fictícios.

4 ESCOLHAS METODOLÓGICAS DA PESQUISA: IDEALIZAÇÕES, INSTRUMENTOS E PERCURSOS

Conforme Vagner Gonçalves da Silva (2015), considero que o trabalho de campo tenha início desde o contato com a literatura, a aprendizagem com os pares e as experiências informais com a temática, no entanto, deslocar-se e conviver um período no espaço e com as mulheres que pretendi compreender foi de fundamental importância para a composição de um olhar mais afinado com as lógicas de vida produzidas no local. Também para Peter Spink (2003), ao pesquisar tendo como premissa a Psicologia Social, mesmo que haja necessidade de deslocamento para a realização, não se está “indo” ao campo, porque o campo também pode ser acessado da cadeira da biblioteca, precedendo a caminhada. No entanto, é possível se aproximar, estar geograficamente e psicossocialmente perto dos lugares onde o campo-tema se torna mais denso, onde há encontro e confronto de discursos, onde é possível observar, identificar e analisar o campo-tema com mais profundidade.

Para Spink (2003), o campo forma uma matriz onde se localizam as falas, conversas, eventos, lugares e materialidades que se relacionam e o constituem. E, para acessar essa matriz, é possível partir de vários métodos, contanto que o pesquisador reconheça a negociação de sentidos implícita na pesquisa e que seus posicionamentos implicam em afetação. Nesse sentido, busquei me aproximar da matriz mulheres rurais chefes de família, entendendo que poderia estabelecer uma negociação mais rica de seus sentidos trazendo para análise suas falas, conversas informais e minhas impressões a partir do contato com as materialidades que circunscrevem seus cotidianos. Buscando, desse modo, entender não somente o que falam, mas como falam e de onde falam, ainda que assuma minhas limitações nesse processo.

Na busca por entender melhor os aspectos materiais que circundam o campo a que me dedico, ancorei parte da produção dos dados de pesquisa na compreensão do referido “onde”, locais em que as mulheres rurais chefes de família vivem, trabalham, se relacionam e falam a partir de. Para tanto, me baseei nos preceitos da observação participante, que preconiza compartilhamento e intercâmbio de experiências entre quem pesquisa e quem é sujeito de pesquisa, por meio de uma vivência, do estar junto em um cenário, participando conjuntamente de atividades (MÓNICO, ALFERES, CASTRO, PARREIRA, 2017).

A partir da observação participante, os significados das práticas e vivências podem ser atribuídos, se não a partir de dentro do grupo, mas mais de perto, no sentido em que as falas e conversas podem ser fundamentadas empiricamente nas interações observadas. A participação

proporciona condições privilegiadas não só de observação, como de questionamento, facilitando a compreensão e a intervenção, em um processo reflexivo, aproximando do cotidiano (MÓNICO, ALFERES, CASTRO, PARREIRA, 2017). Ainda que, em alguns momentos, o tempo disponibilizado pelas mulheres para aproximação às suas realidades não tenha sido tão extenso quanto o idealizado, acredito que a escolha por visitar suas casas, conhecer seus terreiros, sítios, famílias e tomar cafés em conjunto possibilitou não somente materializar seus contextos, trazer à cena questões que provavelmente me teriam passado despercebidas de outro modo, como também tornou o processo das entrevistas enriquecido, com informações e histórias contadas de maneira mais fluída do que se tivessem sido perguntadas em algum espaço institucional, com horário marcado em função da entrevista.

Idealizei, então, um desenho de pesquisa no qual fosse possível circular pelos espaços de convivência das mulheres rurais, conhecer as condições em que elas se transportam, em que trabalham, os serviços que acessam, e, se possível, seus lares. De acordo com a disponibilidade de voluntárias para participação na pesquisa, pude conhecer diferentes espaços do Sertão e suas zonas rurais, como sítios, assentamentos e quilombos, buscando compreender as peculiaridades que cada território apresentava.

Observei semelhanças entre os modos de vida, as necessidades estabelecidas e nas relações conjugais nos lugares em que visitei, mas também pude notar diferenças significativas derivadas do grau de parentesco entre as pessoas nas comunidades, ou da proximidade do local com algum centro urbano e até diferenças advindas do modo de obtenção da terra. Desse modo, ao se tratar de ruralidades é preciso fazer mais do que apenas descrever e situar geograficamente, se faz necessário compreender que o rural possui lógicas próprias e produz subjetividades peculiares em quem nele vive, que por vezes se estendem às cidades próximas.

Conforme Fernanda Nascimento-Gomes (2016), embora haja uma divisão formal entre a área urbana e a rural dos municípios do Sertão, as dinâmicas relacionais estabelecidas no campo se estendem à rua, como a área urbana é chamada no dia a dia. Desse modo, na rua, assim como nas zonas rurais, as pessoas conhecem umas às outras, e procuram saber das vidas ao redor. No período em que residi em Serra Talhada, por exemplo, fui interpelada por motoristas, manicures, feirantes e vizinhos a respeito de quem eu era, o que fazia na cidade, se eu tinha namorado e onde estava morando. Por diversas vezes ouvi a pergunta “você é filha de quem?”, como se necessariamente as pessoas fossem conhecer meus familiares, se eu os nomeasse.

De acordo com John Comerford (2003), as sequências de ação observadas no cotidiano são sempre representações de mensagens, sempre dizem algo, que vem a ser objeto posterior

de discursos e narrativas. “Você é parente de quem?” além de revelar o caráter familiar dos vínculos na cidade, também revela um viés de controle informal sobre a circulação, característico das dinâmicas relacionais estabelecidas nas ruralidades. O autor compreende que as pessoas das áreas rurais constroem mapas das relações de parentesco daquele território, que devem ser sempre atualizados nos diálogos e na inserção de novos personagens no cotidiano. E assim, para me aproximar e observar, eu precisei ser, também, localizada e mapeada.

À esse respeito, a antropóloga Larissa Pelúcio (2007) afirma o caráter fundamental de se ter referências ao transitar pelo campo, pois, segundo ela, “isso mostra que você pode ser uma estranha lá, mas não é uma novata, alguém que caiu ali de paraquedas e que pode ter intenções escusas. Isso ajuda a baixar a guarda dos interlocutores e obter as informações desejadas” (p.83). No Sertão rural a necessidade de referências mostrou-se particularmente importante, tanto por conta da dificuldade em chegar a determinados locais, colocando empecilhos físicos para que alguém estranho chegue a elas, quanto para que as relações de abertura e confiança pudessem se estabelecer.

A maior parte do tempo em campo foi gasto com o fortalecimento de conexões, principalmente com as pessoas de importância significativa em cada comunidade visitada. Desde a idealização da pesquisa tal dificuldade foi pensada, de modo que a estratégia inicial era partir das mulheres integrantes do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – Sertão Central, do qual eu já havia me aproximado em reuniões anteriores. E, de fato, a inserção em duas comunidades rurais só foi possível de se estabelecer a partir de contatos do movimento, mas conforme apontado por Cardona, Cordeiro e Brasilino (2014), mesmo que se partilhe algumas experiências com as pessoas, se assumir enquanto pesquisadora e pedir para observar suas vidas cotidianas nem sempre é um processo fácil de se concretizar.

Foram quatro as mulheres chave que viabilizaram a efetividade do trabalho de campo: Cícera Nunes, integrante do MMTR- Sertão Central e presidente da FETAPE; Alda Albino, assistente social em Serra Talhada e também integrante do MMTR- Sertão Central; Vânia da Silva, diretora da Associação do Quilombo Catolé dos Índios Pretos; e Maria Ivanilda Cardoso, pesquisadora, mestre em Saúde Pública e integrante do Movimento Sem Terra.

Conheci Cícera Nunes na primeira reunião do MMTR- Sertão Central em que participei, ela é uma referência importante, muito respeitada entre os trabalhadores rurais e foi a partir dela que fui apresentada o Assentamento Poço do Serrote, por meio do contato direto, estabelecido por ela com uma mulher chefe de família local. Através do movimento também conheci Alda Albino e por se tratar de uma mulher cujas origens se dão em uma comunidade rural da região,

ela me convidou a conhecer o Sítio São Paulo, onde crescera, me oferecendo estadia e me apresentando a mulheres chefes de família de sua vizinhança.

A partir dos contatos de Alda Balbino, assistente social e militante, foi possível estabelecer vínculo com Vânia e mediar minha chegada a ela. Somente pude conhecer Vânia da Silva pessoalmente durante a visita à sua comunidade, mas nos comunicamos por semanas, articulando minha ida ao lugar. Por sua vez, Vânia me apresentou a mulheres moradoras do Quilombo Catolé dos Índios Pretos, agendando uma reunião na associação local, de modo que, em um único dia, pude conhecer sete mulheres, além de crianças e dois rapazes que as acompanhavam.

Do mesmo modo, conheci Ivanilda Cardoso pessoalmente apenas na ocasião de nosso encontro. Uma amiga pesquisadora tinha em comum com ela a militância no MST e nos colocou em contato. Ivanilda me colocou a par de seu histórico de luta política e dos seus projetos para a educação da população assentada, me recebeu em sua casa, me apresentou ao Assentamento Nossa Senhora da Conceição e me conectou com mulheres locais prontamente.

Durante a pesquisa, peneirei tapioca, varri terreiros, lavei louças e levei bolos e biscoitos para os lugares em que estive. Do mesmo modo, tive que tomar café em cada casa que visitei, mesmo em dias que foram cinco casas, em duas horas, além de voltar para Serra Talhada trazendo doces e frutas. Atentei-me à possibilidade de incorporar no campo o que Roberto da Matta (1978) nomeia como *anthropological blues*: considerar os elementos da subjetividade e da carga afetiva que vem com ela, como parte da rotina já legitimada de pesquisa, compreendendo a implicação como um dado sistemático da situação. Conforme Da Matta (1978), “só há dados quando há um processo de empatia correndo lado a lado” (p. 34), onde a abertura da pesquisadora permite ao participante discutir sua realidade e contar eventos mais restritos. Assim, a tônica da pesquisa foi dada não somente a partir dos espaços permitidos e das possibilidades construídas de aberturas das mulheres, mas também por meio das relações formadas, respeitando as regras locais, os conselhos, as disponibilidades e o andamento das atividades próprias.

A possibilidade de participar para observar, ou seja, a execução de atividades enquanto se constroem sentidos e se estabelecem comunicações, elaborando em conjunto uma cena cotidiana, faz parte da produção pautada na observação participante. Mais que isso, a postura de pesquisa concebida pela observação participante converge com o que é preconizado pela Psicologia Rural. Ao priorizar o olhar para as dinâmicas estabelecidas nos encontros produzidos na vida diária, se abre espaço para uma inserção do psicólogo no diálogo horizontal e na pesquisa que não incorpora análises macroestruturais como dadas e universais, mas que as

tensionam com as práticas micropolíticas, por vezes contraditórias, de resistência e adaptação às tendências globais.

Assim, além de servir aos meus objetivos de pesquisa, a observação participante representa um alinhamento metodológico às premissas da Psicologia Rural e, embora tenha clareza de que boa parte dos dados foram produzidos por meio da comunicação verbal, direta, fornecida em entrevistas, a observação no cotidiano enriqueceu o processo de pesquisa, permitiu a contextualização, uma troca mais valiosa que se traduz não só em resultados, como também em ganhos relacionais e epistêmicos.

4.1 A CONSTRUÇÃO DO DIÁRIO DE CAMPO COMO FORMA DE REGISTRO

Como recurso condizente com a observação adotado para registro na pesquisa foi utilizado um diário de campo, construído a partir das impressões, análises prévias e anotações derivadas de um caderno de notas, mantido sempre à mão, onde foram descritas de maneira sucinta e emergencial as conversas, eventos e percepções que apareciam no campo. Além do caderno, em alguns momentos, as ruas, casas, terreiros, animais e plantações foram registradas por meio de fotografias, sempre preservando as identidades das pessoas ao redor.

As ferramentas de registros da observação participante podem ser variáveis, por vezes contendo rabiscos improvisados, sem seguir uma ordem ou sistematização, no intuito de gravar as imagens, eventos e pensamentos antes que eles se percam. Mas, na redação do diário de campo, as peças se organizam, são compiladas, clarificadas e melhor redigidas para que possam responder aos objetivos durante a análise.

Florence Weber (2009) realiza uma reflexão a respeito da construção de um diário de campo e compreende que na prática de sua escrita, comumente, são elaborados três diários distintos em um só: um *diário de campo propriamente etnográfico*, onde são descritas as observações e primeiras análises; um *diário de pesquisa*, onde as relações entre os eventos e os relacionamentos observador-observados são melhor elaboradas; e um *diário íntimo*, onde sentimentos, afetos e impressões são registrados. Para a autora, na elaboração do texto do diário de campo unificado, é comum que os três diários sejam relacionados e classificados cronologicamente, ou de acordo com temáticas de interesse e que os aspectos considerados muito íntimos, de afetação do pesquisador, sejam descartados. No entanto, Weber (2009) compreende que tal censura seja delegada ao momento da publicação, mas que na redação do diário de campo, este possa ser o menos censurado possível, atuando como um compilado de materiais, um estoque para ser posteriormente analisado por vários caminhos.

É o diário que permite o distanciamento indispensável na pesquisa de campo, e que permitirá mais tarde a análise do desenvolvimento da pesquisa. É também o diário que mostra, a cada etapa de reflexão, os laços entre as diversas hipóteses levantadas pelo pesquisador e o momento da pesquisa em que estas hipóteses foram reformuladas (WEBER, 2009, p. 168).

Para Weber (2009) o diário de campo não deve ser a construção da voz de um narrador, sujeito unificado, mas um pesquisador com múltiplas identidades: compilador, observador profissional, investigador, personagem social. Para sê-lo, é importante que não antecipe a censura ao diário e permita que este seja o mais completo possível para a autoanálise.

Desse modo, procurei fazer do diário de campo um instrumento o mais rico possível, descrevendo desde os primeiros contatos com Serra Talhada e o MMTR – Sertão Central, incluindo detalhes de cada visita às áreas rurais, minhas impressões sobre os lugares e as mulheres, além de minhas reflexões iniciais acerca de suas demandas, da dinâmica dos lugares e dos entraves institucionais que elas enfrentam. Embora compreenda que, de acordo com os objetivos de pesquisa que estabeleci e com a forma como desenhei a metodologia, o uso do diário de campo na análise é complementar, procurei, a partir dele, trazer à tona o contexto pesquisado, aspectos do cotidiano que não seriam tão facilmente vistos em entrevistas em outros espaços.

4.2 ENTREVISTA COMO FORMA DE ACESSO AO CAMPO DOS SIGNIFICADOS

De acordo com Ricardo Cardoso de Oliveira (2006), os comportamentos e condutas por mais que sejam contextualizadas em observação, sem a apreensão das ideias que as sustentam não podem ser compreendidas. Nesse sentido, para o auxílio da coconstrução de uma compreensão partilhada dos sentidos e posicionamentos das participantes, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, acrescentando na significação do que é observado, ouvindo a partir das explicações dadas pelas próprias mulheres observadas.

Oliveira (2006) nomeia o momento da entrevista como “espaço semântico”, uma espécie de encontro etnográfico onde os horizontes de significados de ambos se encontram, conversam e são mutuamente ouvidos. Trata-se de um ouvir qualitativo, de mão dupla, que beneficia a interação, a conversa e, conseqüentemente, a compreensão e a produção dos dados. Assim, atenta à iminência de encontros intersubjetivos e necessariamente reflexivos, me incumbi de cuidado, planejamento e empatia na aproximação, de modo que as entrevistas pudessem fluir da forma mais espontânea possível, mas também fossem realizadas de maneira estudada, atendendo aos objetivos da pesquisa.

Ancorada nas recomendações de Sérgio Aragaki, Maria Lima, Camila Pereira e Vanda do Nascimento (2014) acerca do uso de entrevistas em pesquisas sociais, idealizei as entrevistas de acordo com suas finalidades, com o tipo de estruturação, atentando para os aspectos materiais e logísticos de sua realização e para as relações de poder que poderiam se estabelecer no contato com as mulheres. Entendendo que para compreender as demandas das mulheres rurais chefes de família, em várias áreas de afecção, além das redes que elas acessam, fazem uso e articulam para responder suas demandas e as diferentes relações de poder que advém destas articulações, seria necessário um perfil de entrevistas mais longo pautado na finalidade de compreender posicionamentos e significações.

Optei pela entrevista semiestruturada, entendendo que os objetivos delineados demandavam um roteiro norteador, mas que, no entanto, este fosse flexível, negociável, que se transformasse de acordo com o diálogo em processo e ainda mantivesse os pontos focais da pesquisa. Apesar de servir de referência, o roteiro não foi estruturado de maneira rígida, mas com espaço para perguntas que poderiam emergir da entrevista, podendo ser reelaborado, acrescentando ou removendo perguntas. O roteiro exigiu, certamente, algum nível de padronização, se guiando por núcleos de interesse, mas em sua aplicação, não se perdeu a flexibilidade das questões, de modo que foi o discurso das mulheres e a dinâmica da entrevista que serviram como reguladores da conversa.

Minhas escolhas metodológicas se basearam na necessidade de construir uma relação dialógica com as mulheres e, por isso, os locais idealizados para a realização das entrevistas eram seus lares, suas comunidades, em seus termos. Mesmo em condições nas quais havia pouco tempo de visita, as entrevistas nunca foram realizadas de imediato, mas após conversas informais e acompanhamento de alguma atividade. Realizei entrevistas em mesas de cozinha, em varandas, sentadas no chão ou cadeiras preguiçosas e no terreiro da associação, frente a frente, em um cantinho. Para que o contato visual não se perdesse, utilizei o auxílio de um gravador, sempre pedindo autorização para ligá-lo antes de iniciarmos.

Algumas vezes as respostas eram dadas de maneira precisa e sucinta, acompanhadas de um olhar ansioso pela próxima questão, mas aos poucos – e, em alguns casos, desde o início –, as respostas viravam histórias, abriam novos caminhos, respondiam várias perguntas ao mesmo tempo em que criavam outras. Embora tenha clareza dos diferentes marcadores sociais que me posicionavam de frente para as mulheres que entrevistei, que em alguns momentos meu papel de pesquisadora pairava sobre as relações, também acredito que as entrevistas, em sua maioria, se aproximaram dos modos informais, conversa, conforme defendido por Aragaki (et al, 2014). Trocas genuínas se estabeleceram, em vários momentos fui convidada a retornar e recebi

agradecimentos pela companhia, rebatendo com o quanto eu estava grata pela abertura. Na medida do possível, dado o período de visita e os próprios personagens em questão, tentei construir relações horizontalizadas e entrevistas pautadas na ética dialógica.

4.3 INSPIRAÇÃO HERMENÊUTICA DIALÉTICA PARA CONSTRUÇÃO DA ANÁLISE DE DADOS¹

Para a análise dos dados me inspirei na proposta operativa da Hermenêutica Dialética idealizada por Minayo (2008) entendendo que tal proposição coaduna com a postura epistêmica pensada e com a metodologia de produção de dados utilizada na pesquisa, fornecendo um quadro referencial que permite uma análise contextualizada que leve em conta tanto o que foi observado no cotidiano das mulheres no Sertão, quanto suas falas, posturas e comportamentos fornecidos em entrevista.

Na articulação entre a hermenêutica e a dialética, embora se tratem de campos distintos, cada uma contribui com a construção de um modo de pensar e fazer ciência. A partir da leitura de Minayo (2008) da hermenêutica, é possível compreender a intersubjetividade entre pesquisadora e participantes da pesquisa como o campo onde os dados são produzidos, se fazendo necessário respeitar, ser empática e entender as falas das mulheres como dotadas de sentido e expressão de seus contextos. Para a hermenêutica, não se trata de buscar uma essência do discurso, mas de respeitar os significados do outro e, para tanto, é preciso se aproximar e estar ciente dos contextos que permeiam cada ator. O cotidiano surge, na hermenêutica, como lugar de privilégio onde nasce o discurso e de onde parte a análise, pois é nele onde ocorre o encontro intersubjetivo que permite a interpretação e a compreensão.

A dialética, por sua vez, contribui com a análise ao agregar a possibilidade da crítica e abrir espaço para as contradições que emergem das diferentes categorias sociais que se entrecruzam nos sujeitos. Ambos os métodos de produção de conhecimento se pautam na compreensão dos sujeitos em suas relações, se dedicam às estruturas que condicionam os sujeitos individual e coletivamente, mesmo as estruturas que se contrapõem, mas a dialética, de acordo com Minayo (2008), enfatiza os processos de transformação e busca dialogar com os macroprocessos que circundam os significados pessoais.

¹ A Hermenêutica Dialética, embora se constitua um campo de pesquisa, serve aos propósitos desta dissertação enquanto inspiração no que se refere aos procedimentos metodológicos propostos por Minayo (2008), de modo que não se trata de um estudo propriamente deste campo, mas de uma aproximação parcial, ainda que se proponha cuidadosa, de tal forma de análise.

Partindo da articulação de ambos os campos, Minayo (2008) estrutura operacionalmente, em termos mais diretivos, de que modo uma análise Hermenêutica Dialética pode proceder. A autora parte, em um primeiro plano, da necessidade de descrever as determinações fundamentais, o contexto sócio histórico das pessoas que participam da pesquisa. Desse modo, enfocando suas recomendações operacionais, tanto na descrição metodológica, quanto nos capítulos teóricos, as questões relativas ao ambiente e às mulheres que observei e entrevistei foram definidas de modo a esclarecer o lugar onde me inseri, em que condições me apresentei e de que pressupostos parti.

O segundo momento interpretativo, tido em outras metodologias como a análise de dados propriamente dita, se estrutura nos fatos empíricos. É preciso buscar tanto o sentido das falas das participantes, quanto vinculá-las à significação cultural, ao momento histórico e às estruturas circundantes. Nesse momento, a análise contempla não só comunicações diretas, que no caso são as entrevistas, como também o que foi observado de costumes, hábitos, comportamentos, rituais e interações informais.

A partir do material de análise são construídas categorias de analíticas, pensadas desde o contato com a teoria - no caso, *demandas, rede de apoio e relações de gênero na rede* - e categorias empíricas e operacionais. Para tanto, Minayo (2008) propõe, inicialmente, a ordenação dos dados, de modo que as entrevistas realizadas com as participantes foram transcritas e literalizadas, demarcando pausas, risadas e interrupções. Após a transcrição, o conjunto de dados foi lido, organizado e classificado em três etapas.

A primeira etapa de classificação foi a leitura horizontal e exaustiva dos textos, também chamada de leitura flutuante, procurando compreender cada entrevista e os momentos chave descritos no diário de campo que lançam luz sobre os objetivos, ajudando a construir as categorias empíricas: *problemáticas vivenciadas, prestadores de assistência e tensões na rede*. As categorias empíricas representam o que aparece nos dados em nível concreto e servem para estabelecer interrelações com as categorias analíticas já estabelecidas.

A segunda etapa de classificação exigiu uma leitura transversal dos subconjuntos e do conjunto de dados como um todo, construindo um recorte destes de acordo com as categorias analíticas. Assim, cada categoria empírica foi agrupada a uma categoria analítica equivalente. Por exemplo, os pontos das entrevistas ou da observação que fazem referência às necessidades das mulheres ou às suas dificuldades que representam omissões governamentais, classificadas enquanto *problemáticas vivenciadas*, foram agrupadas sob a categoria analítica das *demandas*. Do mesmo modo, as pessoas, grupos ou instituições que fornecem auxílio ou amparo às mulheres chefes de família pesquisadas, considerados *prestadores de assistência*, citados por

elas ou registrados em diário de campo, foram identificados enquanto componentes da *rede de apoio*. Já todos os conflitos, contradições, inconsistências ou padrões estabelecidos de alguma forma pouco igualitária dentro da rede que oferece suporte às mulheres, nomeados como pontos de *tensão na rede*, foram agrupados para servir de base na análise das *relações de gênero* em tal rede.

A última etapa de análise busca construir um conhecimento pautado no concreto pensado, desse modo, inspirada nas proposições de Minayo (2008), procurei utilizar o material empírico como ponto de partida e ponto de retorno da análise. Busquei, partindo da dialética, fazer da análise um movimento circular, apresentando os relatos, as falas e o observado, correlacionando com o lugar histórico e social, com as produções anteriores sobre o tema e utilizando os dados produzidos em campo para intentar construir um conhecimento que agregue o peculiar e contribua com a temática como um todo, tendo em mente as limitações de minha parcialidade, dos meus recortes, locais de fala e conhecimentos prévios enquanto determinantes desta produção.

Na mesma perspectiva, Oliveira (2006) propõe que durante a análise, o pesquisador não simplesmente traduza dados empíricos em conceitos, mas que toda análise é uma interpretação, permeada pelos conceitos básicos constitutivos da área de conhecimento do pesquisador. Os dados, sejam eles produzidos em observação (pelo ver) ou em entrevista (pelo ouvir), são sempre em parte construídos pelo pesquisador. Desta forma, durante a análise, os dados e a malha conceitual que a fundamentam, guardam entre si uma relação dialética que serve de base para a elaboração de um texto final.

A referida reflexão justifica-se, conforme Haraway (1995), na necessidade de resistir à simplificação e a fixidez dos fatos, admitindo-se gaguejar, explicar parcialmente, interpretar, sem perder o criticismo, o engajamento político em prol da heterogeneidade e da responsabilidade pelo que se vê e se traduz. Nesse sentido, a ciência que se intenta privilegia conhecimentos locais ao mesmo tempo em que dialoga com a necessidade de construir traduções em uma linguagem comum e com as teorias sistêmicas em voga, de modo que possam ser acessadas e ressonar, espera-se, na construção de políticas públicas e práticas mais afinadas com a realidade.

4.4 CUIDADOS ÉTICOS EM PESQUISA NO SERTÃO

Para realização da pesquisa se fez necessária a aprovação desta, pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e, conforme suas recomendações, se fez necessária para cada participante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Ao serem convidadas a participar da pesquisa, as mulheres foram informadas, em termos claros, dos objetivos do estudo, além de lhes ter sido dada a garantia da confidencialidade de suas informações pessoais e a ciência de que era possível desistir da participação a qualquer momento.

No entanto, o cuidado ético na pesquisa se deu para além dos aspectos burocráticos e sua centralidade, na realização do estudo, foi estabelecida desde os princípios epistemológicos e metodológicos adotados. A psicologia rural, a observação participante e a hermenêutica dialética comungam o posicionamento e a parcialidade inerentes à pesquisadora, a necessidade de reconhecer limitações e assumir engajamento, envolvimento e implicação. Nesse sentido, para além da postura de respeito aos conhecimentos locais, de trabalho conjunto em atividades cotidianas, o sentar juntas no chão, os cafezinhos compartilhados e as tapiocas cozinhadas, representam uma tentativa de horizontalizar relações.

Além disso, outra preocupação ética importante se deu na preocupação em compartilhar os dados e a discussão produzidos. O convite a retornar, a menção a outras pesquisadoras que já estiveram nos espaços e os planos para refeições conjuntas futuras denotam uma expectativa de vínculo, que sinto-me não só obrigada eticamente de cumprir, como desejosa de fazê-lo. Conforme preconiza a psicologia rural, é preciso ocupar em conjunto os espaços de luta, uma vez que estou apropriada de conhecimentos acerca das realidades que observei, de modo que prossigo auxiliando a idealização e execução de projetos nos assentamentos onde estive e pretendo realizar, assim, que possível, uma devolutiva nos espaços que adentrei, compartilhando os resultados e alimentando relações de afeto.

4.5 SERTÃO PERNAMBUCANO: OS ESPAÇOS QUE PERCORRI E AS MULHERES COM QUEM ESTIVE

Embora em outros tempos a palavra Sertão tenha sido empregada como similar ao interior de algum Estado brasileiro, a identificação mais comum é a do Sertão nordestino, caracterizado pelo semiárido, frequentemente seco e tendo a caatinga como vegetação predominante. O Sertão semiárido compreende diferentes áreas no estado pernambucano, são

elas: o Sertão do Pajeú, o Sertão Central, o Sertão do Araripe e o Sertão do Médio São Francisco. Enquanto as três primeiras regiões possuem predominância da agricultura familiar e de subsistência, a última, a partir das possibilidades advindas do rio São Francisco, possui um histórico de agrícola muito mais industrial (TEIXEIRA, 2016).

A despeito das diferenças significativas entre tais áreas, a representação midiática do Sertão como um todo frequentemente o associa a graves problemas sociais derivados da seca, da baixa escolarização e da negligência sanitária, ou, em épocas específicas, à festividade religiosa e personalidades da história brasileira marcados pela valentia e tradicionalismo. Somente a partir de 1999, após a III Conferência de Partes das Nações Unidas, sediada em Recife, uma profunda mudança de perspectiva acerca do semiárido foi elaborada, não mais o considerando como algo a ser ultrapassado, mas como a base de um bioma rico com o qual é possível conviver (TEIXEIRA, 2016).

Partindo da necessidade de compreender as relações estabelecidas a partir da chefia familiar feminina neste espaço complexo do que, por si mesmo, já impõe desafios, o trabalho de campo se deu a partir da convivência no Sertão semiárido pernambucano, no período de julho a setembro de 2018, tendo Serra Talhada como ponto de apoio. A cidade possui cerca de 80 mil habitantes, é polo da região do Pajeú, engloba 21 assentamentos federais em seu território e é terra natal do cangaceiro conhecido como Lampião, Virgulino Ferreira da Silva, personagem histórico de forte representação tradicionalista.

Conheci a cidade meses antes, no intuito de frequentar as reuniões do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – Sertão Central, a convite de minha orientadora Prof.^a Dr.^a Rosineide Cordeiro. Já em minha primeira visita à Serra Talhada, após seis horas na estrada saindo de Recife, pude me aproximar deste espaço, conhecendo as ruas feitas em paralelepípedos e as casas construídas ao lado umas das outras, sem muros dividindo os espaços, apenas paredes com paredes. Nos caminhos da cidade o antigo e o novo pareciam comungar. Os lanchinhos informais de esquina e as grandes redes de *fast food* e comida japonesa começando a conviver, as obras avançadas de um grande shopping junto à rodovia em contraste com os cavalos se alimentando na beira da estrada.

No entanto, durante o trabalho de campo, consegui articular visitas às áreas rurais, podendo conhecer, além de Serra Talhada, o Assentamento Poço do Serrote, a comunidade Quilombola Catolé dos Índios Pretos, a cidade de Santa Cruz da Baixa Verde, o sítio São Paulo, por último, a cidade de Santa Maria da Boa Vista e o Assentamento Nossa Senhora da Conceição. Passei cerca de dois dias em cada zona rural, exceto na comunidade quilombola, dada a disponibilidade das mulheres com quem me conectei. Observei, em cada lugar, as

estradas, as casas e terrenos, a circulação das pessoas, as confraternizações noturnas, as brincadeiras das crianças e o dia de trabalho das mulheres. Além disso, procurei manter o olhar atento às ausências, seja de barulhos, de transporte, de alimentação (principalmente a carne) ou de homens, migrantes em sua maioria.

Em cada uma das comunidades rurais, fui recebida na casa de mulheres diferentes, que me abriram espaço para conhecer suas perspectivas de mundo. Como critério para inclusão de potenciais participantes da pesquisa, me ancorei na definição ampliada de chefia familiar feminina, entendendo que esta não se pauta necessariamente na ausência masculina na família, podendo abarcar mesmo mulheres em relacionamentos conjugais heterossexuais. Considero operacionalmente para a pesquisa enquanto mulheres rurais chefes de família: mães e/ou avós em condição de parentalidade solo ou compartilhada; que sejam responsáveis isoladamente ou corresponsáveis pela manutenção financeira da família - ou que sejam provedoras da obtenção da casa ou da terra da família; que possuam reconhecimento e autoridade sobre os membros da família enquanto chefe desta; que residam e/ou trabalhem em áreas rurais.

As mulheres rurais chefes de família participantes da pesquisa eram todas maiores de dezoito anos, residentes em áreas rurais do Sertão pernambucano, sendo, em sua maioria de baixa escolaridade, possuindo o ensino fundamental incompleto e somente três delas concluíram o ensino médio. Não houve restrição relativa à situação socioeconômica, raça ou orientação sexual, os critérios de exclusão referem-se à não residência em áreas rurais, à menoridade e a mulheres cujas famílias apresentassem chefia compartilhada ou unicamente masculina.

Tabela 1. Caracterização sócio demográfica das participantes

Nome²	Idade	Filhos	Estado Civil	Escolaridade	Local de Residência
Maria	36	1	Solteira	Ensino Médio	Assentamento Poço do Serrote
Marta	47	6	Viúva	Ensino Fundamental Incompleto	Sítio São Paulo
Marlene	54	10	Casada	Ensino Fundamental Incompleto	Sítio São Paulo
Meire	39	6	Divorciada	Ensino Fundamental Incompleto	Sítio São Paulo

² Todas as mulheres descritas na pesquisa tiveram seus nomes ocultados e substituídos por pseudônimos, assim como suas funções nas associações ou cooperativas das quais fazem parte, de modo que suas identidades fossem protegidas. Suas histórias, falas e condições, no entanto, foram preservadas na medida do possível, atentando para a fidedignidade de suas participações.

Marisa	66	2	Casada	Ensino Fundamental Incompleto	Quilombo Catolé dos Índios Pretos
Margarida	83	2	Viúva	Ensino Fundamental Incompleto	Quilombo Catolé dos Índios Pretos
Marlúcia	44	3	Casada	Ensino Fundamental Incompleto	Quilombo Catolé dos Índios Pretos
Monique	27	1	Solteira	Ensino Médio	Quilombo Catolé dos Índios Pretos
Mírian	39	4	Casada	Ensino Médio	Assentamento Nossa Senhora da Conceição
Matilde	42	3	Solteira	Ensino Fundamental Incompleto	Assentamento Nossa Senhora da Conceição

As participantes foram indicadas e inicialmente convidadas a participar da pesquisa por intermédio das pessoas de referência que me auxiliaram a acessar cada comunidade. A quantidade de mulheres visitadas em cada lugar dependeu da disponibilidade em participar, além do andamento das atividades nas localidades. No total, foram selecionadas para a análise 10 entrevistas, uma realizada no Assentamento Poço do Serrote, duas no Assentamento Nossa Senhora da Conceição, três no Sítio São Paulo e quatro no Quilombo Catolé dos Índios Pretos. Três das mulheres que entrevistei são solteiras, além de uma divorciada, duas viúvas e quatro mulheres casadas. Todas elas têm filhos, sendo, no caso de Margarida, dois filhos adotivos, sobrinhos criados por ela desde que nasceram. No que se refere à raça, as mulheres negras são a maioria das participantes, sendo oito delas, enquanto duas são brancas. Suas idades variam entre 27 e 83 anos, mas, em sua maioria, se encontram na faixa dos 40 anos de idade.

4.4.1 Assentamento Poço do Serrote

A primeira comunidade rural que visitei foi o assentamento Poço do Serrote, oficializado como área de assentamento do Programa Reforma Agrária em 2004, abrigando cerca de 60 famílias e que se localiza a 11 quilômetros de Serra Talhada. A chegada até lá ocorre por meio de carros que fazem o transporte pela rodovia, cobrando sete reais pelo percurso. A partir da rodovia, há uma entrada de terra estreita, perpendicular, de mais dois quilômetros até o começo das casas. O caminho é irregular, com buracos e pedras, em uma trilha que parece ter que se esforçar para não desaparecer em meio à vegetação seca. Logo após a entrada, há uma casa da associação e conforme se segue adiante, aparecem cercas de arame

farpado dividindo os terrenos. As porteirosas são fechadas com correntes e, ao centro de cada lote, há casas adornadas com cactos.

Na localidade, visitei a casa de *Maria*, mulher chefe de família, de 36 anos de idade. Ela é agricultora, cria alguns animais, trabalha como caseira na terra de sua irmã e é assentada na comunidade, fazendo parte e sendo tesoureira da associação de moradores local. Ela é solteira e possui uma filha de 10 anos de idade, com quem vive. Sua renda é advinda de seu trabalho, do bolsa família e da pensão de sua filha, paga com irregularidade pelo pai. Tive a oportunidade de conhecer sua casa, a casa de sua irmã, onde ela trabalha, a acompanhei nos afazeres da cozinha, no trato com os animais, conversando com amigas e na rotina com sua filha. Passei dois dias em sua casa e tive a oportunidade de entrevista-la, de maneira bastante informal, tomando café na mesa de sua cozinha.

4.4.2 Sítio São Paulo

Conforme a produção de dados se desenvolvia, outros municípios foram surgindo enquanto ponto de ancoragem. Um deles é Santa Cruz da Baixa Verde, com cerca de 12 mil habitantes e também parte da região do Pajeú. A partir de Serra Talhada, é possível pegar um carro para a cidade, pagando 15 reais pela viagem de cerca de 30 minutos. Realizei a primeira visita à cidade no mês de julho – voltando algumas vezes nos meses subsequentes - o calor intenso de Serra Talhada vai, aos poucos, sendo substituído por temperaturas mais baixas conforme se viaja em direção ao lugar e a estrada segue cercada por montes em diferentes tons cada vez mais verdes.

Partindo de Santa Cruz da Baixa Verde, pude conhecer o sítio São Paulo, distante apenas quatro quilômetros da cidade. No sítio residem 15 famílias, que moram no lugar há várias gerações. A entrada é íngreme, feita de pedras colocadas a partir da iniciativa das moradoras. As cercas também são de pedras e, ao contrário do assentamento onde as estradas são apenas passagens, no sítio, as crianças brincam e circulam aos montes pelas ruas de terra vermelha. As casas seguem o mesmo modelo varandado e adornado, mas não há porteirosas entre elas e os vizinhos entram e saem com mais frequência e liberdade.

No sítio São Paulo, pude entrevistar três mulheres, sendo uma delas *Marta*, uma mulher viúva de 47. Ela tem seis filhos já adultos e, embora more sozinha, vive em sua casa rodeada de netos. Sua terra foi adquirida em conjunto com seu marido, ela é agricultora, possui criação de animais e frequenta a associação de moradores. Sua renda é advinda de uma pensão de seu falecido marido. No sítio, também entrevistei *Marlene*, de 54 anos. Trata-se de uma mulher

casada, no entanto seu esposo vive em um apartamento anexo à casa, além de viver durante a semana em Santa Cruz da Baixa Verde, onde trabalha e se aloja. Ela possui dez filhos, mas em sua casa moram apenas a mais velha, que possui Síndrome de Down e os dois mais novos, todos os outros migraram para São Paulo. Sua terra é herança de seus pais e, embora afirme que não trabalha formalmente, ela é agricultora e frequenta a associação local. A renda de casa é advinda da aposentadoria da filha mais velha, do bolsa família dos menores, da ajuda financeira dos filhos que migraram e do salário do marido.

A última participante do sítio que entrevistei foi *Meire*, de 39 anos. Ela foi casada, teve dois filhos dessa relação, era agricultora e morava em uma terra cedida no sítio, mas seu esposo foi diagnosticado com esquizofrenia, se mudou para tratamento e ela foi expulsa da terra. Atualmente, Meire é divorciada e tem mais quatro filhos pequenos, com quem reside sozinha. Suas filhas mais velhas são casadas e residem no sítio com seus maridos. A casa de Meire foi cedida por um de seus genros que, segundo a comunidade, também é o pai de seus filhos. Por não ter uma terra onde plantar em seu nome, Meire não é considerada agricultora pela associação e nem possui criação de animais, além de não conseguir trabalho em função da quantidade e idade das crianças. A renda da família é oriunda do bolsa família e da ajuda financeira do seu genro, pai de seus filhos.

Passei dois dias no sítio, na casa dos pais de Alda e pude conhecer as casas das mulheres que entrevistei, além de suas vizinhanças, a casa da associação e de participar com elas de uma cerimônia religiosa, uma novena, que reuniu as mulheres e crianças de todas as famílias da localidade. Em minhas visitas às casas das participantes, fui apresentada aos seus terreiros, conhecendo seus lares, suas criações e tomando café. As entrevistas aconteceram, nos três casos, cercadas de crianças, curiosas com a interação fora do comum e transcorreram de maneira tranquila.

4.4.3 Quilombo Catolé dos Índios Pretos

O Quilombo Catolé dos Índios Pretos é uma das 15 comunidades demarcadas enquanto quilombolas em Serra Talhada e abriga cerca de 90 famílias. O caminho para o lugar é mais difícil, se comparado aos outros lugares que visitei, dada a necessidade histórica de um quilombo ter de ser mais escondido para abrigar de maneira segura as famílias negras que nele viviam. Parte do percurso ocorre pela rodovia, saindo de Serra Talhada, por cerca de vinte e cinco quilômetros, no entanto, a viagem exige outros vinte e três quilômetros em estrada de terra até à comunidade, com casas ao longo do caminho, a partir das quais as pessoas vigiam os

transeuntes, cumprimentando à distância. No lugar, as cercas, ao invés de arames, são tampadas com palha trançada, a vegetação é do mesmo marrom característico da seca, mas há bananeiras plantadas em várias das propriedades, dando um tom mais verde à paisagem.

Dada a dificuldade de acesso, Vânia, diretora da associação local, entendeu que facilitaria convidar para um encontro na associação as mulheres que ela previamente considerasse chefes de família. Entendi que, apesar idealmente desejar uma visita mais longa, restringir a produção de dados à localidades que se dispusessem a me receber em meus termos poderia empobrecer a pesquisa, desse modo, me adaptei à oferta feita por Vânia e construí a possibilidade das entrevistas a partir do contato em grupo e da disponibilidade das participantes. Desse modo, minha interação com as mulheres no local aconteceu, inicialmente, de maneira coletiva, totalizando sete mulheres da comunidade, algumas crianças ao redor, presenças ocasionais de alguns homens e uma pesquisadora, minha amiga, que me acompanhava.

O espaço da associação, onde nos encontramos, no entanto, é um terreiro, nos fundos da casa de Margarida, uma das mulheres que entrevistei. No lugar, é possível ver, ao lado, plantações de bananas, duas cisternas e pequenas hortas. Pude compreender que, para elas, aquele espaço não é significado de maneira institucional, formal, mas como espaço coletivo, apropriado por elas, enquanto lugar, inclusive, de lazer, de jogos, de conversa. Embora minha visita tenha sido pontual, tive a oportunidade de conhecer muitas mulheres e até alguns homens da comunidade, de conversar coletivamente sobre as necessidades do lugar, de tomar café com algumas das mulheres e de construir compromissos e um vínculo para retornar em outras ocasiões.

A partir da conversa em grupo, outras conversas individuais foram surgindo paralelamente e, a partir do meu convite, culminaram em quatro entrevistas, fornecidas separadamente, em cantinhos do terreiro, de maneira descontraída. Inicialmente, entrevistei *Marisa*, de 66 anos. É uma mulher casada, cujo marido passou boa parte da relação morando em São Paulo e retornando ocasionalmente. Possui dois filhos adultos e dois netos que residem em Serra Talhada. Ela é agricultora aposentada e, atualmente, vive sozinha com o marido. A renda da família é advinda de ambas as aposentadorias e a terra onde vivem é herança do pai de Marisa. Ela possui uma importante atuação na diretoria da associação local.

Em seguida, também entrevistei *Margarida*, de 83 anos de idade. A mulher cuja casa visitei e que cede parte de seu terreno para a associação. Ela é viúva de uma relação que iniciou aos 50 anos e que durou até o falecimento do esposo, dez anos depois. Ela possui dois filhos adotivos, filhos de seu irmão, que ela criou desde que nasceram. Um de seus filhos vive com ela, tem 42 anos e está desempregado. A renda da família é oriunda de sua aposentadoria como

agricultora e a terra onde vivem é fruto da ocupação de Margarida, aliada à sua mãe e irmãos para desbravar o lugar. Ela ainda mantém as atividades de agricultura e criação de animais, mas paga a Marlúcia para fazer o trabalho mais pesado, que não consegue mais realizar devido à idade.

Assim, entrevistei também *Marlúcia*, outra chefe de família, que tem 44 anos e possui três filhos adultos. Ela é casada, mas separou-se do esposo durante quatro anos e haviam retomado a relação há três dias na data da entrevista. Sua terra é herança de seu pai e a sua renda é composta pelo trabalho agrícola em sua terra e na de sua tia, Margarida, pela criação de animais, além de receber o bolsa família. Ela também possui uma posição de diretoria na associação local.

Assim como Marlúcia e Marisa, *Monique*, que entrevistei, também é uma chefe de família e é diretora na associação de moradores da comunidade. Monique tem 27 anos, é aposentada por invalidez por conta de uma deficiência adquirida na coluna. Ela é solteira e possui um filho de dois anos, com quem mora sozinha em uma casa construída por sua mãe para ela. Sua renda é advinda de sua aposentadoria e da pensão de seu filho.

Ainda que minhas interações com as mulheres tenham ocorrido de maneira mais pontual, os relatos aconteceram de maneira descontraída, espontânea, sem hesitações. O caráter das relações do local é visivelmente mais aproximado, dado o vínculo familiar entre os moradores, de modo que, apesar da localização mais difícil, esta foi, claramente, a localidade em que as entrevistas correram de forma mais fluída.

4.4.4 Assentamento Nossa Senhora da Conceição

A terceira e última cidade pernambucana onde me alojei para a pesquisa foi Santa Maria da Boa Vista, já no Sertão do Vale do São Francisco, com cerca de 40 mil habitantes. O município é o segundo do Nordeste em número de assentamentos, abrigando 5000 famílias, segundo o MST. Partindo do lugar, visitei o Assentamento Nossa Senhora da Conceição, cuja proximidade com a rodovia facilita a chegada e as cercas de galhos enfileirados na vertical se revezam com os muros de alvenaria. Embora o rio esteja próximo, possibilitando alternativas alimentares e melhor acesso à água, a vegetação é a caatinga característica e o calor e o tempo seco são os mesmos do Sertão Central.

Do mesmo modo, minha visita ao Assentamento Nossa Senhora da Conceição foi breve, durando apenas um dia. No entanto, as duas mulheres a quem tive a oportunidade de entrevistar me receberam em suas casas, dividiram uma refeição comigo, me mostraram seus artesanatos,

as suas hortas, seus animais, me ofereceram mel cuja extração ocorreu em seus terrenos, além de conversarem ricamente sobre suas histórias e relações familiares.

Entrevistei, inicialmente, *Mírian*, de 39 anos. Ela tem quatro filhos, sendo os dois mais velhos criados por ela de maneira solo, enquanto os dois mais novos são frutos de seu casamento atual. Ela conta ter vivido desde que nasceu em ocupações próximas ao rio São Francisco e que a terra onde vive atualmente foi adquirida após casamento, em conjunto com seu marido, também por meio de ocupação. Ela é costureira, artesã, cria animais e é agricultora. A renda da família é composta por seu trabalho, o trabalho de seu esposo como agricultor e o bolsa família. Em sua casa, residem ela, seu marido, um cunhado, atualmente desempregado, e três de seus filhos. Além de trabalhar, ela é uma figura atuante na comunidade e está organizando mulheres locais em uma cooperativa de artesãs e costureiras.

A última mulher que entrevistei para a pesquisa foi *Matilde*, de 42 anos. Ela também é assentada e viveu em ocupações desde o nascimento, tendo sido criada pela avó. Ela possui três filhos de relações esporádicas, residindo atualmente com dois deles. O mais velho, com 11 anos passou a morar com a avó biológica por motivos financeiros. Matilde é agricultora, mas possui uma condição física que dificulta suas condições de trabalho, provocando queimaduras em sua cabeça e impedindo o crescimento de cabelos, por conta de um envenenamento que sofreu na infância. Desse modo, sua renda é composta pelas pensões e bolsa família de ambos os filhos e pela agricultura e criação de animais em menor escala. Ela frequenta as reuniões da associação local de forma ocasional.

Voltei para casa trazendo doces cuja produção é feita por elas, coletivamente, para comercialização e algumas mudinhas de plantas de seus jardins. Além de, certamente, novos vínculos, experiências e renovados respeito e admiração pelas mulheres com quem estive no percurso da pesquisa.

5 MULHERES RURAIS CHEFES DE FAMÍLIA: DEMANDAS E REDES DE APOIO

No presente capítulo, as falas das mulheres e as observações realizadas são analisadas à luz das contribuições teóricas que nortearam os capítulos anteriores, formando um conjunto de dados que se organizam em duas partes. Inicialmente, é delineado um panorama acerca das demandas das mulheres rurais chefes de família em diferentes áreas de afecção que emergiram no contato empírico, são elas: as condições de trabalho, as necessidades de saúde, o difícil acesso à educação formal, a obtenção de terra para plantio e o enfrentamento de violências no cotidiano.

No segundo momento do capítulo, a ênfase se constrói acerca da rede social de apoio destas mulheres, buscando mapear que instituições, grupos e sujeitos são acionados para suporte, como também a que demandas respondem e em que aspectos se omitem. Na compreensão da rede de apoio são analisadas, ainda, as relações de gênero e as dinâmicas de poder que caracterizam a rede, como, por exemplo, as condicionalidades impostas para fornecimento de apoio, as trocas de trabalho implícitas ao auxílio financeiro masculino, entre outros exemplos observados e relatados pelas mulheres com quem estive.

5.1 CONDIÇÕES DE VIDA, PROBLEMÁTICAS VIVENCIADAS E DEMANDAS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

O assentamento Poço do Serrote, o sítio São Paulo, o Quilombo Catolé dos Índios Pretos e o assentamento Nossa Senhora da Conceição são comunidades rurais com características de ocupação distintas, ainda que, em alguns casos, guardem apenas algumas dezenas de quilômetros de distância entre si. As relações que se estabelecem em cada lugar são diferentes, assim como o nível de inclusão da população residente em políticas públicas e serviços governamentais. No entanto, mesmo diante das peculiaridades que cada território impõe, as mulheres rurais chefes de família que conheci no percurso da pesquisa assemelham-se no que se refere às problemáticas que vivenciam e fazem coro nos aspectos que julgam mais precários de atenção governamental.

Embora residam em comunidades distintas e se diferenciem entre si nas idades, formas de obtenção da terra e situações conjugais, as mulheres que entrevistei têm em comum o trabalho como forte marca em suas histórias de vida e em seus cotidianos. Elas falam do trabalho pesado desde a infância, da convivência com o semiárido, da importância da conquista

da casa e da terra, da busca por uma forma alternativa de renda, da migração masculina do campo, da violência no cotidiano, da dificuldade de transporte e de atendimento em serviços de saúde, como também do desejo por possibilidades de estudo para si mesmas e para seus filhos. Desse modo, as principais demandas percebidas pelas mulheres rurais chefes de família participantes da pesquisa foram organizadas de acordo com diferentes aspectos, relacionados entre si, mas que, analisados separadamente podem fornecer uma visualização mais profunda de suas implicações, são eles: trabalho, saúde, educação, moradia e violência.

5.1.1 Trabalho e (R)existência no campo

Vive-se com muito pouco nas comunidades e as histórias de vida das mulheres locais possuem relatos de privação que denunciam condições de negligência governamental e de luta pela sobrevivência. Na entrevista de Matilde, por exemplo, ela narra ter passado toda a vida em ocupações próximas à Santa Maria da Boa Vista, até ser assentada em Nossa Senhora da Conceição. A seca, a pouca oferta de trabalho e a renda insuficiente a colocaram em uma posição na qual ela se viu forçada a abrir mão da convivência com o filho mais velho, dada a falta de dinheiro para sobrevivência de ambos.

Eu tenho três filhos, mas o outro mais velho, nessa época que eu tinha ele, eu ganhava só cem reais e não dava para sobreviver. A gente passava fome aqui, aí minha mãe, que não me criou, disse, minha filha me dê e eu disse “se ele quiser ir”. Mas eu dei no último apelo. Ele disse “eu quero ir”. Eu pensei que com a minha mãe, era melhor do que com estranhos. Mas depois eu fiquei só chorando. A noite todinha sem pregar os olhos. Deus me livre. Eu não dou filho meu mais nunca! Eu pedia a Deus, “Pai, será se ele volta”, mas Deus dizia para eu não me preocupar, que ele ia compreender que eu sou a mãe, que eu criei ele até os onze anos. Ele puxava enxada mais eu. Eu tinha uma dó. Ele puxava enxada de minha mão, dizia “me dê, mãe, que eu faço”. Eu dizia para ele não se preocupar. Dar filho assim, de mão beijada para os outros, Deus me livre. Ele agora compreendeu, vem direto para cá no final de semana. Eu disse “é meu filho, lute, se você tem seu empreguinho fixado não largue não, a pessoa tem que estar ocupada”. – Matilde, 42 anos, assentamento Nossa Senhora da Conceição.

A entrevista de Matilde é representativa do quanto o trabalho da roça e a criação de animais, ainda que demandem intenso esforço físico e tempo, sem assistência para a produção e comercialização, possuem um retorno financeiro baixo, principalmente se a mulher estiver em posição de trabalhadora solo em sua terra. São condições de vida forjadas pela pobreza e pelas condições das localidades. Desde a infância seu trabalho era requisitado e importante para a sobrevivência da família, somado ao pouco acesso à educação, mesmo em nível fundamental, principalmente as mulheres mais velhas acabam por possuir, nesses contextos, baixa qualificação.

Diversas vezes, em conversas pelas comunidades, mulheres me confidenciaram o desejo de ter continuado os estudos, sonhando com outras formas de renda e revelando o espaço da escola como prazeroso, em comparação com o trabalho enfrentado na roça e em casa, no entanto, dar continuidade aos estudos era, e em alguns locais ainda é, um direito mal distribuído, reservado a quem vai embora das áreas rurais ou quem reside em localidades mais próximas às cidades. Por essa razão, as comunidades rurais que visitei são atravessadas pela necessidade de migrar para encontrar novas formas de estudo e trabalho. Em sua maioria, são os homens que migram, no entanto, também ouvi relatos de mulheres que mudaram, em geral, para São Paulo e para o Mato Grosso, em busca de emprego.

Embora a literatura aponte a remissão da migração masculina das áreas rurais nas últimas décadas (BUTTO, 2011), na casa de Marlene, por exemplo, todos os filhos adultos, à exceção da filha mais velha, mudaram-se para São Paulo. Do mesmo modo, o namorado de Maria, o marido de Marlene, o filho de Matilde, assim como a maior parte dos homens do quilombo, trabalha na cidade durante a semana, dormindo em alojamentos, e somente retorna à sua casa ao sábado.

Em consequência, as atividades cotidianas nas comunidades são, em sua maioria, tocadas pelas mulheres. Nas demandas da casa, dos animais, das crianças, do terreiro, da roça, da associação, assim como nos momentos coletivos de lazer ou de manifestação religiosa: são as mulheres que, insuspeitamente, ocupam e fazem a manutenção do território. No cotidiano atarefado das comunidades rurais, o trabalho atravessa todo o dia, permeia as conversas e fica de pano de fundo, naturalizado de modo tal, que, por vezes, não é percebido. Quando questionadas, é comum que se justifiquem: “não, eu não trabalho”, mas ao relatarem o dia-a-dia, desde as primeiras horas as tarefas reprodutivas e produtivas são cumpridas, uma a uma, até a hora de dormir, como exemplificam os trechos das entrevistas de Mírian e Malúcia.

[Quantas pessoas trabalham na casa?]

Aqui só quem trabalha é meu marido mesmo. Ele trabalha na roça.

[Como é a rotina dos filhos que moram com você? Depois que acordam, fazem o quê?]

Meus filhos tudo se acordam, tomam café e vão se perder na roça, vão botar as ovelhas para comer. Essa aqui, a menina, fica mais eu, me ajudando. Mas os outros dois vão para a roça, só chegam em casa de meio dia. Sobem em uma égua e passam a manhã todinha em cima dessa égua. Quando eles chegam meio dia, tomam banho, almoçam e aí vão para a escola. Aí só chegam de noite, seis horas. Quando chegam, brincam um pouquinho e vão dormir.

[E você?]

Eu faço um biquinho e trabalho na roça também, mas só umas duas vezes na semana, quando é para colher. Porque tem o horário dos meninos irem para a escola, aí eu fico mais em casa. Mas eu não gosto de ficar em casa, não. Eu gosto de trabalhar, de pegar meu dinheiro.

[O que você faz, da hora em que acorda até a hora em que vai dormir?]

Eu acordo cinco horas e vou arrumar a casa. Quando termino, vou mexer nos meus artesanatos. No dia em que eu não vou trabalhar, eu passo o dia mexendo nos meus artesanatos, nas minhas plantas. Que esse negócio de estar em casa em casa, eu não gosto de estar em casa de seu ninguém. Não ando na casa de ninguém.

[Entendi. Quanto tempo por dia você calcula que passa trabalhando?]

Mulher, eu me acordo cinco horas e quando é oito e meia eu já arrumei minha casa, já fiz minha comida, já tenho tudo pronto. Aí eu me sento aqui nessa máquina de costura e vou inventar alguma coisa. O resto do meu dia é só mexendo nas minhas coisas. Se eu for para a roça, quando eu chego, meio dia, também vou mexer nas minhas coisas. Olhe, quando eu vou para a roça, eu me levanto quatro horas, deixo o almoço feito, chego de meio dia, tomo banho e limpo a casa, aí pego e vou mexer nas minhas coisas. - Mírian, 39 anos, assentamento Nossa Senhora da Conceição.

[Quantas pessoas moram na sua casa agora?]

Só eu e ele.

[Os dois trabalham?]

Só ele trabalha. Trabalha em empresa, passa a semana fora.

[Você faz o quê no seu dia, da hora em que acorda em diante?]

Eu me acordo, aí eu vou ver os bichos, dou de comer, boto água. Quando é preciso ir para a roça, juntar a cerca, eu vou. Era só eu mesma, eu estava separada, estava sendo a mulher e o homem. Ele voltou essa semana!

[Há quanto tempo vocês estavam separados?]

Quatro anos.

[Entendi. Quanto tempo por dia você acha que trabalha?]

Mulher, amanhece o dia umas cinco e pouco, aí fico até umas onze horas, porque é muito quente e o cabra não aguenta meio dia. Mas quando é umas três horas, eu começo de novo, dar água para os bichos, para não ficar muito escuro. – Marlúcia, 44 anos, quilombo Catolé dos Índios Pretos.

As entrevistadas denunciam uma já conhecida problemática do campo: o reconhecimento identitário da mulher trabalhadora rural. Conforme Andrea Butto (2011), desde o final dos anos de 1980, a luta das mulheres rurais para se afirmarem enquanto agricultoras tem ganhado mais destaque e, a partir da mobilização e inserção nos espaços de organização política, as mulheres conseguiram, em grande medida, coadunar as reivindicações de classe com as de gênero, adaptando uma agenda feminista para o desenvolvimento rural. Desse modo, a partir do reconhecimento enquanto trabalhadoras rurais elas passaram a acessar os direitos de previdência, por exemplo, além de possibilitar inserção em outros programas que atendem aos agricultores, como a titulação de terras do Programa Reforma Agrária e a inclusão aos programas de assistência técnica (BUTTO, 2011).

De fato, todas as mulheres com quem conversei, à exceção de Meire e Monique, são registradas em suas associações como agricultoras e duas delas, inclusive, Margarida e Marisa, são aposentadas como tais. As entrevistas de Marlúcia e Mírian revelam, no entanto, um aspecto mais subjetivo das mudanças relativas às desigualdades de gênero, demonstrando que ainda é preciso atualizar, concretamente, os direitos conquistados. Na prática, Mírian, apesar de também trabalhar na roça, considera que seu trabalho, assim como o das crianças, é uma ajuda ao seu marido, vendo a si mesma muito mais como responsável pelo trabalho doméstico e como artesã, do que como agricultora.

A condição de Mírian se dá em consonância com o que é apontado pela literatura sobre a divisão sexual do trabalho no campo, indicando que há uma distinção entre o trabalho “pesado” ou “produtivo” e o trabalho “leve” e “doméstico”, sendo este último designado à mulher, mas também às crianças do sexo feminino e considerado de menor valor, em comparação com o do marido, para a sobrevivência da família (PAULILO, 2016). No entanto, embora haja pouco reconhecimento do caráter de trabalho das atividades desempenhadas por Mírian, as demais mulheres que entrevistei também trabalham na roça - exceto Margarida que, pela idade, paga Marlúcia para tanto - e reconhecem suas posições de agricultoras. Apenas Maria, Marlúcia e Marta são remuneradas a partir da agricultura, mas mesmo nos casos em que não há renda advinda, a maioria das mulheres com quem conversei possui esclarecimento sobre suas condições de trabalhadoras, no que se refere ao caráter cooperativo das atividades produtivas.

[Quantas pessoas da casa trabalham?]

Só o meu esposo. Porque ela não trabalha [filha mais nova], só em casa. Quer dizer, ganhando que você fala?

[Como a senhora considera?]

Que trabalham todos. Só não ela [a filha mais velha], porque ela tem problema mental. Mas os outros todos trabalham. Que se for para ir para roça com a gente, catar o que comer, eles vão. Botar comida para os bichos, pegar uma água, me ajudar em casa, todos os dois fazem. Mas ganhando dinheiro só o meu esposo e ela que é aposentada.

[A senhora trabalha em casa, então?]

Só em casa mesmo. Lavar roupa... Só o serviço da casa já dá bastante. Nunca trabalhei, não. – Marlene, 53 anos, sítio São Paulo.

Além do trabalho produtivo, as entrevistadas revelam, dessa vez, sem exceção, a responsabilização exclusiva das mulheres pelo trabalho doméstico. A sobrecarga deste tipo de trabalho é uma questão evidente, que, à princípio, pode não ser nomeada por elas como trabalho, mas à medida que são trazidas à luz as horas dedicadas às atividades e o caráter intensivo da dedicação, as mulheres revelam a dimensão da problemática e o modo como ela toma espaço e tempo que deveriam ser despendidos em outros aspectos de suas vidas. No caso de Maria, ela admite não conseguir acompanhar os encontros do MMTR – Sertão Central em função do trabalho doméstico, já para Meire, os cuidados com os filhos e com a casa se constroem como impeditivos também para o exercício de algum trabalho remunerado e, apesar da presença de uma das filhas adultas e do genro na casa no momento de minha visita, ela era a única pessoa se ocupando das tarefas domésticas, enquanto os outros assistiam televisão.

[E a senhora trabalha? Trabalha com o quê?]

Minha filha, com o que aparecer. Trabalho de roça, trabalho de casa. Mas agora mesmo eu estou mais em casa, mal eu tenho tempo para dormir, porque as duas são pequenas, né? Aí fica difícil.

[E como é o seu dia? O que a senhora faz desde quando acorda?]

Minha filha, olha, varrer, fazer comida, ir atrás dos meninos quando fazem bagunça nesse quintal, lavo roupa. Só isso, todo dia.

[Quanto tempo por dia a senhora trabalha?]

O dia todo. Eu só paro para dormir. Eu acredito que eu não tenho tempo de sentar dentro de casa, acredita? Porque... [filha e genro riem da sala] é, vocês podem rir, mas eu não tenho, não. Toda hora que chegar aqui, todo dia, eu estou assim. Com esses quatro aqui eu não tenho sossego. Já teve dia aqui de eu vender o banho, porque as meninas não deixaram. O negócio é pegado. – Meire, 39 anos, sítio São Paulo.

[Além da associação, tem algum outro lugar que você frequenta?]

Não... tinha o movimento de mulheres. Hoje eu me afastei um pouco. No sindicato dos trabalhadores rurais eu sempre ia. Nas assembleias. Mas por enquanto eu me afastei um pouco por conta do tempo. Assim, no movimento tem reunião e as reuniões são o dia todo e aí eu não posso por causa das coisas que eu tenho que fazer no dia a dia, o trabalho doméstico. – Maria, 36 anos, assentamento Poço do Serrote.

O trabalho que as mulheres classificam como doméstico se estende ao quintal, à horta, aos animais, à educação dos filhos e o cuidado com os homens e idosos da família. Nas conversas foi possível perceber que a quantidade de tempo despendido a essas tarefas depende, em geral, da idade dos filhos e da presença masculina no lar. As mulheres cujos filhos são maiores, declararam que, apesar de também serem as únicas responsáveis pelo trabalho doméstico, conseguiam descansar durante o dia e que, na ausência dos maridos, os horários para execução das atividades ficam mais flexíveis, visto que a pontualidade com as refeições são uma demanda maior deles, embora eles não se ocupem de preparar a alimentação.

Conforme anteriormente apresentado, Paulilo (2016b) e Faria (2009) apresentavam uma pequena divergência a respeito da ênfase das políticas públicas que poderiam ser mais emancipadoras para as mulheres rurais no tocante ao trabalho. Enquanto Paulilo (2016b) privilegia o debate da necessidade de renda, compreendendo que a partir da maior autonomia financeira a negociação de papéis mais igualitários na família é facilitada; Faria (2009), em uma proposta alternativa, acredita que o excedente de trabalho das mulheres não se equaliza com a conquista de uma renda estável, mas que demandaria compartilhamento de responsabilidades parentais.

Trata-se, ao meu ver, de contribuições que seriam complementares. Se, por um lado, a autonomia financeira viabilizada pela organização produtiva seria empoderadora para muitas mulheres, por outro lado, para muitas outras o trabalho doméstico toma todo o tempo, limitando o desenvolvimento das atividades. O machismo, a baixa autoestima derivada da pouca qualificação e a responsabilização exclusiva das mulheres pelas crianças são impedimentos concretos para, até mesmo, possibilidades de renda. Além disso, a socialização do trabalho doméstico parte da premissa de que há outro adulto com quem compartilhar tais tarefas. Para as mulheres chefes de família solteiras, tal possibilidade pode ser inviável, visto que uma significava parte dos homens com quem elas tiveram filhos, migram e isentam-se de exercer a

parentalidade, deixando as condições de vida especialmente difíceis se não houver uma rede de apoio ampliada.

Além disso, mesmo para mulheres que possuem uma relação conjugal, não se pode esperar que a divisão do trabalho doméstico passe a ser feita de maneira justa somente a partir da iniciativa individual. Certamente, como apontado pelas mulheres dos movimentos sociais com quem tive contato, ao sair de casa e participar de organizações políticas, as mulheres ficam estimuladas a gradativamente combater desigualdades dentro de casa, no entanto, mesmo a liberdade de sair de casa com este fim, como no caso de Maria, não é igual para todas. Desse modo, as campanhas de promoção da equidade de gênero precisam chegar às mulheres e aos homens nas comunidades rurais, por meio da valorização do trabalho feminino dentro e fora de casa por todos os membros da família, inclusive elas próprias, como também por meio de um trabalho, lento e difícil, de desconstrução de uma masculinidade pautada em braveza e pretensa incapacidade para o trabalho doméstico.

A superação das desigualdades econômicas e de gênero nas áreas rurais implica o combate de mais do que um fator de opressão, exige uma compreensão contextual mais ampla das condições de vida produzidas nas localidades. A entrevista de Margarida, por exemplo, é uma fonte rica de informações acerca da ruralidade vivenciada em Pernambuco. Ao descrever sua chegada ao Quilombo Catolé dos Índios Pretos é possível identificar, em sua história, a chefia familiar de suas avós e de sua mãe, assim como o trabalho que lhe acompanha desde a infância até os seus 83 anos atuais. Sua renda era composta pela agricultura em meio à serra e à seca do sertão, como também pela confecção e venda de vassouras de palha, comercializadas na feira em Serra Talhada.

Nasci em Floresta. Nasci e me criei em Floresta, saí de lá com idade de 35 anos. Aí mudaram para aqui. Meu pai morreu quando eu tinha cinco anos, então fiquei mais mãe e dois irmãos. Foram uns anos meio ruins, uma seca danada. Eu era pequena, mas me lembro, a gente andava uma distância de uma légua ou mais para tirar macambira, dar comida aos bichos. Os meninos iam arrancar macambira mais mãe e tinha uns pés de umburana de cambão bem grandão. Eu levava uns cabacinhos de rapadura com farinha, uma bolachinha. Mãe botava eu para ficar sentada em um canto lá e eu ficava. Eles terminavam e os meninos tiravam as macambiras e ela ia desfaiando. A não ser se estivesse queimada, as queimadas iam para o lixo, e as boas serviam para fazer o de comer, fazer as coisas. Minhas duas avós ficaram lá. Ficaram em Floresta. Nesse tempo eu era pequenina, mas depois meus irmãos casaram, eu já tinha 35 anos e nós viemos embora para cá. Depois minhas avós morreram. [...] Eu vim com a minha mãe e meu irmão. O outro já estava morando aqui. Quando eu saí de lá, minha vida já estava mais cuidada. Antes era uma vida sofrida. Eu subia a Serra de Arapuá, atrás de palha, atrás de catolé para fazer vassoura. No dia que eu ia para a rua, ia para Serra no domingo, andava duas léguas. Saía de Floresta três horas da madrugada mais o compadre, pela distância. Era aquela bagaceira toda, vender vassoura de catolé, de umbu, era tudo no mundo. Quando terminava tinha que ir para o ponto, esperar o outro para voltar junto. Minha vida era sofrida. Quando cheguei aqui, vim trabalhar de roça, mas era mais fácil. Porque lá eu trabalhava na roça também, mas era na serra. Era uma seca, uma seca! Mãe fazia o cuscuz mais cedo, minha avó tirava panelona de leite de

bode, quando tinha milho, fazia angu, quando tinha feijão, era pão. Nós tínhamos uma rocinha bem pequena. Quando chegamos aqui melhorou, mais fácil porque não tem ladeira. É só areia, barro. Plantávamos feijão... Também era seco quando chegamos aqui, lavávamos roupa na carnaúba, em um açude que tem lá. Meu irmão se juntou mais o pai dessa aí e foram para dentro, achar um rumo d'água, disse que ia arrumar água para fazer o almoço, andou, andou e depois de um tempo arrumou uma cacimbinha. Nós íamos apanhar água lá para fazer a irrigação. Melhorou. Daí para cá, pronto. Abriu outra cacimba aqui. Ficou tudo rico daí para cá. – Margarida, 83 anos, quilombo Catolé dos Índios Pretos.

A linha narrativa de Margarida constrói enredo que atravessa diferentes tempos e condições de vida no Sertão: a seca, a falta d'água, as ladeiras, o catolé e os demais elementos da vegetação nativa fazem parte do cenário imposto pelo semiárido. No Sertão, a vida está intrinsecamente relacionada com a estiagem e, ainda que desde o Brasil imperial sejam registradas intervenções públicas sobre a problemática que ela pode representar, a seca no Nordeste, enquanto fenômeno natural característico da região, continua a ocorrer em ciclos, sendo agravante para a vulnerabilidade social da população que depende da economia agrícola para sobreviver. De acordo com Mylene Teixeira (1991), em Pernambuco, a região semiárida compreende 86% do estado, delimitada formalmente em 1991 pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

Margarida fala, no entanto, de uma significativa melhora nas condições de vida e a relaciona a mudança com as “cacimbinhas”, agora próximas e que facilitam a chegada da água. Tal mudança é reflexo de intensa mobilização social ao longo dos anos 1990, que reivindicava uma mudança de perspectiva a respeito da seca e resultou, entre outras ações, na criação da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), uma rede que compreende organizações da sociedade civil que possuem em comum o compromisso com a execução do projeto de convivência com o Semiárido.

A ASA representa uma mudança de postura política, estimulando estudos, projetos, técnicas e tecnologias adequadas ao ecossistema do semiárido e da caatinga, idealizadas para maior resistência das famílias aos ciclos de seca, estocando água, alimentos, sementes e animais. Dentre os principais programas mantidos pela ASA pode-se citar o Programa Um Milhão de Cisternas, criado nos anos 2000; Programa Cisternas nas Escolas, criado em 2009; Programa Uma Terra e Duas Águas, criado em 2007 e que implementa tecnologias de cisternas-calçadão, barragens subterrâneas, tanques de pedra, entre outras, com o intuito de obter água não apenas para o consumo humano, como também para o plantio e para os animais; e o Programa Sementes do Semiárido, criado em 2015 que estimula a criação de bancos de sementes para plantio geridos pelas comunidades, para distribuição entre as famílias (ASA, 2019).

Todos os programas articulados pela ASA incluem capacitações às famílias beneficiadas e, de fato, no contato com as mulheres, muitas delas descreveram a participação em capacitações para instalação das cisternas em suas casas. Dentre os critérios de enquadre das famílias aos programas, as preferências estabelecidas incluem as mulheres chefes de família, além da existência de crianças de zero a seis anos de idade, crianças e adolescentes matriculados na escola, presença de idosos na família e de pessoas com deficiências (MALVEZZI, 2007). Nas localidades em que estive, as cisternas eram presentes, se destacando nos terrenos e sendo referidas como fonte da melhora nas condições de vida, como no exemplo de Margarida. Apenas Matilde e Meire relatam não ter conseguido a instalação de cisternas em suas casas, a segunda em função de sua moradia ser recente e no terreno de seu genro, que já possui cisterna, e a primeira não entende por qual motivo não foi contemplada, visto que as casas ao redor possuem o sistema de captação de água da chuva.

Mesmo com a presença das cisternas na maioria das terras, o acesso à água ainda ocorre de maneira irregular. No assentamento Poço do Serrote, o terreno de Maria divide a captação de água com mais 15 famílias e a caixa d'água foi instalada de maneira desproporcional à alguns terrenos, de modo que a água não chega nas torneiras de sua casa e ela realiza todas as atividades e necessidades utilizando um tanque construído ao lado de sua casa, que ela enche e transporta a água com a ajuda de um balde. Na visita ao quilombo, também descobri que, apesar das cisternas, as mulheres têm se organizado para dividir a contratação de carros pipa, visto que os níveis dos reservatórios estão baixos e é preciso continuar a irrigar as plantações e dar água aos animais.

A distribuição de sementes, por outro lado, é um recurso que atende a maior parte das famílias. As mulheres declaram receber sementes de milho e de feijão periodicamente para o plantio e o controle da distribuição é realizado pelas associações locais e costuma ser partilhado em igual quantidade para todas as famílias. No entanto, há uma defasagem em tal distribuição, de modo que as famílias conviventes ou as famílias que residem em casas que compartilham a terra de algum agricultor já cadastrado como beneficiário na associação, acabam por não receber os subsídios separadamente e, nem mesmo a quantidade de sementes é proporcional ao tamanho das famílias em cada terra. Logo, apesar do trabalho das mulheres na roça e das residências separadas, diversas vezes ouvi “as sementes é meu irmão quem recebe, ele é o agricultor”.

Assim, mesmo diante dos declarados avanços nas condições de vida apresentados pelas mulheres e exemplificados nas histórias de Margarida, Maria e Mírian, que conquistaram suas casas e possuem acesso à água, ambos direitos negligenciados no passado, não se pode tratar

tais problemáticas como equalizadas e assumir que os desafios se postam de outra ordem por duas razões: nem as políticas foram aplicadas de maneira universal, nem os direitos conquistados estão garantidos em sua manutenção, dada a recessão econômica e o retorno recente da postura política para uma perspectiva neoliberal dos direitos sociais. No entanto, as mudanças conquistadas mobilizaram as mulheres a estender as reivindicações a outros aspectos e, a partir de 2003, por meio da maior abertura dos governos dos ex-presidentes Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff para o desenvolvimento rural, os desafios para a superação da desigualdade de gênero no campo tornaram-se mais específicos e passaram a demandar a inserção das mulheres nas atividades produtivas, linhas de crédito agrícola, além de políticas de comercialização e de assistência técnica especializada (BUTTO, 2011).

Desse modo, além dos programas de convivência com o semiárido, outras ações voltadas para os contextos rurais ajudaram a garantir a resistência das ruralidades. A partir da criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, nos anos 2000 e com o forte ganho orçamentário entre os anos de 2003 a 2014, uma série de novos programas e políticas foram implementadas no sentido de viabilizar maior qualidade de vida da população rural. As políticas envolvem diferentes áreas de afecção, se referindo à segurança alimentar das famílias agrícolas, aos incentivos para o plantio e para a organização produtiva, à demarcação de terras indígenas e quilombolas, e programas educacionais que se referem às peculiaridades das pessoas assentadas (MDA, 2015).

Nesse sentido, um importante programa criado em 2003, foi o PRONATER, Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, pensado para viabilizar a execução dos serviços de assistência técnica aos agricultores familiares, refletindo as diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica reformulada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Tal programa se pautava na agroecologia, pensando na pluralidade de métodos inerentes à agricultura familiar, partindo de metodologias participativas, com uma gestão compartilhada, descentralizada e local incentivando a participação e o conhecimento populares (WEITZMAN, 2011).

Havia, ainda, uma série de programas de afecção rural que se referiam à política da Reforma Agrária, que envolviam ministérios e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. A distribuição de terras abarcava, também, a responsabilidade pela ocupação e pela cidadania nos espaços assentados, de modo que dentre os programas articulados para tal público pode-se citar os já mencionados, proporcionados pela ASA, além do Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida Rural, o programa Mais Médicos e o programa Água para Todos (MDA, 2015).

Além da inserção das famílias assentadas nos programas existentes de desenvolvimento agrário, houve programas idealizados especificamente para essa população. Destaca-se, nesse âmbito, o Programa Terra Forte, criado em 2013, para estruturar a produção por meio da agroindustrialização nos assentamentos; o Programa Terra Sol e seu derivado Terra Sol Mulheres, criado em 2004, que estruturava a comercialização da produção, selecionando iniciativas para apoiar por meio de suporte administrativo, consultorias e capacitações para o comércio agrícola; e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, que viabiliza educação formal para trabalhadores rurais assentados tanto na educação básica, técnica ou superior, ou ainda em capacitações para lecionar nos assentamentos, a partir de um cuidado pedagógico específico, que se encarrega de manter o vínculo dos beneficiados com seu campo (MDA, 2015). Ivanilda, por exemplo, que viabilizou minha visita ao assentamento Nossa Senhora da Conceição, concluiu sua graduação em Biologia e o mestrado em Saúde Coletiva por meio do PRONERA.

Desde a Política de Regularização Fundiária Quilombola, institucionalizada em 2014, compreende-se as comunidades quilombolas como detentoras do direito de serem beneficiárias das políticas de desenvolvimento rural, de modo que a inclusão a tais políticas lhes foi concedida, embora de maneira gradativa e lenta. Segundo o antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário, quando ainda em status de ministério, a admissão das comunidades quilombolas aos programas mantidos pelo INCRA e aos programas de Assistência Técnica, faziam parte da agenda programada de expansão (MDA, 2015).

Durante a pesquisa foi possível perceber que, concretamente, a inclusão em políticas sociais é bastante irregular e dependente da capacidade de organização política das próprias comunidades, por meio das associações. Das comunidades em que estive, o quilombo Catolé dos Índios Pretos se mostra mais fragilizado e sofre uma inclusão mais lenta às políticas, possivelmente em função da demarcação recente. No local, mesmo o transporte escolar das crianças, direito comumente garantido, apesar das distâncias, não ocorre.

Apesar dos programas idealizados para fortalecer a produção e comercialização, em nenhum dos lugares em que estive há organização produtiva ou grupos produtivos de mulheres. Apenas no assentamento Nossa Senhora da Conceição, Mírian, incentivada por Ivanilda, mostrou iniciativa de estruturar uma cooperativa de mulheres costureiras e artesãs. Acompanhando o processo de ambas compreendi que efetivar a admissão à editais como o do Terra Sol Mulheres, por exemplo, que seria de fundamental importância para subsidiar e prestar consultoria às mulheres em diferentes etapas da inserção no mercado, exige a consultoria de alguém já habituado à burocracia e afasta a maior parte das mulheres rurais. Há um espaço em

branco entre os programas existentes e a população que poderia se beneficiar deles e as ferramentas usadas para conectá-los não são eficientes, não falam uma linguagem adaptada, exigem um mediador habilitado – raro e comumente sobrecarregado de demandas a atender, como são Ivanilda, Cícera, Alda e Vânia.

O mesmo problema se repete no âmbito da assistência técnica. Enquanto algumas mulheres, como Maria e Mírian fazem menção a profissionais que realizam visitas ocasionais, elas os nomeiam como “técnicos da roça” que trabalham orientando acerca dos animais e informando os agricultores nos espaços das associações, outras ignoram a existência dessa possibilidade.

[Você recebe algum incentivo para plantar? Por exemplo, sementes, assistência técnica, veterinários para ajudar com os animais?]

Minha filha, nem sabia que tem tudo isso. Tem uns técnicos da roça, realmente eles sempre fazem visitas, tem a veterinária, mas nunca veio aqui, não. Semente eu nunca recebi. Seria muito difícil. – Mírian, 39 anos, assentamento Nossa Senhora da Conceição.

A assistência técnica, é assim, bastante irregular e possui uma atuação mais frequente nas comunidades com mais fácil acesso, como o sítio e os assentamentos que visitei. Esta se mostra, no entanto, uma possibilidade de trabalho atraente para a juventude que consegue acessar o nível técnico: Monique e a filha de Matilde relataram o desejo de trabalhar como técnicas em agricultura. Isto indica que se trata de uma posição respeitada, com boa adesão nas comunidades que apresentam carência de orientações e auxílio.

Apesar da quantidade de programas existentes, é difícil indicar quais instituições podem operacionalizar, de fato, as melhorias necessárias para o desenvolvimento das áreas rurais, uma vez que o governo brasileiro constrói um cenário de retrocesso desde o impeachment da ex-presidente Dilma, extinguindo o Ministério do Desenvolvimento Agrário e transformando-o em Secretaria, incidindo na redução dos recursos de diversos desses programas. O orçamento federal apresentado para as políticas rurais para 2018 estimou destinação de 10% do valor investido em 2015, com cortes severos no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária e na Assistência Técnica e Extensão Rural (PITASSE, 2017).

As ações financiadas pela ASA também sofreram cortes abruptos, assim como o Programa Nacional de Cisternas, que já sofria redução orçamentária desde 2015 (GROSS, 2018). Tais cortes sinalizam para uma brusca mudança na realidade das famílias rurais em nível concreto, podendo incidir de modo ainda mais grave nas regiões do semiárido dada a necessidade de tecnologias para adaptação, convívio e sobrevivência na região.

O rural tem possibilidades ricas e não podem ser construídas alternativas de vida apenas fora dele, é preciso dar condições de vida a quem fica. Condições não só de sobreviver, mas de

crescer e produzir, sem ter que sair deste espaço. Franco (2011), ao se referir às políticas que buscam combater as desigualdades de gênero, indica que mais do que prestar assistência, é preciso valorizar o protagonismo das mulheres, enquanto sujeitos diversos, capazes de produzir e de indicar caminhos para seus empoderamentos. Desse modo, busquei manter ouvidos e olhos abertos: de um jeito lento e sutil, há muita informação nas interações. A escolha do que me mostrar quando chego à casa, o que me servir, de quais assuntos conversar vão mostrando demandas importantes.

As atividades com as quais elas dedicam seu tempo e os comentários sobre o cotidiano constroem indícios. Em alguns momentos, emerge a comparação com o quanto no passado o pouco era o suficiente para satisfazer e que, no presente, as novas gerações almejam mais, em muitos aspectos. A comida, por exemplo, é representativa, como exemplificam minhas anotações feitas nas visitas:

Maria reclama que seus netos eram complicados, muito mimados e só gostavam de comer quando havia mistura. Ela diz que, no passado, criar filhos era muito mais fácil, que as roupas dos mais velhos passavam aos mais novos e que ninguém reclamava de comida, mas nos dias de hoje, todos os filhos têm que ter suas próprias roupas e são chatos para comer. – Sítio São Paulo, 14 de julho de 2018, diário de campo.

Depois de um tempo, o genro de Meire chega com uma bacia cheia de carne e seus documentos. Percebo que a carne é uma questão importante e comento com ela, ao que ela responde que a mistura é muito cara e é o seu genro quem compra, pois trabalha. Que, nos dias de hoje, as crianças não querem mais comer sem carne. Noto que é o mesmo comentário feito por Marta. – Sítio São Paulo, 15 de julho de 2018, diário de campo.

A carne simboliza ascensão a uma vida melhor e indica que, se antes dava para sobreviver comendo apenas grandes quantidades de cuscuz e encarando um dia longo de trabalho na roça, como na infância de Margarida, hoje elas têm consciência de precisar de mais, principalmente as crianças e adolescentes. Em sua entrevista, Meire chega a comentar sobre as sementes que recebe, interrogando: “o que eu vou fazer com dois quilos de milho?” Posicionar-se como seres desejantes para além dos direitos fundamentais mais básicos é marca da geração que nasceu em um momento de abertura política, com um governo democrata e de esquerda.

As mulheres querem mais. Ter direitos garantidos e estáveis, querem comer melhor, mas querem, também, ter oportunidades de trabalhar no que gostam, com atividades que as deem prazer. No relato de Mírian reconheço o processo lento de reconhecer-se como agricultora, mas vejo também que talvez, em parte, a agricultura não seja a atividade com a qual ela mais se identifique, ainda que seja estratégica para a inserção em políticas e que, na prática, ela a exerça. A possibilidade de identificar-se com o seu trabalho não deveria ser um privilégio de classe. Se faz necessário reconhecer a pluralidade das existências das mulheres rurais, seus

desejos, suas identificações e dar vazão a tais caminhos, que podem, também, ser ricos e emancipadores.

No assentamento Nossa Senhora da Conceição as casas são decoradas com diferentes formas de artesanato, que as mulheres apresentam com orgulho, assim que recebem as visitas. A arte reveste o local. Encontrei também mulheres que me falaram de suas habilidades enquanto manicures, exibindo longas unhas desenhadas, uma a uma, em processos evidentemente trabalhosos. Do mesmo modo, no quilombo e no sítio há experiências de mulheres com cursos de doces, que revelam terem sido tais atividades as mais divertidas em muito tempo. A literatura já indica ocupações variadas nas áreas rurais (PONTE, 2004; WANDERLEY, 2000;) e elas de fato existem, mas é preciso dar condições de operacionalização, socialização dos saberes, organização da produção, divulgação e comercialização dos produtos, estruturando administrativa e logisticamente.

Wanderley (2003) ao tratar a respeito da pluriatividade no meio rural, considera que esta não deve ser vista como ameaça à agricultura familiar ou uma descaracterização das ruralidades, mas pode ser entendida como uma estratégia de sobrevivência da família, assegurando sua sobrevivência por meio da diversificação de atividades. O investimento da família em outras atividades pode se mostrar particularmente atraente dado o caráter precário da agricultura familiar exercida, que, por vezes, não supre por completo o sustento da família.

Nesse sentido, existem experiências em pequenas comunidades que comprovam a efetividade do viés empoderador da arte, se organizada. O artesanato em capim dourado no Jalapão e a produção de tapetes à mão em Lagoa do Carro geram renda. Mírian, por exemplo, domina uma espécie de renda que possui alto valor financeiro nas feiras de artesanato, a renascença. As condições de dependência dessas mulheres podem ser superadas com os estímulos adequados. É preciso investir na organização produtiva nesse sentido, respeitando a pluriatividade no meio rural, valorizando e fortalecendo a autoestima das mulheres para que confiem em suas habilidades, sendo apoiadas, orientadas e subsidiadas para construir suas vidas pautadas em suas escolhas.

5.1.2 Entre a assistência às doenças e a promoção de saúde

A demanda por serviços de saúde foi a mais expressa pelas mulheres rurais das comunidades que visitei. As queixas abarcam desde a dificuldade geográfica imposta pelas suas residências, a burocracia típica das instituições de saúde para agendamento até relatos de irregularidade nos serviços, falta de humanização e ocorrências de violência obstétrica. Além

das queixas verbalmente expressas, também é possível identificar sofrimento psíquico nas mulheres com quem estive, possivelmente derivados da sobrecarga de trabalho e da pouca oferta de formas de lazer, delegando algumas mulheres ao isolamento social.

Em nenhuma das localidades há Unidade Básica de Saúde e, na ausência de um veículo próprio, é necessário pegar algum transporte na rodovia, pagando caro por ele, até a cidade mais próxima. Devido à localização mais afastada da estrada, o quilombo Catolé dos Índios Pretos é especialmente prejudicado, em comparação às outras localidades em que estive, no que se refere aos custos de locomoção e às necessidades de assistência das mulheres. As falas das mulheres são balizadas pela dificuldade de transporte. Há um carro que faz o percurso adentro da comunidade, levando a população até Serra Talhada três vezes por semana, cobrando 25 reais pelo trajeto. Nos outros dias, é preciso pedir carona na rodovia, que fica a mais de 20 quilômetros de distância. As emergências sempre ficam à mercê de uma carona de dentro do quilombo, o que é difícil de ocorrer, visto que a maior parte dos veículos ficam com os homens do lugar que costumam passar a semana em alojamentos de trabalho em outras cidades.

As mulheres com quem conversei no lugar apresentam necessidades de acompanhamento contínuo, seja por problemas na coluna, diabetes, baixa mobilidade e até mesmo depressão. A dificuldade em conseguir marcar exames e consultas se agrava nesse contexto. Cada ida ao hospital e cada exame remarcado custam mais 25 reais de seus orçamentos, conforme relata Marisa.

Tem hora que precisa de ir no médico e não tem dinheiro. Agora mesmo eu estou com uns exames para ir marcar, mas eu vou marcar, gastar esse dinheiro, depois eu vou para fazer os exames, depois para mostrar ao médico e aí fica difícil. A gente tem que passar o mês. – Marisa, 66 anos, quilombo Catolé dos Índios Pretos.

Dadas as condições, as mulheres procuram adaptar suas necessidades ao dia de funcionamento do transporte. Durante a conversa coletiva com as mulheres do quilombo, uma delas contou que para dar à luz, aproveitou o dia em que o carro de transporte fazia o percurso, tendo que ficar de favor na casa de conhecidos em Serra Talhada por três dias, para não correr o risco de entrar em trabalho de parto e não ter como ir ao hospital. Houve, inclusive, uma morte recente na comunidade, de uma senhora que teve crise asmática, mas como não havia veículo para levá-la ao hospital, o carro a levou no dia seguinte, já sem vida.

Durante a conversa com as mulheres do quilombo, uma delas me confia: “Meu marido só está na roça, porque está desempregado agora. E eu estava com a invalidez, que eu sou inválida. Veio uma perícia, olharam para mim e aí me cortaram. Agora eu não sei o que eu vou fazer. Eu tenho problema na coluna, que eu fiquei doente. Eu continuo doente, por causa de tanto peso, eu acho, que eu peguei na época que eu era nova. Eu estava com tanto desgaste que deu três hérnias de disco e fibromialgia. Eu perdi o movimento de uma perna. Hoje eu já estou melhor graças a Deus, assim mesmo, porque até o meu dedinho já ficou aleijado. Eu fazia a fisioterapia. Estou fazendo quando posso, quando tenho dinheiro para ir, porque tem hora que a gente

está sem dinheiro para nada. Agora que cortaram eu não sei o que eu vou fazer da minha vida”. Com sua autorização registro ao máximo seu relato acerca das dificuldades materiais de acesso aos serviços de saúde. “É sofrimento para a gente que mora no sítio, que tem que pegar o carro para ir e nem toda hora a gente tem dinheiro. Para ir para lá é uma passagem de ida e de volta e quando chega lá você não toma nem um café, porque a gente tem que deixar, porque senão não tem mais tarde, na hora do almoço. Ou um ou outro. Eu já fui pelejando, só com o dinheiro da passagem, de ir e voltar. E ficar com fome. Às vezes muita gente olha assim e pensa que a gente está tão bem e a gente não está tão bem. Só sabe a gente o que a gente está passando. Porque com o marido desempregado e serviço que só de vez em quando aparece, de 40 reais. Minha filha, é difícil”. – Quilombo Catolé dos Índios Pretos, 8 de setembro de 2018, diário de campo.

Nas outras localidades, apesar da maior proximidade com as rodovias, as condições de alcance aos serviços de saúde também são dificultadas. As mulheres do assentamento Nossa Senhora da Conceição precisam recorrer ao posto de saúde na comunidade Curral Novo, pagando 16 reais pelo trajeto de moto táxi, ou, em casos que exigem atendimento especializado, como o de Matilde, que possui complicações neurológicas e de pele em função de um envenenamento na infância, é preciso viajar até Petrolina, como ela relata em sua entrevista.,

[Quando foi a última vez que a senhora foi ao médico?]

Quando eu estava fazendo o tratamento da cabeça era direto, sempre eu ia. Aí eu parei, por causa das condições. Mas eu vou me organizar para ir lá de novo. **[Onde é o médico?]**

É em Petrolina. É um dermatologista e um neurologista, eles dizem para eu sempre estar indo lá, mas eu não tenho como. A passagem está cara, só um remédio meu é 280 e pouco. Não é brinquedo, não. – Matilde, 42 anos, assentamento Nossa Senhora da Conceição.

[Quando você foi ao médico pela última vez?]

Ano passado. Eu fui no postinho em Curral Novo. Tem que desembolsar 16 reais para pagar no moto táxi! São oito reais para ir e oito para vir. – Mírian, 39 anos, assentamento Nossa Senhora da Conceição.

Para as comunidades mais próximas de Serra Talhada, a maior referência é o Hospital Regional Professor Agamenon Magalhães, mais conhecido como HOSPAM, que atende demanda ambulatorial e de emergência e, por ser o quarto polo médico de Pernambuco, compreende o atendimento há vários municípios da região. Trata-se da unidade de saúde mais procurada de toda a rede na região e as mulheres do quilombo, do assentamento Poço do Serrote e do sítio recorrem ao hospital principalmente nos casos emergenciais e nas intercorrências de trauma, conforme conta Marisa, em uma experiência passada.

Eu até fazia mais as coisas, mas quando foi no ano passado, em 2016, na verdade, eu fui atropelada. Quebrou a perna [levanta a perna para me mostrar um inchaço e a cicatriz]. Eu passei um ano parada, mancando e ainda hoje eu olho, que ainda hoje dói. Tem dois pinos. Eu sofri. Foi no final de ano. Foi aqui, eu saindo da minha casa para a casa de meu irmão aí veio uma moto, de gente conhecida. Aí bateu. Triscou no braço, acho que eu rodei assim, acho que as pernas ficaram sem força. Eu caí sentada. Eu pensei que não tinha acontecido nada, que não doeu. Mas quando eles viram foram lá avisar “levanta, Dona Marisa” e eu digo “eu não posso levantar”. Chamaram meu irmão e vieram todos, quando pegaram, disseram: “está quebrado, não pode mexer”. Me colocaram no carro, que era tempo de festa, um povo estava por aí e tinha carro.

Me botaram no carro e levaram para o HOSPAM. Lá bateram o raio x e enfaixaram logo para não apartar. Passaram logo aquele gesso e minha perna ficou dessa grossura [demonstra o tamanho com as mãos e ri]. Me botaram dentro do carro e trouxeram, porque era domingo e a partir da segunda era para eu voltar para operar. Na segunda feira eu voltei e na terça feira foi a cirurgia. – Marisa, 66 anos, entrevista.

Apesar de se constituir uma importante instituição de saúde, assistindo à população local, as mulheres reconhecem o HOSPAM como um espaço cujo acolhimento é fragilizado, e de entrada burocrática, sentindo-se à mercê da disposição dos profissionais em compreender suas particularidades. Em uma conversa, uma das mulheres do quilombo queixou-se de que os exames preventivos, como ela nomeia, somente são realizados às quartas feiras, dia em que não há transporte para a comunidade e que seu marido está trabalhando, sem poder ficar com as crianças.

Carolina de Souza (2018) se refere a condições semelhantes de atendimento em Unidades Básicas de Saúde que se pautam em uma postura enrijecida de atendimento. O caráter institucional e burocrático se sobrepõe à proposta de humanização preconizada pelos serviços do SUS. O acolhimento costuma ser delegado a um espaço físico, a sala de triagem, o consultório da assistente social ou da psicóloga, por exemplo, mas não se estende a acolher as demandas das mulheres de maneira holística, nem se propõe a novas práticas e procedimentos mais afinados com as necessidades. O fluxo de atendimento é respeitado e seguido de maneira acrítica. Os fluxos, conforme a autora, devem servir para a organização das ações e do espaço e não para ser entrave no encontro entre os profissionais de saúde e os usuários.

A flexibilização da oferta de consultas, procedimentos e exames, principalmente abarcando fins de semana, certamente envolve muitos atores, como por exemplo médicas, enfermeiras e outros profissionais que não residem em Serra Talhada e buscam realizar suas consultas e procedimentos em dias únicos, no meio da semana, diminuindo seu tempo na cidade. Caso o hospital passasse a exigir o cumprimento da carga horária distribuída aos profissionais, possivelmente eles se afastariam de seus empregos, visto já não há muitos interessados em atuar nos municípios de pequeno porte, em contrapartida, a população acaba por adaptar seu adoecimento à disponibilidade médica, como Marisa, que sofreu um trauma no domingo e foi indicada a retornar no dia seguinte, dia útil, para que seu trauma fosse atendido adequadamente.

Souza (2018) contribui para a questão ao refletir a pouca disposição dos profissionais de saúde em negociar, entendendo que enfermeiras, médicas, técnicas e demais profissionais, ao trabalhar em conjunto, precisam estabelecer um diálogo negociado que não somente incluía

as usuárias, como também as priorizem. A centralidade dos serviços de saúde, efetivamente, precisa ser a população por eles atendida.

Os relatos das mulheres de suas experiências nos serviços de saúde são especialmente precários quando se referem à maternidade e a saúde reprodutiva. As práticas são atravessadas por inúmeros fatores, como a recorrência de procedimentos violentos, como a episiotomia na hora do parto, além de evidências de irregularidades nos processos relativos ao aborto, como uma conversa com Maria exemplifica.

Maria me diz que, de políticas mesmo, o que sente falta é de um posto de saúde na comunidade. Ela conta que é bem complicado ter que ir à Serra Talhada para resolver qualquer coisa e que, mesmo indo, nem sempre o atendimento é bom, alguns médicos realizam práticas muito antigas. Ela me dá o exemplo de seu parto, em que ela sentiu dores por três dias, tomou medicação para indução do processo, chegou a dilatar 8 centímetros, mas a criança não saía. No terceiro dia, foi levada para a sala de parto, o médico fez a episiotomia, um corte na entrada de sua vagina, pelo períneo, e apertou sua barriga, enquanto puxava a criança para fora. Sua filha teve que ficar internada por alguns dias e sofreu complicações nos rins por conta do parto complicado. Maria me disse que seu andar ficou muito dolorido por conta do corte, mas que se sente sortuda, pois outras mulheres nunca voltam a ser as mesmas. Ela acrescenta que este não é seu único exemplo de negligência no hospital. Ela engravidou outra vez, mas perdeu o bebê aos cinco meses e teve que realizar uma curetagem para remoção, sendo anestesiada por completo para o processo. Mas, ao acordar, o médico lhe disse que provavelmente teriam sobrado restos de placenta em seu útero. No dia seguinte, outro médico refez o processo, com anestesia local e lhe informou que o médico anterior não havia feito o trabalho direito. Ela diz, claramente, que se sentiu violentada por ter que passar por tudo aquilo duas vezes. – Assentamento Poço do Serrote, 13 de julho de 2018, diário de campo.

O relato de Maria evidencia tanto a naturalização da retirada da autonomia da mulher sobre seu parto, por meio da constatação de que, apesar de ter sofrido violência, as consequências costumam ser mais graves para outras mulheres. Por outro lado, há também, um declarado desconforto, o reconhecimento de ter passado por uma violência que atravessa sua dignidade enquanto mulher e usuária do Sistema Público de Saúde.

As experiências das mulheres rurais participantes da pesquisa indicam que, além de necessitarem de serviços de saúde mais próximos, atuantes em seus territórios, atendendo suas necessidades de acompanhamento contínuo, é preciso também pensar, conforme Souza (2018) recomenda, em um modelo de gestão de saúde que considere seus trabalhos, suas histórias de vida e condições atuais. O Ministério da Saúde (2015) reconhece que a saúde das mulheres do campo se relaciona com a necessidade de pensar seus trabalhos, pela possibilidade de contaminação por agrotóxicos, pela frequente exposição ao sol, pela sobrecarga de trabalho doméstico, além do esforço físico intenso que provocam agravos nas colunas, braços, mãos e pernas, por exemplo.

Maria de Lucena (2002) ao tratar das condições de vida de trabalhadoras rurais na Zona da Mata Pernambucana, também aponta graves consequências à saúde derivadas das condições

precárias e insalubres do trabalho. A autora aponta a necessidade de pensar novos modelos de atenção à saúde da mulher, que não a atenda somente no que se refere à saúde reprodutiva, mas que também considere aspectos socioeconômicos, psicológicos, laborais e culturais. Partindo desta premissa, nas entrevistas, é possível perceber que o excesso de trabalho resulta não somente em debilidade físicas, mas também fragiliza a saúde mental das mulheres, que vivem em constante stress, cansaço e sob a sombra recorrente da preocupação com a sobrevivência.

[Como a senhora faz para se divertir?]

Aí não tem. Já tem diversão demais aqui dentro de casa [risada]. Correr atrás de menino.

[Mas não tem nada que a senhora faça? Assistir uma novela...]

Não tenho tempo, não. Depois que as gêmeas nasceram eu não tive mais tempo nem de ver a novela. Não vejo novela, não. Porque quando raramente dormem as duas, aí eu fico de boa e termino o serviço mais ligeiro. E quando dorme uma e a outra fica acordada, eu tenho que ficar correndo atrás. [Entendi. Mas quando foi a última vez que a senhora fez alguma coisa divertida?] Sabe que eu nem me lembro. – Meire, 39 anos, sítio São Paulo.

Sou só eu mesma. Eu tenho que cuidar de filhos, de netos. Eu fico só cuidando. Não gosto nem de falar nisso, porque a gente tem que cuidar, né? [começa a chorar, fazemos uma pausa, Marta sorri, limpando as lágrimas e se desculpa por chorar, digo que não há problema, que podemos encerrar, se ela quiser, mas ela insiste]. Não, está tudo bem. É só menino demais. É que depois que meu marido morreu eu só vivo no médico, minha filha. Problema nos nervos, cabeça, tudo... Muito nervosa. Eu me pego muito com Nossa Senhora, mas é ruim. [Pergunto se é para lhe dar força e ela assente].

[Mas tem um lado bom de estar cercada de meninos, não tem?]

É minha valência, minha filha. Os meninos fazem eu rir. Se não fossem eles, aí era ruim. O tempo todo estão atrás de mim: “vovó, olha isso aqui”. Acabam distraindo... Eles já me pedem o celular e eu digo “não dou, não, que você joga no chão”. Já é um divertimento. – Marta, 47 anos, sítio São Paulo.

Os relatos corroboram as experiências encontradas na pesquisa de Lucena (2002), com mulheres atravessadas pelas experiências de finitude, vivendo em áreas rurais com poucas perspectivas para além do trabalho pesado e do cuidado com os outros e cujas formas de lazer são raras. Nesse aspecto, há diferença entre as experiências de acordo com a localidade. Os territórios cujas formas de ocupação se dão, em sua maioria, pela herança, como o sítio e o quilombo, possuem algum nível de organização coletiva das formas de lazer, dadas as relações familiares mais aproximadas. Nesses locais, as mulheres tomam a frente das atividades e, no caso do sítio São Paulo, a novena e as missas são consideradas atividades prazerosas, enquanto que no quilombo Catolé dos Índios Pretos, as mulheres se reúnem no terreiro da associação para jogar baralho durante as noites.

[Como você faz para se divertir?]

Mulher, quando tem vaquejada ou baralho aqui, eu vou. Meu divertimento é esse.

[Quando foi a última vez que você foi?]

Está com uns quinze dias. E baralho é quase todo dia [risada]. O divertimento que a gente está tendo aqui é esse. O divertimento é jogar dominó, também. Até dez, nove horas da noite. Quase todos os dias. Quando é de noite, as novelas não estão valendo de nada, então a gente fica aqui. – Marlúcia, 44 anos, quilombo Catolé dos Índios Pretos.

Às vezes eu assisto só a novela ou vou para o terço, que eu gosto. Eu gosto mesmo de rezar, ir para os terços, ir para a missa. Meu divertimento é só assistir uma televisão, porque não tem outra coisa, não. Eu não gosto de festa. É difícil eu ir em festa. O pessoal me chama para casamento, chá, aniversário, eu mando uma lembrancinha às vezes e nem vou. Eu não sou muito festeira, não. Todo ano eu estou indo em São Paulo visitar meus filhos. Todo ano eu vou. Já vou estou com seis viagens.

[Quando foi a última vez que a senhora foi?]

Tem três meses. Foi em fevereiro.

[E quando foi a última vez que a senhora fez alguma coisa divertida?]

Mulher... [silêncio, seguido de risadas]. Meu divertimento, que a gente foi e achou bom demais, foi a missa de quinta feira, que de lá para cá eu não saí mais. Mas essa noite tem a novena na casa de Aldinha, vai ser bom demais. – Marlene, 53 anos, sítio São Paulo.

Nos assentamentos, por outro lado, tanto Maria, como Mírian e Matilde, apesar de viverem em comunidades distintas, relatam o silêncio noturno dos lugares e elaboram de diferentes maneiras a solidão imposta a elas. Possivelmente, a forma de ocupação dos assentamentos, que abrigam famílias com características e origens distintas, cause mais dificuldades na aproximação e elaboração de atividades de lazer conjuntas.

Eu acho tão bom quando tem uma pessoa assim para eu conversar. O tempo num instante passa. Estar sozinha não é muito bom, não. Até com meu menino em casa eu já acho muita coisa, muito divertimento. Mas quando eles saem não é muito bom, não. Eu fico sozinha dentro de casa. – Matilde, 42 anos, assentamento Nossa Senhora da Conceição.

A promoção de saúde nas comunidades rurais, demanda, nesse sentido, também intervenções que objetivem a melhora na qualidade de vida das mulheres, com a criação de espaços comunitários e a oferta de atividades de lazer. Além disso, as condições concretas de vida precisam ser pensadas. Equipamentos de trabalho que visem proteção das mulheres e que facilitem a execução das atividades, além de orientações e distribuição de produtos relacionados a proteção solar, são algumas das possibilidades que poderiam contribuir na gestão da saúde das mulheres no campo.

É preciso, ainda, aproximar os serviços de saúde da realidade das mulheres, tanto geograficamente, seja com a criação de mais unidades de saúde nas áreas rurais ou com a circulação de equipes de saúde itinerante – modelo já existente na saúde indígena, por exemplo. Ainda que, efetivamente, os caminhos para as comunidades rurais não sejam alvo de melhorias - mesmo que devessem ser -, as dificuldades físicas não deveriam se constituir desafios a serem vencidos pelas mulheres, individualmente, pelo contrário, a rede de saúde, conforme preconiza o Sistema Único de Saúde - SUS, é que deve se impor o desafio de ser acessível a todas as populações.

5.1.3 Sobre trazer a educação para o presente

Em sua maioria, as mulheres que entrevistei possuem em comum a baixa escolaridade, de modo que apenas Maria, Mírian e Monique conseguiram concluir o ensino médio, estudando em cidades próximas de suas comunidades. As demais mulheres, no entanto, falam do desejo interrompido de estudar, derivado da ausência de escolas para além da antiga sexta série do ensino fundamental nas localidades, mas também em decorrência da necessidade de trabalhar, seja nas roças ou nos afazeres domésticos.

Os achados corroboram o que é dito na literatura acerca das mulheres de áreas rurais, indicando que a baixa escolaridade guarda relação com o pouco investimento público nas escolas nestas áreas e com a centralização de seus esforços no trabalho pesado no campo (SANTANA; OLIVEIRA, 2016; SCOTT, 2011). As mulheres constroem um paralelo das oportunidades limitadas de vida que lhes foram apresentadas, com a maior proximidade da educação formal nos dias atuais, ainda que tal facilidade não seja realidade em todas as localidades. Algumas das mulheres fazem menção, ainda, à educação para jovens e adultos enquanto espaço que lhes permitiu de maneira mais efetiva se alfabetizarem, visto que, em suas infâncias, não foi possível dadas as condições de trabalho.

Estudei, mas eu só sei escrever meu nome. Estudei, não. Fui na aula, né? Porque pela tarde não tinha a oportunidade que tem hoje, porque hoje mesmo que cuidem de um almoço, eles sabem separar o tempo. No tempo dos meus pais mesmo, ia para a roça deixar o almoço e lá já ficava trabalhando. – Meire, 39 anos, sítio São Paulo.

Eu estudei um estudo que eu não sei nem te falar como era, por causa que nesse tempo era mais difícil, não tinha professora e quando tinha a gente tinha que ir trabalhar para ajudar, porque não tinha lei, né? Para os pais. Não tinha recurso de nada, a gente vivia trabalhando com a força dos braços. Aí nós tínhamos que ajudar. Nós somos nove irmãos. Um dia eu ia, outro dia não ia, aí pronto, eu perdi. Eu fui deixando. Depois de um tempo, mais para trás agora, teve uma escola aqui, que minha nora até ensinava, EJA o nome. Aí eu inventei e eu aprendi mais a escrever meu nome. Aí pronto, aprendi a assinar meu nome. Mas também só assinar o nome, não sei escrever assim, sabe? O nome de pessoas. Só se for olhando as letras, que aí eu conheço. As letras todas eu conheço.

[A senhora continua indo?]

Não, foi rápido. Fechou. Até minha nora está com um bocado de tempo que ela foi embora, ela ensina em Serra, que aqui não tem mais onde ensinar. É como eles dizem, coisa de pouco tempo, que terminou e não teve como ajeitar para ela ficar. E eu fiquei. Mas aprendi assim mesmo, meu nome eu desenho. – Marisa, 66 anos, quilombo Catolé dos Índios Pretos.

Embora as mulheres façam referência a uma ampliação no ingresso à educação, é preciso compreender que a falta da escola que limitava as possibilidades das mulheres no passado ainda não é um problema completamente superado. Nas comunidades que visitei, apenas o assentamento Nossa Senhora da Conceição possui uma escola em seu território, enquanto que a população das outras localidades precisa se deslocar para Serra Talhada ou

Santa Cruz da Baixa Verde para estudar e a questão do transporte escolar se torna um aspecto de preocupação às mulheres.

No assentamento Poço do Serrote, o ônibus escolar busca as crianças da comunidade na rodovia, de modo que elas precisam andar alguns quilômetros, a depender da distância de suas terras, e aguardar pelo transporte na beira da estrada. Maria relata com preocupação o trajeto da filha de dez anos em sua entrevista.

[Ela vai e volta sozinha da escola?]

Eu vou deixar ela na BR, que o ônibus passa na BR. Eu vou deixar e o ônibus passa e pega ela. Por ser BR, eu acho um pouco perigoso. E na volta ela vem. Às vezes eu vou pegar, quando eu estou com tempo de ir buscar. Mas na maioria das vezes ela vem, junto com os coleguinhas que descem lá. – Maria, 36 anos, assentamento Poço do Serrote.

Já no sítio São Paulo, é Meire quem se preocupa com o transporte escolar, que é feito pelo “carro”, uma caminhonete equipada com cobertura na carroceria, onde as crianças são transportadas. Ela explica que os mais velhos pegam ônibus diante da casa de Marlene, mas que os mais novos são buscados na porta das terras pelo carro. Inclusive, Meire explica que, recentemente, uma das crianças foi atropelada pelo carro e faleceu. Segundo ela, as crianças costumavam correr atrás do carro em movimento e irem penduradas na traseira, mas que, nesse dia, o motorista não viu a criança de sete anos que ainda estava brincando, correndo atrás do carro, e deu ré. A criança faleceu e as mães do sítio passaram a temer por seus filhos e adverti-los da brincadeira.

Além da falta de segurança do transporte escolar existente, há também a queixa de que não são todas as localidades atendidas pelo serviço. Apesar de ser a comunidade visitada de maior distância do centro urbano, o quilombo Catolé dos Índios Pretos encontra-se, atualmente, sem transporte escolar. E, ainda que outrora houvesse escola na comunidade para a educação infantil e para a educação de jovens e adultos, como conta Marisa, no momento, não há mais. De modo que a localidade está por completo desassistida de possibilidades de educação e até mesmo as crianças da comunidade encontram-se sem estudar.

As mulheres entendem a questão como algo muito grave e explicam que no ano anterior a escola local foi fechada, dada a baixa quantidade de alunos, justificando-se na baixa fertilidade das mulheres no quilombo. No entanto, ainda que procurem justificativas, elas não tratam a questão como algo que exige uma postura resolutiva individual, de suas ossadas, pelo contrário, mostram-se cientes da grave ausência governamental.

Entretanto, mesmo as localidades que possuem acesso mais facilitado às escolas, são permeadas por outros impeditivos importantes para educação das mulheres rurais. Um encontro no assentamento Nossa Senhora da Conceição ilustra a situação, onde uma moradora local

pergunta a Ivanilda o motivo de sua visita ao local, que explica que está organizando um projeto para implantar um curso pré-vestibular na comunidade, ensinando a fazer redação, dando os principais macetes para quem deseja fazer um curso superior, ao que a moradora logo responde que ainda que seu marido a incentive a estudar, ela acredita que não dá conta e faz referência à si mesma e à Mírian ao afirmar: “nós já terminamos, mas nós somos mulher de fogão”. O mesmo desinteresse é encontrado, também, na entrevista de Marlene.

Estudei, mas agora eu me matriculei e não fui, não. Era de noite! Dava uma preguiça...

[A senhora está matriculada em quê?]

Na escola ali. Como é o nome daquela escola ali do grupo? [pergunta à filha, que responde que é uma escola para idosos, que não sabe o nome também]. Dos idosos, não sei como é o nome.

[A senhora fez até que série?]

Que eu fiz, foi até a quarta série, mas que eu ia fazer, não sei. Porque eu não sei se eu ia repetir ou mudar. Eu não fui nem um dia. A professora me disse: “você não vai esse ano?” e eu disse “vou mais não, esse ano já está no final. Eu tenho preguiça de noite” [risadas]. – Marlene, 53 anos, entrevista.

Ambas as falas expressam a percepção das mulheres de que não há ganhos advindos de um maior progresso educacional. A moradora do assentamento, especificamente, à inevitabilidade de sua condição de dona de casa, como quem acredita que, caso assuma o compromisso de retomar os estudos, será mais um trabalho a agregar na sua rotina, que não mudará sua realidade. Muito provavelmente, tal conclusão é fruto de anos voltados para a necessidade de sobreviver, trabalhar e cuidar da família. Marlene, por outro lado, responsabiliza a “preguiça”, apesar da oferta de educação tão próxima.

É possível compreender suas posturas a partir das considerações de Scott (2011) que pontua que, ao passarem boa parte da vida sem ter se apropriado de educação formal, parecessem pouco proveitoso, ou ainda, muito dispendioso investir tempo quando há pouca possibilidade efetiva de mudança. A falácia da meritocracia e do esforço individual como ferramenta mágica para a mudança de vida não as convence, no que se refere a si mesmas. Nesse sentido, é preciso aproximar as mulheres dos ganhos relacionados à educação, como a maior compreensão dos seus direitos e do que ocorre nas reuniões da associação de moradores ou mais facilidade para compreender anúncios, panfletos ou conhecimentos passados nos cursos oferecidos nas comunidades, além de lhes dar mais segurança para se locomover nas cidades, para citar pelo menos os ganhos mais imediatos. As mulheres demandam identificação com o processo educativo, enxergando a educação como uma possibilidade que também lhes cabe, não apenas destinada aos seus filhos e netos.

Algumas mulheres, no entanto, declaram tentativas diversas de acessar a educação formal e outros cursos técnicos profissionalizantes, encontrando barreiras concretas na necessidade de dedicar-se aos filhos. Efetivamente, muitas mulheres não têm tempo. Ivanilda,

por exemplo, que se constituiu uma referência para os movimentos sociais sem-terra ao redor de Santa Maria da Boa Vista, acessando a graduação e a pós-graduação por meio do PRONERA, é vista pelas mulheres como alguém que destoa de suas condições, visto que ela não possui filhos ou uma relação conjugal. Para as mulheres chefes de família, a profissionalização exige conciliação com o cuidado parental que, por vezes, é inviabilizado pela falta de creches, como os relatos abaixo indicam.

Mulher, eu comecei a fazer um curso de agropecuária, só que eu parei por causa de um problema de saúde dos meninos. Eu não estava conseguindo aprender e resolvi parar um pouco. Mas fiz uns cursinhos de artesanato.

[De artesanato? O que você fez?]

Fiz terenife, fiz renascença, fiz de corte e costura e fiz de ponto cruz, só que esse eu não tive certificado. – Mírian, 39 anos, assentamento Nossa Senhora da Conceição.

Eu estava fazendo um curso de técnica em agropecuária, mas como eu engravidei, eu tive que parar. Eu queria terminar esse ano, mas a professora disse que eu não podia, porque eu já estava no último bloco e ele só vai ser dado de novo no ano que vem. Aí eu vou terminar. – Monique, 27 anos, quilombo Catolé dos Índios Pretos.

[A senhora estudou?]

Até a sexta série. Há muitos anos. Faz muito tempo. No tempo em que minha filha era pequena, eu ia com ela nos braços, à noite, lá para os Alexandres. Depois de grande. – Matilde, 42 anos, assentamento Nossa Senhora da Conceição.

As entrevistas de Mírian, Monique e Matilde exemplificam os dados já apontados por Scott (2011) de que o papel de cuidadora das mulheres as afasta muito precocemente da educação formal e costuma se estender como impeditivo ao longo da vida, uma vez que as relações conjugais, os filhos, netos e outros familiares geram mais trabalho doméstico que recai sobre elas. Nesse sentido, as mulheres chefes de família demandam enfaticamente por creches e atividades de lazer, educativas e esportivas para as crianças, de modo que não somente seus filhos sejam beneficiados, mas também mais tempo seja liberado para que elas possam investir no cuidado de si mesmas, em educação e até em alguma forma de renda.

Uma das mulheres, uma jovem mãe de duas crianças, atribui até mesmo a dificuldade em arranjar trabalho à ausência de creches na localidade: “aqui não tem como a gente trabalhar, porque não tem emprego, não tem nada. Se a gente quiser trabalhar na rua, eu não tenho como manter, porque se eu sair, eu não tenho com quem deixar meu filho. Minha sogra tem as obrigações dela. Não tem creche e se eu fosse trabalhar o dia todo, a creche é só até meio dia, ou de meio dia até a noite, não tem diária, como eu iria fazer? Não tem como. Tem uma em Bom Nome. E para ir teria que ser de moto e eu não tenho. Tem tudo isso” – Quilombo Catolé dos Índios Pretos, 07 de setembro de 2018, diário de campo.

Fica evidente, assim, que para que as mulheres rurais chefes de família tenham as mínimas condições de inserção no mercado de trabalho e de investir seu tempo em atividades educativas ou produtivas é preciso que os programas governamentais forneçam o devido espaço às crianças. Carvalho (1998), em sua pesquisa, já apontava o caráter fundamental das creches, do acompanhamento educacional à criança no período oposto à escola, das atividades esportivas

e de lazer, entre outros que impliquem a responsabilidade governamental sobre o cuidado das crianças e adolescentes, liberando a carga de trabalho das mulheres dedicada a essa função.

A ausência de equipamentos sociais de educação e lazer nas comunidades rurais incide não somente em trabalho para as mulheres, com todas as consequências em suas condições de vida já citadas, como também relega as crianças ao tempo ocioso, à baixa escolaridade e pouca perspectiva de criar vidas mais potentes no espaço rural em que vivem. Sem as escolas, não só para as mulheres, mas também para seus filhos restarão poucas possibilidades de vida nas ruralidades.

5.1.4 Ter onde viver, plantar e crescer

As mulheres entrevistadas na pesquisa podem ser organizadas de acordo com três modos diferentes de obtenção da terra onde vivem: há mulheres, principalmente no quilombo³ Catolé dos Índios Pretos e no sítio São Paulo, que herdaram a terra de seus familiares; há mulheres que encontram-se na situação de assentadas, sejam sozinhas, ou em conjunto com marido; e há mulheres cujo meio de alcance de um lugar para viver e produzir foi, ou continua sendo, o estabelecimento de uma relação conjugal com um homem que possua terras.

Dentre as mulheres que obtiveram a terra por meio de herança se encontram Marlúcia, Marisa, Marlene, Margarida e Monique. As três primeiras receberam as terras por meio do falecimento de seus pais, enquanto que Margarida herdou a casa dada a sua mãe por um de seus irmãos e Monique, após engravidar, ganhou uma casa de presente de sua mãe, compartilhando a mesma terra. Ainda que tais mulheres se diferenciem no que se refere ao estado civil, a estabilidade com relação a titularidade da terra as posiciona em uma situação de segurança e reafirma sua chefia familiar, mesmo quando estão dentro de casamentos, dado o reconhecimento de que, ainda que o homem contribua consideravelmente no orçamento, a terra onde vivem é dela, de modo que se algo der errado na relação, é ele quem deve se retirar, como ocorreu nas histórias de Matilde e Marlúcia.

A terra, desse modo, é empoderadora, trata-se de um direito chave para equilibrar a balança da desigualdade não só de classe, mas também de gênero no campo. Conforme Anita Brumer e Gabriele dos Anjos (2008), o empoderamento oferecido pela propriedade da terra interfere na vida das mulheres em diferentes aspectos, sejam eles econômicos, pessoais, sociais

³ Ainda que em comunidades quilombolas a titularidade da terra seja coletiva e de responsabilidade da associação de moradores local, a demarcação do quilombo Catolé dos Índios Pretos é recente, ocorrida em 2015 e as moradoras identificam suas casas e terras como herança da ocupação de seus pais, sendo este seu modo de referir à obtenção da terra.

ou políticos. Financeiramente, são possibilitadas perspectivas de renda, mais segurança alimentar para a família, além de maior controle da mulher sobre os ganhos advindos de seu trabalho em comparação com o trabalho agrícola na terra de terceiros. No nível pessoal, há ganho de autoestima, que reflete na inserção das mulheres social e politicamente, podendo, gradualmente, ocupar espaços de luta e poder, e modificar relações hierarquicamente estabelecidas.

Assim, como aspecto fundamental da melhoria das condições de vida, Carmem Deere (2004) considera que, nas ruralidades, são três as principais formas de aquisição da terra: por meio da herança, através da compra e a partir da intervenção governamental, realizando uma reforma agrária. Conforme a autora, a herança comumente é estabelecida como um privilégio masculino, que recebem as maiores fatias de terra, entendendo que as mulheres devem morar nas terras de seus maridos, a partir da destinação certa do casamento. As mulheres encontradas em pesquisa, se constituem, desse modo, exceções.

No que se refere à compra de terras, as mulheres rurais enquanto compradoras são comumente barradas pelos entraves econômicos e culturais, relacionados às condições de trabalho. As mulheres encontram dificuldades para se estabelecerem enquanto beneficiárias da renda do trabalho da família e possuem pouca autonomia financeira para, efetivamente, comprar terras próprias. Inclusive, é comum que as terras compradas com o dinheiro advindo do trabalho cooperativo da família sejam tituladas em nome de seus maridos. Assim, um último recurso para as mulheres rurais que não podem contar com heranças familiares, ou não constituíram casamentos ou, ainda, casaram-se com alguém na mesma condição que elas, é ocupar terras improdutivas e pressionar o governo para assentá-las devidamente. Tal fenômeno pode ser exemplificado nas histórias de Maria, Matilde e Mírian, mulheres rurais chefes de família que acessaram a terra por meio do Programa Reforma Agrária.

[Como você teve direito à terra? Como você fez?]

Geralmente os assentados acampam fora da fazenda e esperam o INCRA comprar a Terra e assentar. No meu caso, eu vim morar na casa da minha irmã, que era assentada e apareceu uma casa. Uma moradora, que era assentada também, saiu e eu ganhei a casa dela. Eu e várias outras pessoas ganharam casa e vieram morar. – Maria, 36 anos, assentamento Poço do Serrote.

Nasci e me criei no mesmo lugar, nunca sai daqui. Desde os tempos dos barracos estou na região. Fui criada por ali, nos Alexandres e depois fomos para a beira do rio, ficar debaixo de barracos. Eu morava com a minha avó, que já faleceu há muitos anos. Eu fui lutando, batalhando, até que eu ganhei a minha casa aqui.

[Alexandres é uma comunidade também?]

É. Eu morava numa casinha de barro. Nunca sai da região, sempre trabalhei aqui. Quando saí dos Alexandres, eu ocupei, porque aqui dentro do assentamento é melhor. – Matilde, 42 anos, assentamento Nossa Senhora da Conceição.

Mulher, minha história de vida é tão... A gente morava na beira do rio, embaixo de uns paus. Passamos, acho, uns dois anos morando assim, debaixo de uns paus. Aí depois meu pai conseguiu alugar uma casa e nós fomos morar. Depois meu avô conseguiu um terreno, construímos uma meia água, cobrimos com lona e fomos morar. Deus mostrou poder, conseguimos terminar a casa e ficamos morando lá. [...] Eu morava em Santa Maria. Entre Santa Maria e os barracos. Aí só quem me ajudava era minha mãe mesmo. Só os meus pais mesmo. Que eu era solteira na época, andava perdida aí nesse mundo. [...] Aqui a gente invadiu [risada]. Invadimos porque não estava produzindo, não estavam plantando. Invadimos, o Governo comprou e deu para nós. – Mírian, 39 anos, assentamento Nossa Senhora da Conceição.

Em suas histórias é possível perceber que, por meio da terra, elas conquistaram não somente uma moradia estável, como também a possibilidade da saída de uma condição de extrema pobreza, para Matilde e Mírian, e dependência, para Maria. A terra lhes permite plantar, criar animais, cultivando meios de sobrevivência. Ainda que tratem do alcance de uma posição, seus exemplos servem de perspectiva também para refletir sobre mulheres chefes de família em condições solo de maternidade e que ainda residem em ocupações. Mírian e Matilde passaram por essa experiência e, enquanto a primeira se limita a dizer que estava perdida no mundo, contando apenas com seus pais e evita dar prosseguimento a questão, Matilde, que não recebia apoio familiar, relata ter saído do hospital a cada gravidez diretamente para o barraco onde morava, contando com orgulho as dificuldades enfrentadas sozinha.

Desse modo, é possível compreender que, ainda que seja possível para as mulheres persistirem na luta em ocupações mesmo em condições de maternidade solo, trata-se de uma situação extremamente difícil, que se reflete também na realidade histórica que aponta, conforme Melo e Di Sabbato (2008), a imensa maioria dos titulares de terras do Programa Reforma Agrária como homens. Os autores, inclusive, se deparam, em sua pesquisa, com a informação de que uma parte significativa das mulheres titulares de terras de assentamento não possuem filhos (16% das participantes) ou, pelo menos, controlam severamente sua fecundidade, de modo que a média de filhos entre essas mulheres é relativamente baixa (2,6 filhos por mulher) (p. 168).

Nesse contexto de graves privações, não surpreende que, para uma parte significativa das mulheres, uma relação conjugal seja a alternativa mais óbvia para não ficar sem ter onde morar, caso não se possa contar com o privilégio de herdar um pedaço de terra. Seria, assim, uma quarta alternativa, retratada apenas indiretamente por Deere (2004). Na pesquisa, Marta e Meire são exemplos bem diferentes da obtenção da terra por meio de uma relação, enquanto que a primeira passou pela experiência do casamento formal, residindo na terra do marido, trabalhando em conjunto para conquistar mais espaço e herdando o território após seu falecimento; a segunda ocupa uma posição complexa de beneficiária de uma relação extraconjugal com seu genro.

Alda Balbino, assistente social em Serra Talhada e originalmente moradora do sítio São Paulo, é quem me apresenta a história de Meire, explicando que ela havia sido casada há muitos anos, mas que seu marido, pai de suas duas filhas mais velhas, em pouco tempo foi diagnosticado com esquizofrenia e mudou-se para a cidade. Meire continuou morando no sítio de “favor”, a partir da disponibilização da terra de um morador local. Suas filhas cresceram e uma delas, a mais velha, casou-se muito jovem com um rapaz do sítio, e, desse modo, todos se mudaram para a casa do rapaz. Tempos depois, Meire engravidou. A família de seu antigo marido soube do ocorrido e ele, já distante, pediu o divórcio. Boatos correram pela comunidade de que o filho era de seu genro. Meire negava a história, mas, após algum tempo, engravidou novamente, sua filha descobriu o caso da mãe com o marido e pediu que este fizesse uma casa para que a mãe fosse embora. No sítio, a situação de Meire é comentada, mas nunca com ela e as pessoas acreditam que o envolvimento só ocorreu porque a filha casou-se muito nova e “não sabia fazer as coisas”.

[Como a senhora fez para ter direito a essa terra aqui?]

Minha filha, essa terra aqui é do meu genro ali, que ele me deu para fazer essa casa.

[E antes a senhora morava em outro sítio por aqui?]

Não, eu morava ali, quer dizer, eu me criei aqui, eu morava em uma casa de pedra ali em cima, só que aí o dono disse que ia reformar, só que ele não me pediu a casa, ele disse que ia reformar. Aí por conta que ele ia reformar, eu fui para a casa da minha outra menina e fiquei lá, até eu conseguir essa.

[A senhora morava lá de aluguel ou era emprestada a casa?]

Era emprestada. Emprestada. Eu morava de favor! – Meire, 39 anos, sítio São Paulo.

Na entrevista, Meire é evasiva com relação a parte de sua história, mas deixa claro a dependência econômica que possui com relação a seu genro. Assim, ainda que as pessoas na localidade a julguem moralmente, fica evidente que a situação de despejo, além de não poder ser beneficiária de parte dos subsídios governamentais por não ter terras onde plantar, são fatores que podem ter levado à Meire a recorrer a seu genro. Trata-se, inclusive, de um homem reconhecidamente violento pela comunidade, “embrutecido” e apegado à fixidez das normativas de gênero. Desse modo, ainda que as razões de Meire para se envolver com ele não passem de especulações e hipóteses, os fatos demonstram que a terra onde ela vive atualmente, assim como a carne que ela coloca em sua mesa, são obtidas por meio da relação com ele.

No quilombo, duas jovens mães também relataram que somente após o casamento conseguiram garantir a moradia e a sobrevivência de si e de seus filhos. Uma delas, com um filho de cerca de dois anos, foi expulsa da casa de suas tias, onde morava, por conta da gravidez e acabou casando-se com o namorado, pai de seu filho, que possui uma casa no quilombo. A outra jovem também viveu condições difíceis ao engravidar pela primeira vez, residindo com a mãe e com o padrasto que ela descreve como um homem violento. Ela chora ao relatar que a

sua expectativa de se casar com o pai da criança não se cumpriu e que se sentia sem perspectivas. Somente após conhecer seu então marido, mudou-se para o quilombo, passou a viver na terra do rapaz e engravidou uma segunda vez.

É preciso, nesse sentido, facilitar as condições de aquisição das mulheres à terra. Não se pode esperar que elas herdem, ou encerrá-las na perspectiva de um casamento que resolva suas condições de moradia. Certamente que, elucidar a questão de Meire não seria simplesmente incluí-la na luta sem-terra, a não ser, é claro, que fosse o seu desejo, até porque existem vínculos criados com a comunidade por toda uma vida, mas a liberação de seu tempo, associada a independência econômica do genro possivelmente poderiam ajudá-la a conquistar um espaço seu, na localidade. No entanto, para além de Meire, existe um número expressivo de mulheres chefes de família vivendo em ocupações, ou em outras condições de insalubridade e não contempladas pelo Programa Reforma Agrária.

Deere (2002) contribui com a questão ao afirmar que, no passado, os procedimentos e normativas adotadas pelo INCRA resultavam em discriminação com as mulheres chefes de família, as deixando sub-representadas entre os assentados. Por muito tempo o INCRA dava a preferência à titularidade para os filhos mais velhos, em detrimento de mães que fossem chefes de família, situação que foi relatada, inclusive, por mulheres no quilombo.

No intuito de diminuir a desigualdade imposta às mulheres chefes de família na América Latina, Deere (2004) aponta que alguns países têm empregado ações afirmativas, discriminando positivamente a distribuição de terras, priorizando mulheres em condições de maternidade solo. No Brasil, desde 2001, devido à pressão dos movimentos sociais, o Ministério do Desenvolvimento Agrário estipulou algumas mudanças para ampliar a inclusão das mulheres no Programa Reforma Agrária e o INCRA reviu parte significativa de seus procedimentos, passando a considerar casais como candidatos ou beneficiários em conjunto, o que permitiu a muitas mulheres a se portar com mais autonomia sobre suas casas, produções e relações. No entanto, tais medidas ainda não atendiam mulheres solteiras, de modo que somente em 2007, houve uma mudança nas normativas do INCRA, dando preferência para as chefes de família na aquisição da terra (BUTTO; HORA, 2008).

Tais revisões incidiram positivamente nos dados relativos à titularidade nos assentamentos. Segundo Andrea Butto e Karla Hora (2008), as mudanças na classificação dos beneficiários e beneficiárias do Programa Reforma Agrária em favor das mulheres chefes de família foram efetivas e, entre 2003 e 2008, o índice de mulheres nessa condição subiu de 13,6% para 23%, delatando a urgência da revisão feita. No entanto, ainda há um longo caminho a ser percorrido e remissão no avanço da reforma agrária prejudica grandemente as mulheres rurais

que necessitam de terras para viver e produzir. Os impactos positivos da segurança das mulheres entrevistadas que possuem terras, em contraponto com as condições de vida a que Meire é exposta revelam o abismo existente entre realidades tão próximas.

5.1.5 Desnaturalizar violências

Durante a realização da pesquisa, nas entrevistas e nas atividades que implicavam convivência com mulheres rurais em Serra Talhada ou em Santa Cruz da Baixa Verde, foi possível perceber que a violência é um fenômeno que incide sobre as mulheres rurais desde a infância e as acompanha, seja no ambiente ao redor, na vizinhança, nas relações conjugais, na hora do parto ou ao ficarem idosas. Tal violência é capaz de assumir muitas formas, atuando sobre os corpos das mulheres, além de seus estudos, seus trabalhos e seus patrimônios.

No quilombo Catolé dos Índios Pretos, por exemplo, uma jovem mãe relata que, em sua infância, por ter sido criada por suas tias, sofreu maus tratos e até mesmo suas oportunidades de estudo foram tolhidas, de modo que ela foi impedida de estudar para realizar o trabalho doméstico. Ela conta somente ter conseguido se ver livre dos abusos ao casar-se com um morador do quilombo. Em um relato semelhante, Matilde descreve sido criada por sua avó e suas tias, tendo sofrido com sobrecarga de trabalho, ameaças e até mesmo envenenamento na infância.

Foi veneno que a minha tia botou. Eu passei 24 horas com esse veneno na cabeça. Ela botou 10 horas em um dia, quando foi 10 horas do outro dia foi tirar. Eu tinha 10 anos de idade e daí eu confirmo mesmo. Os exames hoje podem não acusar, mas eu confirmo. Esse falso eu não vou levantar contra uma tia minha. Ela não foi presa, mas vai pagar entre ela e Deus. Essa tia não merece que eu dê nem uma benção a ela. Eu digo para todo mundo, não engano os médicos. Mas o médico disse para eu acabar com isso. Eu digo está bem, doutor, mas eu não nego para ninguém. Se Deus me livre ela quiser fazer um dano comigo, todo mundo já está sabendo. O que é ruim eu vou engolir?

[A senhora sabe o que ela colocou?]

Um enxofre amarelo. Foram três pessoas: minha avó, que me criou – viu só como hoje em dia não é para se estar confiando em ninguém? – minha tia, que vivia na minha avó e mais outra tia. Foram três que assistiram, mas quem botou foi essa tia. Eu vou mostrar e a senhora vai ver. [Ela abaixa e tira o lenço para me mostrar sua cabeça, com tufos de cabelos muito curtos espalhados e grandes espaços de pele vermelha, cicatrizada, como queimaduras antigas]. Hoje eu estou melhor, bem melhor mesmo. Queimou a raiz do meu cabelo todinho. Desde os dez anos.

[A senhora mostrou sua cabeça e contou sua história ao médico e ele disse que não era verdade?]

Ele disse “acabe com isso”. Eu disse a ele que foi. Ela tem ódio é da minha mãe. Por isso fez isso, para descontrar, porque criança é inocente. Quando eu ganhei a minha casa ela me disse para ir embora para junto de minha mãe e eu disse “agora que eu ganhei a minha casa eu vou embora por quê?”. Aqui é meu. Mas ela destrói minhas criações. Acaba com tudo. Mas Deus me deu mais. Inveja, ambição. Querendo minhas coisas. Mataram meus bichos, mas até o filho dela foi morto, porque mexia com coisa errada. Se você planta o mal, colhe o mal, se planta o bem, colhe o bem. – Matilde, 42 anos, assentamento Nossa Senhora da Conceição.

A entrevista de Matilde denota a presença da violência no cotidiano, a naturalidade com que uma criança pode ser atacada sem que a família intervenha e a raiva contida com que são afirmados os ataques aos animais, sem que sejam procuradas providências. Espera-se que Deus se encarregue de solucionar as questões e a violência contra o outro é significada, dessa vez, como a justiça Dele, como uma intervenção. As condições de pobreza, em si, e nem mesmo a ausência materna são explicações suficientes para a ocorrência de tais violências tão precocemente em suas histórias, mas servem de indicativos para demonstrar a negligência governamental.

A mesma naturalidade pode ser encontrada quando a violência ocorre com outros atores. O caso da filha de Meire é simbólico, nesse sentido, sendo a mim apresentado por outras pessoas residentes no sítio São Paulo, contado como sendo de conhecimento geral que seu marido, o mesmo com quem Meire possui uma relação extraconjugal, a agride com frequência. Junto com a fofoca, me foi passada uma possível justificativa: a moça é muito nova e não domina os afazeres domésticos como deveria, deixando seu marido insatisfeito.

No assentamento Nossa Senhora da Conceição, também fui interpelada por relatos de violência. Logo na chegada à comunidade, uma vizinha estava presente na casa de Mírian e relatou uma briga com seu marido. Segundo ela, o marido ficou enciumado por ela ter dançado com um senhor idoso durante uma festa na noite anterior e, pela manhã, quando ela acordou, seu marido a abordou com uma faca, tentando feri-la. Ela conta que conseguiu retirar a faca de sua mão, mas que os dois brigaram violentamente e ele havia dito que iria se vingar. Ivanilda, que me acompanhava, se surpreendeu com a postura do homem em questão, porque se trata de alguém da militância e com ensino superior, ao que sua esposa responde que não é a primeira vez, que já chamaram a polícia várias vezes, mas que ela dá conta dele, que o enfrenta. A vizinha acrescenta que somente não mata o marido ou se separa porque tem filhos e acha complicado criá-los sozinha. “Eu levo humilhação do homem pelo negócio financeiro, ele me ensinou como é o mundo com as ignorâncias dele. O amor é assim”, prossegue, “você gosta, mas a pessoa vai maltratando, maltratando e você larga de gostar”.

O episódio, apesar de muito impactante, não é o único relacionado à violência doméstica que me atravessou na localidade. Mírian havia me indicado uma amiga sua para participação na pesquisa, afirmando se tratar de uma mulher chefe de família, casada, mas que o marido não “serve de nada” e que ela daria conta de tudo sozinha, inclusive financeiramente. No entanto, ao chegar na casa da mulher em questão, após ser apresentada a ela, explico sobre a pesquisa, mas ao entender o perfil de mulheres participantes, ela ergue as sobrancelhas e me questiona se

ela é uma chefe de família. Digo a ela que suas vizinhas a identificaram assim, mas somente ela poderia me dizer. Ela me diz que é casada, que seu marido divide as responsabilidades com ela e, enquanto fala, faz um gesto silencioso para o cômodo atrás de mim e me dou conta do silêncio no ambiente onde nossas palavras ecoam: seu marido estava em casa. Entendendo que em um contexto de violências tão frequentes, ela não estaria à vontade para tratar de sua condição de chefia na presença do marido e no intuito de não provocar nenhum problema futuro para ela, digo que ela pode ser uma chefe de família por ser referência no auxílio à outras mulheres na comunidade e ela imediatamente fica mais à vontade e me diz que, de fato, ajudava uma vizinha olhando seus filhos, visitava outras vizinhas quando estavam doentes e me conta acerca de suas experiências no papel de cuidadora.

Ela me relata uma vida de muito trabalho, doméstico, agrícola e de venda de salgados para complementar renda e me informa que trabalhou na noite anterior durante a festa e que ainda não havia dormido, pois a casa necessitava de uma faxina. Entendendo que seria muito inoportuno e poderia trazer problemas para ela, entendi que não poderia entrevista-la nessas condições. Me despedi, agradei sua disponibilidade e me desculpei por incomodar. Ao retornar para a casa de Mírian, digo a ela que não consegui entrevistar sua vizinha e ela me explica que o marido desta é mesmo um tipo violento e que fiz bem em não insistir. Ela me diz que não sabia de sua presença na casa, mas que foi uma pena eu não ter conseguido, pois sua vizinha é realmente a referência da família.

O contato com as mulheres indica que a violência ocorre também no âmbito psicológico, tolhendo suas falas, com receio de despertar qualquer animosidade ou conflito em suas relações. As mulheres rurais, encontram-se, nesse sentido, desamparadas socialmente, porque, ainda que as comunidades saibam de suas condições, há a postura de não interferência e, em alguns casos, até mesmo de justificar as violências pelo não cumprimento do papel esperado de dedicação às tarefas domésticas. Especificamente no caso das vizinhas de Mírian, há diferenças nas condições econômicas das mulheres, enquanto a primeira afirma ter que suportar os abusos em função da dependência econômica, a segunda demonstra ter múltiplas ocupações para dar conta sozinha de sua sobrevivência, sua relação agregando-lhe, inclusive, mais trabalho doméstico e exploração, visto que o marido descansava enquanto ela limpava a casa após ter virado a noite trabalhando.

As experiências das mulheres indicam que ainda que a autonomia financeira seja essencial para o alcance da autonomia, a modificação de seus contextos de violência implica o combate a noções culturais de submissão feminina, como a desconsideração de suas existências enquanto seres humanos livres ao invés de posses de seus maridos. Apesar de uma parte

significativa das mulheres chefes de família pesquisadas tenham se estabelecido sem uma relação conjugal, para algumas das mulheres encontradas, corroborando o que é indicado na André Bueno e Marta Lopes (2018), a manutenção do casamento, ainda que a qualidade da relação possa ser questionada, é parte do que elas consideram suas posições femininas diante da comunidade, como no caso de Marlene, por exemplo. Nesse contexto, por vezes, situações de violência acabam naturalizadas, lidas como parte da dinâmica do casal, como um processo particular de demonstração e submissão ao poder masculino que não deve sofrer interferência.

Para modificar este quadro, se faz necessário um trabalho profundo de conscientização das mulheres de suas condições e, tão importante quanto, conscientização das comunidades, para que compreendam suas corresponsabilidades e o papel de apoio às mulheres que deveria ser prestado. Conforme Scott (2016, et al), concomitante ao reconhecimento legal das violências existentes contra a mulher, é preciso que haja o reconhecimento social e as mulheres e comunidades saibam identificar que atitudes naturalizadas nas relações, como xingamentos e cerceamento são, também, abusivas. As autoras indicam que quando há o reconhecimento da família, que intervém e oferece suporte físico, psíquico e material, trata-se do meio comumente mais eficaz de saída desta mulher de uma situação de violência, salientando a importância do apoio social que a família representa.

Tal dado, no entanto, indica a fragilidade da situação de mulheres que, por alguma razão, não possuem familiares com quem contar, seja por morarem distantes de suas famílias de origem ou por terem crescido em lares sem os pais, como Matilde, por exemplo. Nesse sentido, a segurança e a proteção às mulheres não deve advir, prioritariamente, da iniciativa familiar, mas de políticas governamentais. As mulheres rurais carecem de amparo sócio jurídico, de uma rede institucional mais presente nas localidades e que esteja preparada para receber suas demandas.

Scott (2016, et al) salienta que não é passivamente que as mulheres sofrem violência, mas que o rompimento de um ciclo exige o enfrentamento de entraves e que elas são culturalmente e, por vezes, institucionalmente, dissuadidas a sair, por exemplo, de relações abusivas, principalmente quando há dependência econômica. Na prática, não há um projeto comum, articulado, de compreensão das mulheres em situação de violência nas ruralidades, que seja absorvido pelas instituições que poderiam atuar no enfrentamento e acolhimento.

No contato com pesquisadora Nathália Diógenes, em Serra Talhada, soube que as mulheres vítimas de violência sexual, por exemplo, sofrem diversos entraves morais, que se transvertem de empecilhos logísticos e burocráticos, ao buscarem pelo serviço de aborto legal na rede de saúde em Serra Talhada. Elas se deparam com equipes médicas que se recusam a

realizar o procedimento e com acolhimento psicológico que questiona as violências pelas quais elas passaram, se prestando ao papel investigativo em detrimento da promoção de saúde que deveria ser feita. Nesse ínterim, as mulheres acabam por sofrer mais violência, obstétrica e institucional, como no relato já citado de Maria.

Na mesma perspectiva, Bueno e Lopes (2018) são categóricos ao defender que os serviços públicos de assistência, proteção social e saúde, se articulados e garantidos em sua efetividade pelo governo, estabelecem um caminho para a construção de uma sociedade menos violenta. A desarticulação da rede, a falta de uma postura de acolhimento dos profissionais e o pouco apoio social tornam as mulheres pouco seguras da efetividade da denúncia. Pior: suas inseguranças não são infundadas. Insistir em uma postura resolutiva das mulheres rurais que sofrem violência sem garantir sua proteção por meio de um aparato articulado, profissionais capacitados, que não deleguem às famílias a função de intervir, é tornar estas mulheres ainda mais expostas e fragilizadas, acrescido o agravo da violência institucional.

5.2 USOS DA REDE SOCIAL DE APOIO NO ATENDIMENTO PARCIAL ÀS DEMANDAS

Nas observações e entrevistas realizadas, foram percebidos ou relatados tanto atores formais, quanto informais na composição das redes de apoio social às mulheres rurais chefes de família. Comumente, os atores formais são acionados pelas mulheres no intuito de atender suas demandas cotidianas por melhores condições de vida, acolhimento em serviços de saúde, inclusão em políticas públicas de incentivo à agricultura e suporte à organização produtiva. Durante a pesquisa, foram mencionados: o programa Bolsa Família, as instituições ligadas aos Sistema Único de Saúde, as associações das comunidades em que se encontram e, no caso do assentamento Nossa Senhora da Conceição, uma cooperativa de costureiras e artesãs, ainda em fase de implantação.

No que se refere ao Bolsa Família, sete das mulheres entrevistadas, em todas as comunidades, relataram receber subsídios do programa. No caso de Meire, inclusive, trata-se da única fonte de renda fixa de sua família. Tanto nos estudos acerca da chefia familiar feminina (FRANCO, 2011; BELAVILAQUA; BUES, 2012), quanto nos estudos acerca das mulheres rurais (MORALES, 2010), o Bolsa Família é indicado como de fundamental importância para a sobrevivência das famílias e garantidor não somente da manutenção da criança na escola e de seu acompanhamento de saúde, como também da alimentação e do transporte das famílias.

Apesar do valor efetivamente não ser alto, se comparado ao salário mínimo em vigor no Brasil, o impacto na composição de renda das mulheres é muito significativo. Maria chega a dizer, em certo ponto, que o Bolsa Família oferece mais que o pai de sua filha paga como pensão. Ou seja, a maior parte do sustento de sua filha, depois de seu trabalho, advém do subsídio governamental. Ela comenta usar o dinheiro para compra de biscoitos e outras comidas que agradam o paladar da filha, visto que a segurança alimentar mais básica é garantida pela agricultura familiar.

No tocante às demandas de saúde, devido ao fator de que em nenhuma das comunidades visitadas há instituições que façam parte da rede de serviços de saúde, as mulheres entrevistadas relatam buscar os hospitais localizados em Petrolina e em Serra Talhada e as Unidades Básicas de Saúde, conhecidas como “postinhos” em Bom Nome e em Curral Novo, sendo a primeira mais acessível às mulheres do quilombo e a segunda próxima ao assentamento Nossa Senhora da Conceição. O suporte institucional relativo à saúde é a principal queixa das mulheres rurais chefes de família, principalmente no que se refere ao atendimento nas localidades, visto que, para elas, pode ser especialmente difícil o deslocamento dado os custos financeiros, o tempo despendido e a impossibilidade de deixar os filhos com outrem.

No sítio São Paulo e no quilombo Catolé dos Índios Pretos, as mulheres se referem a visitas de agentes de saúde, promovendo palestras ocasionais para “ensinar a cuidar da saúde”, nas palavras de Meire. No quilombo, especificamente, a associação conseguiu articular uma equipe de saúde para atender anualmente, durante um dia, 16 pessoas da comunidade. A equipe é composta por técnicos de enfermagem, um médico clínico geral e um dentista, mas a demanda se sobrepõe ao que é proposto, visto que há 90 famílias no local.

As associações, nesse sentido, possuem um papel fundamental na conquista de direitos das comunidades e as mulheres entrevistadas, em unanimidade, ainda que possam não compreender de todo a função exercida pela instituição, assumem a importância de participar, entendendo que o ingresso em programas governamentais é mediado pela inserção neste espaço.

[E qual o papel da associação na vida da senhora?]

Muita coisa. Porque a gente recebe muita coisa, muito benefício, através da associação, né? Se você precisar de uma semente, de um papel para alguma coisa... vai ser pela associação, né? Porque primeiro a gente passa pela associação, para poder ir para o sindicato, para qualquer outro canto. É muito boa. Bom demais. Não tenho nada a reclamar. Porque mudou muito. Antigamente a gente não tinha a cisterna, a gente ganhou através da associação, uma semente que não tinha, a gente ganhou pela associação, no inverno uma terra arada, você não tinha, ganhou através da associação. Melhorou. Não tenho nada contra, não. – Marlene, 54 anos, sítio São Paulo.

Conforme Talita Sena, Tassiana Sena e Luíz Filho (2017), as associações são adotadas por grupos, movimentos sociais e comunidades em geral que, comumente, decidem unir-se juridicamente para obter mais força política e visibilidade obter maior alcance a serviços, direitos e políticas públicas. O Governo brasileiro, por meio de programas como o PRONAF, incentiva a formação de associações nas comunidades rurais, com programas de crédito, assistência técnica, entre outros, que podem ser acessados pela população via associação. Desse modo, perante as comunidades, as associações assumem um caráter de importância, sendo ponto de orientação às agricultoras, sendo procurada para resolução de quaisquer questões burocráticas. No quilombo, por exemplo, boa parte das mulheres que entrevistei, não sabiam seus números de Cadastro de Pessoa Física, tendo que recorrer aos registros da associação local para assinatura dos termos de consentimento livre e esclarecido.

Tal papel centralizador da associação implica, por vezes, em uma confusão acerca de seu papel e seus limites. De acordo com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (2011), ainda que a organização produtiva, a distribuição dos subsídios conquistados, a aquisição e o uso de máquinas ou equipamentos sejam exemplos de atribuições relacionadas às associações, direitos sociais fundamentais como escolas, serviços de saúde, transporte público e energia elétrica, por exemplo, são demandas que as associações tentam responder a sua maneira, a partir da iniciativa comunitária, mas que são atribuições dos poderes públicos negligenciadas. No sítio São Paulo, por exemplo, Alda Balbino relata a que até mesmo a pavimentação da estrada, feita com pedras, foi realizada a partir da mobilização da associação, com doações e trabalho das moradoras.

Tal confusão de papéis gera tensões no contato com algumas mulheres. Meire, por exemplo, questiona a inexistência de programas que compreendam sua condição de chefia familiar, com muitos filhos, na ausência de uma terra que seja sua, onde ela possa ser caracterizada como agricultora. Ela questiona o momento político, cita programas específicos que antes a atendiam, quando ela residia de favor em uma outra terra, mas atribui à associação a indisposição em acolhê-la.

Eu recebia as sementes, eu recebia também o milho, só que feijão, essas coisas, eu não recebi, não. Porque... primeiro, eu não sei nem te dizer o ditado que elas usaram lá na associação, porque é assim mesmo, a associação recebe e a associação distribui, né? Mas quiseram dizer que só tinha para os agricultores, só que, então, os agricultores daqui são poucos. Eu só fui agricultora na parte de receber um litro e meio de milho, mas essas coisas de feijão... Dizem que é da prefeitura agora e essas sementes tem que devolver esse ano. Tiveram uns escolhidos, só os escolhidos receberam. Os outros não. [...]

[Qual o papel da associação na vida da senhora?]

Minha filha, é bom, mas vai depender do presidente, né? Porque depois que mudou o presidente, nunca mais eu tive direito à garantia safra, porque segundo a informação que eu tive, toda vez que eu faço o cadastro lá, coloco o meu nome, estão tirando. Eu

disse a elas, que se continuar desse jeito aí, eu vou falar com o presidente da associação, porque se eu não tenho o direito, os outros também não têm.

[Direito à?]

Ao garantia-safra. Porque o que tem é o Garantia-Safra, o Terra Forte, que já tem muito tempo que não vem, a semente é como eu te falei. Para mim só veio o milho, só. Um litro e meio de milho faz o que? – Meire, 39 anos, sítio São Paulo.

Alda Balbino explica tratar-se de um entrave institucional, que realmente ela está descoberta das políticas de desenvolvimento rural, sendo apenas assistida pelos programas de transferência de renda, por meio do Bolsa Família. Isto ocorre porque na terra em que ela mora, seu genro já é contabilizado como agricultor e beneficiário dos incentivos agrícolas. No entanto, sua revolta, ainda que revele desconhecimento das normas dos programas vigentes, não é infundada e precisa ser acolhida como a orientação devida e a representação das demandas sociais aos órgãos governamentais competentes. A associação do Quilombo Catolé dos Índios Pretos, nesse sentido, tem se colocado de maneira incisiva nas conferências realizadas em Serra Talhada pelas secretarias municipais e estaduais, expondo as condições de descaso público que tem havido na comunidade, já discutidas.

O caso de Meire também expõe outra característica demonstrada pelas associações nos espaços que visitei: a variabilidade de apropriação dos processos burocráticos e políticos entre os membros das associações. As figuras de grande papel de interlocução entre as autoridades políticas, como Monique e Maria, possuem frequência tão ativa quanto pessoas como Marisa e Marlúcia que organizam as reuniões, preparam refeições e limpam o terreiro. A liderança, desse modo, não necessariamente implica grande escolarização, mas exige, em seu lugar, identificação, autoridade e respeito da comunidade.

Somente no assentamento Nossa Senhora da Conceição as mulheres fazem referência a outra modalidade de organização coletiva para representá-las: uma cooperativa de costureiras e artesãs, idealizada por Mírian e algumas vizinhas. Uma cooperativa se diferencia da associação pela finalidade econômica e comercial que a primeira objetiva organizar, no entanto, para sua efetivação, é necessária a participação de pelo menos 20 pessoas em torno de uma mesma finalidade e as posições administrativas, neste caso, podem ser remuneradas.

No caso da comunidade de Mírian, um rapaz, liderança do MST local, havia proposto tornar a cooperativa mista, de homens e mulheres, somando as atividades de costura e de pesca e este mesmo rapaz, que não reside no assentamento, ficaria a frente da cooperativa, por ser considerado mais habituado aos trâmites burocráticos. Mírian e Ivanilda, no entanto, não estavam satisfeitas com o arranjo e entendiam que tornar a cooperativa mista e diversificar as atividades comerciais dificultaria a concorrência à editais de programas de incentivo à organização produtiva relacionada ao artesanato. Na ocasião da minha visita, ambas estavam

se articulando para lançar a candidatura de Mírian à presidência da cooperativa para promover a dissociação da proposta anterior.

A situação de Mírian demonstrou o desafio que pode ser para as mulheres rurais ocupar posições de poder, sem suporte e orientação adequados. Na ocasião, a presença de Ivanilda foi fundamental para dar vazão à insatisfação de Mírian, que mesmo que discordasse do andamento administrativo da cooperativa que ajudou a idealizar, não se via em condições de articular um enfrentamento sem que Ivanilda garantisse o auxílio nas demandas que exigissem maior conhecimento formal. A pouca familiaridade com trâmites políticos e a falta de uma assessoria adequada afastam mulheres da organização produtiva mesmo quando elas possuem habilidades e desejo de se mobilizar.

Os atores informais que compõem a rede de apoio às mulheres rurais chefes de família, são, do mesmo modo, em sua maioria, outras mulheres de seu convívio. Elas são acionadas para o auxílio ao cuidado com as crianças, para companhia em caso de adoecimento, para o compartilhamento do trabalho doméstico e até mesmo no trabalho da roça. São as mulheres que costumam orientar e efetivamente ajudar umas às outras presencialmente e, na grande maioria das vezes, tal ajuda é materializada na figura materna, mas também as irmãs, cunhadas, sogras e outros familiares. Os homens, nesse contexto, são mencionados em menor proporção como parte da rede de apoio.

[Como foi para você quando a sua filha mais velha nasceu?]

Eu morava em Santa Maria. Entre Santa Maria e os barracos. Aí só quem me ajudava era minha mãe mesmo. Só os meus pais mesmo. Que eu era solteira na época, andava perdida aí nesse mundo.

[E quando seus outros filhos nasceram, mesmo casada, alguém lhe ajudava a cuidar?]

Mãe sempre me ajudou. – Mírian, 39 anos, assentamento Nossa Senhora da Conceição.

Na mesma perspectiva, o relato de Maria é significativo ao indicar a matrifocalidade como um princípio que advém de uma geração anterior a ela. Ela conta fazer parte de uma família com dez irmãos e que sua mãe falecera quando ela tinha seis anos de idade. Seu pai era uma figura ausente, passava a semana trabalhando na cidade e foi a sua irmã, então com 16 anos, que assumiu todos os cuidados domésticos e financeiros com a casa, pois, sem a presença de sua mãe, seu pai casou-se novamente e acabou por isentar-se de responsabilidade sobre os filhos anteriores a esse casamento, exemplificando o que é descrito na literatura por Cúnico (2014) ao tratar da desvinculação cultural da paternidade concomitante ao fim das relações conjugais.

Maria segue contanto que, já adulta, morava com a irmã quando descobriu que estava grávida do namorado. Um homem mais velho, que já tinha três filhos de outro casamento. Aos

cinco meses de gestação ela decidiu morar com ele, primeiro na casa da sogra, depois na casa da irmã, mas ele “namorava muito”, “dava muito trabalho” e ela decidiu se separar após três anos de relação.

[Quando há algum problema, quem são as pessoas com quem você pode realmente contar?]

Na maioria das vezes, só a minha irmã. Eu conto com ela. Não posso dizer do meu namorado, porque é recente. Eu conto mais com ela. Em tudo. Uma palavra amiga, o que eu devo fazer e o que não devo. Financeiramente também, se eu precisar. – Maria, 36 anos, assentamento Poço do Serrote.

Nesse sentido, não à toa, ao ser questionada sobre com quem é possível contar nos momentos de dificuldade, é a figura da irmã que lhe vem à cabeça, associada à segurança, conforto e confiabilidade. A mesma relação de solidariedade e suporte mútuo é descrita em algumas comunidades entre a vizinhança. Marlene enfatiza o caráter antigo e duradouro das amizades construídas no sítio e a proximidade existente entre os moradores. Do mesmo modo, Margarida é assistida no quilombo a nível tal que possui até mesmo acompanhamento médico supervisionado por Marlúcia.

Oxe, para mim todo mundo é meu amigo. Eu não tenho intriga com ninguém. Minha vizinhança para mim é como se fosse uma família. Não tenho raiva, nem queixa de ninguém, graças a Deus, até hoje. A gente se criou aqui e se precisar, se der um grito, chega todo mundo. A bondade de um lugar como o nosso é essa: você precisando, minha filha, se der um grito, chega todo mundo. Não tenho nada contra meus vizinhos, são todos gente boa. – Marlene, 54 anos, sítio São Paulo.

[Mas a senhora tem amigos, tem amigas?]

Tenho umas amigas aí. Um bocado. Pelo menos na hora da precisão, das doenças, uma coisa assim, sempre chegam para me ajudar.

[Entendi. Quando foi que a senhora foi ao médico pela última vez?]

Foi... Sabe que eu não sei? [“Ô Marlúcia” chama e a mulher se aproxima]. Essa aí, quem sabe dos médicos, das minhas receitas, é ela. [“Quando eu fui para o médico?”, ela pergunta à Marlúcia, que responde “segunda feira faz oito dias que a senhora passou no clínico”].

[Com que frequência que a senhora vai ao médico?]

Marlúcia diz “quase todo mês” e o sobrinho corrige “todo mês”. “Agora mesmo ela fez uma revisão no ginecologista, para fazer uns exames, ver o que estava acontecendo, mesmo sem sentir nada, mas é bom. Ela fez os exames de sangue, urina, fezes, ultrassom, fez a prevenção. Tem gente da família mesmo que teve problemas porque não passa no médico, tem medo de passar, aí nós cuidamos dela bem”, Marlúcia informa. Margarida interrompe “Muito bem, já deu, vocês podem ir”, ao que eles se levantam e voltam a conversar na roda mais distante]. [...]

[E se a senhora tiver um problema, quem a senhora sabe que pode lhe ajudar a resolver?]

Ela [aponta para Marlúcia]. É mais chegada. – Margarida, 83 anos, quilombo Catolé dos Índios Pretos.

No entanto, as relações produzidas nos assentamentos não são as mesmas que as do quilombo e do sítio. O caráter da ocupação acaba por interferir na forma como o suporte entre vizinhos pode se dar. Os relatos de Maria e de Marisa contrastam e explicam em boa parte a razão das diferenças.

[Como é a sua relação com suas vizinhas do assentamento?]

É uma relação boa. Cada uma mora na sua casa. Só vai na casa uma da outra se precisar resolver alguma coisa, se precisar da vizinha. Aqui é assim. À noite todo mundo fecha suas portas e vai dormir, assistir. Eu acho muito estranho, porque no lugar que o meu pai morava, à noite, como era só família, tio, tias, a gente ia conversar, jogava dominó, brincava. Mas aqui, não. O lugar é estranho. Eu demorei vários anos para acostumar, era muito ruim, mas depois acostumei. – Maria, 36 anos, assentamento Poço do Serrote.

[E como é sua relação com as suas vizinhas?]

É boa. A maioria é parente também. Meus primos, filhos de primos. Dos meus irmãos aqui só mora um. Outro mora na rua, outro pra São Paulo, outro no Tocantins. É dividido, aqui só tem um. Um não, dois.

[Com quem a senhora mais conversa no seu dia a dia?]

Com minhas amigas, Marlúcia... Todas minhas vizinhas. Margarida mesmo, que é mais velha um pouquinho, então às vezes a gente vem aqui de noite para jogar dominó e ficar conversando mais ela. Tudo isso diverte a gente. A gente fica até tarde jogando, porque distrai.

[E se a senhora tiver algum problema com quem a senhora sabe que pode contar para lhe ajudar a resolver?]

Com elas mesmo. Quando eu precisei pelo negócio da minha perna, eu me achei com eles. Minha cunhada, minha sobrinha... ficaram comigo, passaram cinco meses comigo, me acompanhando. Nós somos todos unidos. Temos união. – Marisa, 66 anos, quilombo Catolé dos Índios Pretos.

Como ambas evidenciam, as relações estabelecidas há longo prazo e o caráter familiar da ocupação acabam por aproximar os moradores tanto do quilombo, quanto no sítio. Tal forma de contato com a terra acaba por influenciar não somente a solidariedade entre a vizinhança, como também facilita a produção de ações coletivas, seja para beneficiamento da comunidade, ou para algo mais simples, como o lazer noturno. Nos assentamentos, as pessoas são agrupadas na vizinhança pela igualdade de condições e, comumente, não compartilham relações de parentesco, desse modo os vínculos demoram mais a se estabelecer, há mais receio em constituir amizades e evita-se depender, de quaisquer formas, de terceiros. Tal fenômeno incide na solidão relatada por Matilde e Maria, como também na estratégia de isolamento de Mírian, que recolhe a si mesma e seus filhos às oito da noite para dormirem.

Patrícia Ramiro (2008), em sua tese acerca das relações estabelecidas em um projeto de assentamento no município de Rosana no estado de São Paulo, menciona que a solidão enfrentada pelos assentados é uma das principais razões apontadas para a desistência do lote e que as condições se tornam ainda mais difíceis quando é uma mulher quem deve garantir a manutenção da terra sozinha. As moradoras indicam que a distância entre as terras, somada à ausência de formas de lazer fazem com que parte das pessoas opte por retornar para a condição de Sem Terra.

No entanto, nas comunidades em que há uma rede de apoio em vigor, a maior referência ao suporte entre mulheres não implica, necessariamente, na ausência de apoio masculino, no entanto, nas observações e nas entrevistas, foi possível perceber que o caráter do suporte

oferecido pelos homens é diferente. Ele ocorre, comumente, em nível familiar e financeiro, raramente se estendendo à comunidade e a presença masculina é mais dependente de solicitação que espontânea, estando vinculada ao papel simbólico de provedor. Um trecho da entrevista de Matilde exemplifica a não participação do pai de sua filha no cotidiano da família e que a mesmo tendo sido necessário ir à Justiça e ter que pedir dinheiro a ele, ela o considera um bom pai por continuar a pagar a pensão mesmo tendo iniciado um novo relacionamento.

O pai da minha filha só dá dinheiro se ela for buscar e pedir, mas se ele tiver ele não nega, não. Foi o melhor pai, dentre os três, que dava contadinho quando eu fui na justiça. A justiça disse “se ele não der, pode vir aqui”, mas ele não faltou, não. Eu ia buscar na casa dele, mesmo tendo mulher na casa dele. – Matilde, 42 anos, assentamento Nossa Senhora da Conceição.

Algo semelhante ocorre com o pai da filha de Maria. Ela explica que ele é um tanto mais presente, pois fica com a filha nos finais de semana, mas que não a sustenta como deveria, que paga cem reais de pensão desde a separação e mesmo assim, em alguns meses, deixa de pagar. Ela faz questão de enfatizar que até o Bolsa Família paga mais que ele e que, ocasionalmente, precisa fazer compras no mercado em nome dele como forma de cobrar o pagamento. Há, nesse sentido, uma divisão clara de papéis com relação à parentalidade, a educação e a responsabilidade sobre a filha é, concretamente, delegada a ela.

Tal divisão de papéis, por vezes, se estende à outras esferas da vida cotidiana e indicam que há uma espécie de troca velada: o suporte masculino implica um preço simbólico a ser pago. A visita à Maria foi especialmente reveladora nesse aspecto. Em sua cozinha, preparava a refeição enquanto me contava acerca de seu novo namorado, que comprou um guarda roupa para sua filha. Inicialmente, Maria o pagaria em dez parcelas, mas o rapaz havia parcelado em três vezes junto à loja e na última vez que Maria tentou lhe pagar, ele se recusou a receber. Ela me diz que o namorado trabalha em Caruaru e que só vem à cidade uma vez ao mês, por quatro dias. Estão juntos há três meses e ele é um homem organizado, que cuida bem de si, mas que quando está na casa dela, não faz nada e ela tem medo de ter que assumir as tarefas domésticas por ele, se um dia casarem.

Enquanto ela me relata suas histórias, seu irmão chega, mas fica na sala, sem se juntar a nós na cozinha. Maria termina de cozinhar, serve a mesa e nos convida para almoçar. Depois que eu, ela e sua filha nos servimos, o irmão se aproxima, olha para a comida e diz que Maria fez pouca coisa. Ela se surpreende e diz que pode fazer mais. Na mesa há arroz, feijão, macarrão, cuscuz e alguns pedaços de carne frita. O irmão começa a comer e pede sal e pimenta à Maria e lhe diz que ela não sabe mais cozinhar. Ela fica em silêncio. No fim da tarde, algo semelhante acontece: vamos visitar o irmão e, ao chegarmos, ele está aparando o cabo de uma

enxada com a foice e Maria vai para a cozinha, preparar o jantar para ele. Ela faz arroz, cuscuz, feijão e queijo assado com sardinha. Sentamos para comer e ele comenta que o queijo está muito derretido e aguado.

Interpreto a fala de Maria sobre seu namorado relacionando com suas atitudes diante da rispidez de seu irmão. Me parece que assim como o trabalho que o irmão realiza na roça e com os animais é recompensado por Maria com seu trabalho doméstico e sua subserviência aos seus comentários, há um temor de que, ainda que a relação com seu namorado possa beneficiá-la financeiramente, a qualidade da relação também se transmute para uma conotação de troca de trabalhos. No entanto, uma relação de trabalho não expressaria com precisão a relação, visto que há algo mais implícito no silêncio de Maria para com seu irmão, como se a ajuda oferecida cobrasse, em retorno, também a voz da pessoa ajudada. A reflexão que se aplica ao namorado parece se dar no âmbito da pessoa que é preciso assumir ser, se tornar, em função de um novo auxílio, como ela revela ter acontecido na relação anterior.

[Sua rotina mudou quando sua filha nasceu?]

Nossa! Mudou porque a responsabilidade aumentou, tive que mudar da casa, cuidar da casa, cuidar do marido, da filha, de mim mesma. Muitas vezes deixava de cuidar de mim para cuidar dos dois e da casa. Na maioria das vezes esquecia de mim. – Maria, 36 anos, assentamento Poço do Serrote.

Trata-se de uma divisão de tarefas pautada no sexo definida por Danièle Kergoat (2007), onde o exercício de trabalhos diferentes que implica, aparentemente em complementaridade, mas que, se examinado mais a fundo, expressa, em verdade, uma relação de poder dos homens sobre as mulheres, visto que cada trabalho é valorado de maneira diferente. Mírian realiza uma reflexão semelhante a respeito do custo psíquico e laboral de uma relação conjugal. No entanto, em seu relato, ela assume uma postura de disputa em prol de desconstrução da postura de autoritarismo de seu marido e parece conquistar alguns avanços que incidem em proteção para seus filhos.

Se a gente pudesse voltar no tempo, mas o tempo não volta. Eu não arrumaria mais marido, nem filho. Eu brinco com Ivanilda para arrumar um trouxa, mas hoje em dia é difícil você conviver mais um homem e com filhos. A gente diz para fazer assim, mas vem um outro e diz para fazer de outro jeito e é lógico que ele vai optar pelo outro porque é mais viável para ele. Mas graças a Deus, pelo menos o meu filho de 16 anos é muito bom. Se eu disser que ele não vai, ele não vai. Por aqui é difícil, minha filha. Ainda mais homem. É difícil.

[Por quê?]

Geralmente os homens têm esse ar de autoritários. E eu não ando batendo em meus meninos, se fazem alguma coisa de errada, eu boto eles de castigo. Eu mando orar um pai nosso até... Gosto dos meus meninos dormindo cedo. Tem dias que eu não vejo nem a hora em que meu esposo chega, porque já estamos todos dormindo. Meus meninos eu crio no sistema assim, tem que dormir cedo e acordar cedo. O mais tarde que eu deixo dormirem é até às sete da manhã. Não gosto disso de menino que manda no mundo e dorme até meio dia. Digo “isso não existe”. Mas meu marido não pensa dessa forma, ele acha que menino tem que trabalhar, trabalhar, trabalhar. Eu prezo pelo descanso e pelo estudo. Ele diz que no tempo dele, para sobreviver, comia só

abóbora e feijão, que não brincava, mas eu digo “isso foi no seu tempo, o tempo está mudado, você tem condições de dar o melhor a seus filhos”. Ele fica bravo, acha que estou fazendo dengo aos meninos. Os meninos pintam e bordam e ele diz “olhe seus filhos” e eu respondo “fiz os meninos com o dedo?”. Mas ele fala com os meninos e eles não dão nem ousadia a ele. Não respeitam. Eu já disse a ele que tem que mudar, mas com 56 anos, vai ficando mais difícil. – Mírian, 39 anos, assentamento Nossa Senhora da Conceição.

A aparente situação de papéis fixos de gênero a representar é compartilhada por todas as mulheres entrevistadas, principalmente no que se refere ao trabalho doméstico. No entanto, boa parte das mulheres não fizeram menção ao questionamento da distribuição do trabalho no lar, nem mesmo Mírian. As mulheres parecem seguir um script das suas rotinas, como se a limpeza da casa fosse uma necessidade constante que necessariamente precisa ser respondida todos os dias.

Todo o dia, né? A pessoa ajeita a casa toda. Porque com bebê, com criança, a pessoa acorda cedo. Eu começo a arrumar a casa de sete, mas se ela acorda cedo, eu só posso arrumar a casa direito quando ela dorme. Você tem que estar sempre olhando, porque hoje em dia, criança... – Monique, 27 anos, entrevista.

Eu acordo, vou acender o fogo, fazer um cafezinho, escolher um feijão para botar no fogo, buscar água para botar no pote... Na hora em que eu acordo é cuidar, né? Fazer almoço, varrer a casa, lavar prato, não paro, não. Só quando termino o serviço.

[E o que é o serviço?]

Varrer a casa, fazer almoço, lavar uma roupinha... Minha nora já está me esperando para lavar o terreiro.

[Quanto tempo por dia a senhora trabalha?]

Todo dia é uma coisa só. Todo dia a mesma rotina. A mesma coisa. – Marta, 47 anos, sítio São Paulo.

Em uma das visitas a vizinhança do sítio São Paulo em que acompanhei Alda foi possível perceber que tais papéis fixos também parecem restringir, embora de outras maneiras, os homens da localidade. Batemos à porta e um homem abre, acompanhado de seu filho adolescente. Ambos debulhavam feijão verde quando entramos, mas o filho leva os feijões para a cozinha e o homem nos convida a entrar se desculpando pela bagunça, pois a mulher está fora para uma cirurgia em Recife. A casa tem um piso de cimento queimado especialmente brilhoso, as cortinas e capas de sofá tem estampas de onça e tudo parece muito limpo, mas o homem grita por sua filha, que aparenta ter uns dez anos de idade e pede a ela que varra o terreiro. Alda pergunta ao homem sobre sua esposa e ele conta que ela deve ficar em Recife por mais dez dias para a retirada dos pontos, ele se desculpa por não ter café e culpa novamente a ausência da esposa, mas Alda o repreende e diz que ele sabe fazer pães de queijo muito bons, ao que o homem responde apenas com um sorriso.

A interação parece indicar a necessidade de reafirmar sua posição distanciada das atividades domésticas, ainda que fosse claro que ele as exercia, em alguma medida. Acredito, também, que deveria haver algum desconforto ou estranhamento em nos receber, visto que em

todas as interações nas áreas rurais, os homens procuraram manter-se à parte, observando a novena da janela, sentados nas varandas durante as conversas na sala, ou ouvindo das salas as conversas nas cozinhas, raramente interagindo com as mulheres no mesmo ambiente. Conforme Kergoat (2007), tal exercício de papéis sociais atribuídos aos sexos é decorrente de um processo ideológico que legitima a biológico sobre comportamento social e busca, em vários sentidos, restringir as pessoas à padrões fixos definidos pelo sexo.

Certamente, no entanto, a fixidez das normativas de gênero é mais restritiva com as mulheres, principalmente no que se refere ao lazer, a diversão, ao exercício de uma vida sexual e afetiva. Marta, por exemplo, conta que gosta muito das festas, mas que dança apenas sozinha, pois os homens quando dançam sempre querem dançar mais de três músicas e ela acha que se eles querem dançar tanto, deviam trazer suas esposas. Em outras palavras, ela contém sua diversão em função do julgamento social. Do mesmo modo, Margarida afirma não haver lugar, em sua idade, para relacionamentos e diversão.

[Quando foi a última vez que a senhora fez alguma coisa divertida?]

Ah... No tempo que eu era mais nova, ia para as vaquejadas, tomava muita cerveja. Hoje em dia eu nem me lembro. Não bebo, não danço, não tenho um namorado, só para estar curtindo o frio! [“Não tem porque não quer”, alfineta o sobrinho]. Não sei o que uma pessoa de 83 anos e seis meses vai querer falando em namoro!

[Não pode namorar mais?]

Não pode, não. Não sabe nem o que é mais, perdeu o jeito [risada]. – Margarida, 83 anos, quilombo Catolé dos Índios Pretos.

Enquanto algumas mulheres parecem assumir as posturas esperadas sem um questionamento aparente – ainda que não sem sofrer suas consequências -, outras declaram ter noção do quando determinadas normas sociais são limitantes e que destoar da norma não interfere em suas capacidades enquanto trabalhadoras, mulheres ou mães. Há, nesse sentido, tensão, disputa, questionamento e adoção de estratégias. Um episódio relatado pela vizinha de Mírian, por exemplo, evidencia a questão. Ela conta que seu filho de 14 anos estava consumindo bebida alcoólica na festa do dia anterior, mas que ela não brigou com a pessoa que vendia a ele, porque não queria ser deslegitimada por estar bebendo, mas que no dia seguinte iria conversar, dizer que não é certo vender bebida para menores de idade. Ela prefere se abster de reclamar enquanto está sob efeito do álcool porque, segundo ela, as pessoas já a consideram louca. “Ela é louca, ela é louca, mas me dê dinheiro, veja se eu rasgo”, comenta.

As mulheres sabem que é preciso, a todo custo, evitar ser a mulher louca, porque, ainda que esta mulher seja livre, ela é deixada à própria sorte, não recebe ajuda, não é tratada como legítima e merecedora de respeito. O apoio social às mulheres que, de alguma forma, transgredem valores morais é, em certa medida, prejudicado, como é possível identificar na história de Meire. Espera-se das chefes de família que, para serem dignas de respeito,

mantenham suas relações, como tem feito Marlene, por exemplo, ou que abstenham-se de novas relações, como declara Margarida. Matilde, chega a expressar tal cobrança por parte de seus filhos:

Eu sei que não é muito bom só aqui, não. Estar parado de tudo. Mas certas coisas, é melhor só. Eu acho que para estar me maltratando, é melhor só. Mas Deus disse que não é para o homem andar só, nem a mulher. Deus deixou a companhia para viver bem, unido. Se um cair, o outro levanta. Aqui eu fico me sentindo sozinha. A pessoa fica doente, nervosa. Eu não vou mentir. Eu sinto muitos problemas dentro de mim por causa dessas coisas, de não ter mais ninguém. Eu sei que não é bom estar só. Meus meninos dizem: “Mainha já está velha, quer arrumar homem para quê? Crie vergonha!”. Eu disse: “Meus filhos, eu vou arrumar, que eu não vou ficar sozinha, ficar doente, só cuidando de vocês. Vocês já estão criados. Eu preciso de uma pessoa para cuidar de mim”. Mas é no tempo de Deus, né? – Matilde, 42 anos, assentamento Nossa Senhora da Conceição.

Os relatos de Matilde, somados ao de Maria e de Mírian poderiam ser instrumentalizados para subsidiar tanto estudos que apontam a procura de mulheres chefes de família por novos relacionamentos, quanto para trabalhos que se baseiam na evitação feminina de estabelecer recasamentos. Na literatura a questão tem sido tratada como um debate entre o desejo ou o não desejo da mulher chefe de família de estar em relações conjugais. No entanto, em seus relatos, é latente a necessidade de que os homens revejam posturas, porque o que efetivamente as mulheres não querem são relacionamentos abusivos. Além disso, a desconstrução de normativas restritivas de gênero precisa ser trabalhada de forma acessível nas comunidades rurais, de modo que as mulheres possam ser acolhidas em suas demandas e diferenças, sem ter que se submeter a situações de abuso em função da necessidade financeira ou do pouco apoio social.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mapear uma rede de apoio não estruturada formalmente para atender a um público específico se constitui um desafio. Partindo do princípio de que uma rede supõe pontos em conexão, as localidades visitadas possuem em comum a centralidade das associações, seja para viabilizar o contato com outros pontos da rede, como programas governamentais, ou para atuar como espaço integrativo. No entanto, há diferenças significativas na significação que as associações possuem para cada comunidade, enquanto nos assentamentos o caráter arbitrário do grupo se sobrepõe, entendendo o espaço como meramente político, no sítio e no quilombo, a associação se torna uma extensão das relações já estabelecidas no lugar, ocorrendo uma apropriação do espaço também para o lazer.

Brandão e Craveirinha (2011), ao caracterizarem o apoio social como composto por informação, assistência e afeto e, no contato com as mulheres entrevistadas, foi possível notar que as três categorias são inter-relacionadas. Em diversos momentos as mulheres sinalizaram que mesmo orientações e conselhos eram significados como forma de apoio válida e, comumente, os atores que forneciam apoio material eram os mesmos acionados para apoio afetivo e relacionado à informação. Nesse contexto, mesmo as instituições, são, por vezes, apropriadas e representadas de forma afetiva, como é o caso das associações cuja ocupação é majoritariamente herdada, embora o mesmo não ocorra com outros atores formais, como os hospitais, por exemplo, fonte apenas de informação e assistência.

Nos lugares onde o caráter da obtenção da terra é familiar, foi possível observar que o apoio social é mais facilitado e as mulheres rurais chefes de família encontram suporte no cuidado com as crianças, no acompanhamento à hospitais e até no trabalho na roça, contando, na maioria dos casos com outras mulheres, dada a forte ausência masculina durante a semana. O apoio advindo dos homens, quando ocorre, é frequentemente financeiro e significado em uma relação que pressupõe o cuidado e o trabalho das mulheres.

Nesse sentido, o trabalho reprodutivo exercido pelas mulheres tornou-se um dos aspectos centrais do trabalho. Por vezes, este foi significado por elas como uma moeda de troca nas relações com os homens, sejam seus pais, esposos, namorados, filhos ou irmãos. Em seus relatos, se entrecruzam a naturalização da divisão sexual do trabalho, conforme apontada por Kergoat (2007), e o tensionamento, o desejo de evitar que tais dinâmicas se reproduzam em novas relações. As mulheres evidenciam a necessidade questionar normas legitimadas, dar vazão às reflexões que, por vezes, são refreadas no cotidiano.

Do mesmo modo, o apoio social que advém de vizinhos e amigos também é implicitamente condicionado à adequação das mulheres chefes de família às normativas de gênero que as enquadram no que se espera de uma boa mãe ou mulher respeitável. Uma relação de parceria com as mulheres da vizinhança implica, no caso de Marta, em não dançar muitas músicas com homens casados nas festividades do sítio São Paulo. Ou, para a filha de Meire, que não recebe socorro ou solidariedade para sua situação de violência doméstica, dada sua pouca habilidade em lidar com as tarefas domésticas e acabar frustrando as expectativas de seu marido.

Assim, as normativas de gênero não somente ocupam seu tempo de maneira mais incisiva do que o tempo dos homens, como também restringem seus comportamentos e são usadas para justificar violências em vários níveis: psicológico, patrimonial, sexual e físico. Propostas que acessem as mulheres em seus territórios, abordando as dinâmicas de parceria necessárias, poderiam fortalecer as mulheres chefes de família a subsidiar mudanças, ainda que graduais, nas relações que estabelecem.

Compreender, assim, as demandas explicitadas e as que estavam implícitas nas relações - como a necessidade evidente de uma rede atuante no enfrentamento à violência contra a mulher no campo, por exemplo - exigiu um processo extenso de análise do material produzido. A precariedade e negligência governamental às comunidades rurais visitadas formaram, ao longo dos anos, uma quantidade significativa de demandas a serem atendidas.

As mulheres mais velhas relatam melhorias das condições de vida, mas ainda falta transporte, a agricultura familiar não as sustenta por completo, os serviços de saúde e as escolas ainda são pouco acessíveis, a terra ainda não é um direito distribuído e a violência ainda paira no cotidiano. Os avanços assumidos nos últimos anos estagnaram e cortes já são mencionados, como no caso de Marisa, que não recebe mais a aposentadoria por invalidez, mesmo mal podendo andar.

As mulheres do quilombo Catolé dos Índios Pretos são sensivelmente mais prejudicadas dada a distância da cidade, a falta de políticas públicas e a demarcação recente. Tais fatores formam um conjunto que faz alusão ao racismo estrutural, que torna potencialmente mais difícil a elas resistirem no espaço onde seus antepassados foram se abrigar para sobreviver. Com a recente transferência da responsabilidade de demarcação de terras indígenas e quilombolas para o Ministério da Agricultura, as mulheres têm seu modo de vida ainda mais ameaçado. A devida compreensão das condições de vida das mulheres quilombolas no Sertão, assim como da força da organização política que elas exercem na região demandariam um trabalho mais longo e

melhor fundamentado no tocante às questões históricas do território e da problemática do racismo. Sinalizo esta necessidade de investigação para futuros trabalhos na temática.

Do mesmo modo, ainda que tenha visitado três diferentes modalidades de ocupação da terra: um quilombo, dois assentamentos e um sítio, acredito que a investigação das demandas das mulheres rurais chefes de família em ocupações do Movimento Sem Terra seria ainda mais revelador de demandas para políticas públicas. Os relatos de Mírian e Matilde, assentadas na comunidade Nossa Senhora da Conceição, construíram indicativos de que a experiência anterior, residindo em barracos, tendo filhos e não recebendo apoio, tenha sido particularmente desestabilizadora e precária.

No entanto, ainda que hajam perguntas a serem respondidas e aspectos descobertos, o trabalho de campo junto às mulheres rurais chefes de família permitiu reconhecer não somente as vulnerabilidades das comunidades, mas as formas de ocupação dos territórios, como os eventos ganham sentidos naqueles espaços e a intensa mobilização política e social que advém das mulheres. Embora existam autoras que se dedicaram a acompanhar a movimentação das mulheres rurais, como Cordeiro, Paulilo, Scott, Butto, Morales, entre outras, no momento em que há uma desvalorização governamental aos movimentos sociais, principalmente os que se referem à terra e à agricultura familiar, se faz urgente somar forças para divulgar as pautas das mulheres, a precariedade a que são submetidas e os arranjos que são forjados por elas dadas a necessidade de sobrevivência.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Gabriela R. B. de; VAITSMAN, Jeni. Apoio social e redes: conectando solidariedade e saúde. **Ciência e saúde coletiva [online]. 2002, vol.7, n.4, pp.925-934.**
- ARAGAKI, Sérgio Seiji; LIMA, Maria Lúcia Chaves; PEREIRA, Camila Claudiano Quina; NASCIMENTO, Vanda Lúcia Vitoriano do. Entrevistas: negociando sentidos e coproduzindo versões de realidade. In: SPINK, Mary Jane Paris; BRIGAGÃO, Jacqueline Isaac Machado; NASCIMENTO, Vanda Lúcia Vitoriano do; CORDEIRO, Mariana Prioli. (Orgs). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. 1.ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014, p. 57-72.
- ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. **Asa Brasil**. Sobre nós. História. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia>>. Acesso em: 09 de janeiro de 2019.
- ÁVILA, Maria Bethânia; FERREIRA, Verônica. (Orgs). Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres. Recife: **SOS Corpo**. 2014.
- BARRETO, Vanda Sa; SANTOS, Luiz Chateaubriand Cavalcanti. Chefias femininas na RMS: a persistência das desigualdades entre negras e brancas. **Análise & Dados, Salvador, v.15, n.4**, p.553-562 mar., 2006.
- BEVILAQUA, Caroline Foletto; BUAES, Caroline Stumpf. Sentidos de chefia familiar feminina em contextos de comunidades populares. **Psicologia Argumento, Curitiba, v. 30, n. 68**, p. 99-108, jan./mar. 2012.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **RURIS, v. 1, n. 1**. Março, 2007, p. 37-64.
- BRANDAO, Maria Teresa; CRAVEIRINHA, Fátima Pereira. Redes de apoio social em famílias multiculturais, acompanhadas no âmbito da intervenção precoce: um estudo exploratório. **Análise Psicológica, Lisboa, v.29, n.1**, p. 27-45, 2011.
- BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista NERA. Presidente Prudente, ano 11, nº 12**, p.6-17, jan.-jun. 2008.
- BRUMER, Anita; SPANEVELLO, Rosani Marisa. Entre o sonho e a realidade: O crédito rural para mulheres da agricultura familiar na Região Sul do Brasil. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (orgs). **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural** – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011, p. 113-152.
- BRUNO, Regina. Sobre afetos e desigualdades de gênero: as assentadas dos grupos produtivos de mulheres. **Revista ANTHROPOLÓGICAS**, ano 16, volume 23 (1): 2012.
- BUENO, André Luís Machado; LOPES, Marta Julia Marques. Mulheres rurais e violências: leituras de uma realidade que flerta com a ficção. **Ambiente e Sociedade. São Paulo, v. 21**, 2018.

BUTTO, Andrea; HORA, Karla. Mulheres e Reforma Agrária no Brasil. In: LOPES, Adriana; BUTTO, Andrea. **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008.

BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (orgs). **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural** – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

BUTTO, Andréa; FARIA, Nalu; HORA, Karla; DANTAS, Conceição; NOBRE, Mírian. (orgs). **Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.

CARDONA, Milagros Garcia; CORDEIRO, Rosineide Meira; BRASILINO, Jullyane. In: SPINK, Mary Jane Paris; BRIGAGÃO, Jacqueline Isaac Machado; NASCIMENTO, Vanda Lúcia Vitoriano do; CORDEIRO, Mariana Prioli. (Orgs). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. 1.ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014, p. 123-148.

CARVALHO, Maria Luiza. Famílias chefiadas por mulheres: relevância para uma política social dirigida. In: **Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Cortez, n. 57**, jul. 1998.

CHANT, Sylvia. **Women-Headed Households: Diversity and Dynamics in the Developing World** London and New York. Mac Millan Press LTD and ST Martin's Press, 1997.

COMERFORD, John Cunha. Mapeamentos, familiarização e reputações: a sociabilidade agonística na roça. In: **Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural**. Rio de Janeiro. Redume Dumará. Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003, p. 25-139.

CORDEIRO, Rosineide. Além das secas e das chuvas: os usos da nomeação mulher trabalhadora rural no Sertão de Pernambuco. **Tese (Doutorado em Psicologia Social)** – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

COSTA, Florença Ávila de Oliveira; MARRA, Marlene Magnabosco. Família Brasileiras Chefiadas por Mulheres Pobres e Monoparentalidade Feminina: risco e proteção. **Revista Brasileira de Psicodrama. v. 21. n. 1**. p. 141-156. 2013.

CÚNICO, Sabrina Daiana. Significados atribuídos à paternidade por mulheres chefes de família da periferia urbana. **Dissertação (Mestrado)**. Universidade Federal de Santa Maria. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Santa Maria, 2014.

DAMATTA, Roberto O ofício de etnólogo ou como ter anthropological blues. In: NUNES, E. de O. **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p 23-35.

DEERE, Carmen. Entrevista concedida pela pesquisadora da University of Massachusetts, USA. **Rio Grande do Sul: EMATER/RS**, 2000.

DEERE, Carmen. Diferenças regionais na reforma agrária brasileira: gênero, direitos à terra e movimentos sociais rurais. **Estudos Sociedade e Agricultura, 18, abril**, 2002: 112-146.

DEERE, Carmen. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos feministas**. 2004, vol.12, n.1, pp.175-204.

FARIA, Nalu. Economia feminista e a agenda de luta das mulheres no meio rural. In: BUTTO, Andrea (Org). SABBATO, Alberto Di; MELO, Hildete Pereira De; LOMBARDI, Maria Rosa; FARIA, Nalu. **Estatísticas Rurais e Economia Feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília, MDA, 2009, p. 11-28.

FRANCO, Maria Asenate Conceição. Driblar e Aprender a Jogar: estratégias de sobrevivência de mulheres chefes de família de classes populares. **Dissertação (Mestrado)**. Universidade Católica de Salvador. Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania. Salvador, 2011.

GROSS, Anna. Cortes em programas sociais: austeridade é devastadora para comunidades rurais no Brasil. **MTST**, 2018. Disponível em: <http://www.mtst.org/noticias/cortes-em-programas-sociais-austeridade-e-devastadora-para-comunidades-rurais-no-brasil/>. Acesso em: 20 de setembro de 2018.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, 5, 1995, 7-41.

HITA, Maria Gabriela. **A casa das mulheres n'outro terreiro: famílias matriarcais em Salvador-Bahia**. Salvador. EDUFBA, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação**. IBGE, Coordenação de Geografia. – Rio de Janeiro, 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Famílias chefiadas por mulheres, segundo cor/raça da chefe de família e localização do domicílio - Brasil e Regiões, 1995 a 2015**. 2017.

JULIANO, Maria Cristina Carvalho; YUNES, Maria Ângela Mattar. Reflexões sobre rede de apoio social como mecanismo de proteção e promoção de resiliência. **Ambiente e Sociedade**. vol.17, n.3, p.135-154, 2014.

KERGOAT, Daièle. Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 67-75.

LANDINI, Fernando. La noción de Psicología Rural y sus desafíos en el contexto Latino Americano. In: LANDINI, Fernando et.al. **Hacia una Psicología Rural Latinoamericana**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2015. p. 21-32.

LOBATO, Iolene Mesquita. Estudantes Universitárias Chefes de Família: uma investigação a partir da UFG. **Dissertação (Mestrado)**. Universidade Federal de Goiás. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Goiânia, 2011.

LUCENA, Maria de Fátima Gomes de. Mulheres da Terra: um estudo sobre a saúde e gênero na área rural de Pernambuco. **Tese (Doutorado)**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2002.

MACEDO, Márcia dos Santos. Mulheres Chefes De Família E A Perspectiva De Gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. **CADERNO CRH, Salvador, v. 21, n. 53**, p. 389-404, 2008.

MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **12 anos de transformações, lutas e conquistas**. Brasília, 2015.

MALVEZZI, Roberto. **Semi-árido: uma visão holística**. Brasília: CONFEA, 2007.

MELO, Hildete Pereira de; SABBATO, Alberto Di. Situação das mulheres trabalhadoras rurais e as políticas públicas no Brasil. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília. 2006.

MELO, Hildete Pereira de; SABBATO, Alberto Di. Gênero e trabalho rural 1993/2006. In: BUTTO, Andrea (Org). SABBATO, Alberto Di; MELO, Hildete Pereira De; LOMBARDI, Maria Rosa; FARIA, Nalu. **Estatísticas Rurais e Economia Feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília, MDA, 2009, p. 31-117.

MENDES, Mary Alves. Mulheres chefes de família em áreas zeis: gênero, poder e trabalho. **Tese (Doutorado)** – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia, Recife, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed., São Paulo: Hucitec, 2008.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Tecendo a saúde das mulheres do campo, da floresta e das águas: direitos e participação social**. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília, 2015.

MÓNICO, Lisete S.; ALFERES, Valentim R.; CASTRO, Paulo A.; PARREIRA, Pedro M. A observação participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. **Atas do 6º Congresso IberoAmericano em Investigação Qualitativa/Investigação Qualitativa em Ciências Sociais, São Roque, v.3, n.6**, p. 724-733, 2017.

MORALES, Paola Alejandra. Desigualdades de classe e gênero no acesso à terra: uma aproximação a partir das práticas de participantes do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco. **Dissertação (Mestrado)**. Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Serviço Social. Recife, 2010.

NASCIMENTO-GOMES, Fernanda Sardelich. Namoro e violência: um estudo sobre amor, namoro e violência para jovens de grupos populares e camadas médias. **Dissertação (Mestrado)**. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Chefia feminina de domicílio como indicador de feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres pobres. **SEMINÁRIO AS FAMÍLIAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL**. Famílias, mercado de trabalho e

pobreza. **Anais**. Belo Horizonte. 2005. PAULILO, Maria Ignez. *Mulheres Rurais: quatro décadas de diálogo*. Florianópolis. Editora UFSC, 2016.

PELÚCIO, Larissa. “No salto”: Trilhas e percalços de uma etnografia entre travestis que se prostituem. In: BONETTI, Alinne; FLEISCHER, Soraya. **Entre saias justas e jogos de cintura**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007, p. 69-91.

PINTO, Rosa Maria Ferreiro, MICHELETTI, Fátima Aparecida Barbosa de Oliveira; BERNARDES, Luzana Mackevícus; FERNANDES, Joice Maria Pacheco Antonio; MONTEIRO, Gisela Vasconcellos; SILVA, Magda Lucia Novaes; BARREIRA, Tânia Maria Horneaux de Mendonça; MAKHOUL, Aparecida Favorêto; COHN, Amélia. Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social. **Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 105**, p. 167-179, 2011.

PITASSE, Mariana. Todos os programas sociais e políticas públicas do campo foram reduzidos. **BRASIL DE FATO**, 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/11/30/todos-os-programas-sociais-e-politicas-publicas-do-campo-foram-reduzidos/>. Acesso em: 20 de setembro de 2018.

PONTE, Karina Furini da. (Re) Pensando o Conceito do Rural. **Revista NERA, ano 7, n. 4** – Janeiro/Julho, 2004, p. 20-28.

RAMIRO, Patrícia Alves. Assentamentos Rurais: o campo das sociabilidades em transformação. O caso dos assentados do Nova Pontal. **Tese (Doutorado)**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2008.

RUBIN, Gayle. Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. **Cadernos Pagu, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, n. 21**, p. 1-88, 2003.

SANTANA, Iolanda Cardoso de; OLIVEIRA, Emanuel Magno Atanásio de. Relações de gênero, educação e autonomia: um estudo etnográfico com mulheres do sítio lajes e sítio pedra branca em Correntes-PE. **Anais Reunião Equatorial de Antropologia e Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste – REA, ABANNE**, 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **SOS Corpo**, Recife. 1995.

SCOTT, Parry; RODRIGUES, Ana Cláudia; SARAIVA, Jeíza das Chagas. Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda. (Orgs). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010, p. 65-96.

SCOTT, Russell Parry. **Famílias Brasileiras: poderes, desigualdades e solidariedades**. Editora Universitária. Recife. 2011, p. 135-157.

SCOTT, Russell Parry; CORDEIRO, Rosineide. Mulheres no campo: polarização de gênero e sinais de ascensão. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tadeu. (orgs). **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado: uma década de mudanças na opinião pública**. Editora Fundação PERSEU ABRAMO, 2013, p. 129-140.

SCOTT, Russel Parry; NASCIMENTO, Fernanda Sardelich; CORDEIRO, Rosineide; NANES, Giselle. Redes de enfrentamento da violência contra mulheres no Sertão de Pernambuco. **Revista Estudos Feministas [online]. 2016, vol.24, n.3**, pp.851-870.

SCHIAVINI, Rosani. Violência Contra a Mulher Rural: uma realidade cruel e invisível apud SCOTT, Parry; RODRIGUES, Ana Cláudia; SARAIVA, Jeiza das Chagas. Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda. (Orgs). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010, p. 65-96.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL. **Associações rurais: práticas associativas, características e formalização**. Brasília: SENAR, 2011.

SILVA, Telma Maria Gomes Olzany. Experiências Psicossociais e de Atenção à Saúde em Famílias de Baixa Renda Chefiadas por Mulheres. **Dissertação (Mestrado em Psicologia)**. Universidade Metodista de São Paulo. Faculdade de Psicologia e Fonoaudiologia. São Bernardo do Campo. 2005.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **O antropólogo e sua magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre as religiões afro-brasileiras**, São Paulo, Edusp, 2015.

SOUZA, Carolina Rogel de. Construção Social da Demanda em Saúde: como a oferta modela a demanda?. **Tese (doutorado)**. Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

SPINK, Peter Kevin. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. **Psicologia e Sociedade. vol.15, n.2**, pp.18-42, 2003.

TEIXEIRA, Mylene Nogueira. O sertão semiárido: uma relação de sociedade e natureza numa dinâmica de organização social do espaço. **Revista Sociedade e Estado – Volume 31 n. 3**, 2016, p. 769-797.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura, v. 8, n. 2**, 2001, p. 87-145.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. *Estudos, Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 21, 2003, p. 42-61

WEBER, Florence. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou por que censurar seu diário de campo? **Horizontes antropológicos, Porto Alegre, v. 15, n. 32**, 2009, p. 157-170.

WEITZMAN, Rodica. Mulheres na assistência técnica e extensão rural. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (orgs). **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural** – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011, p. 87-112.